GETULIO

Nº 20

Ano 4 março/abril de 2010 R$ 8,00



ISSN 1980-5780

FGV

MOMENTOS DECISIVOS:
O PAÍS NA PISTA DE DECOLAGEM

UM MOMENTO DE OTIMISMO

Vivemos hoje quase um clima de final de campeonato, com todas as apostas apontando para nosso país. Mesmo tentando se refazer das ressacas da crise iniciada em 2008, as empresas internacionais estão de olho no Brasil: há uma onda de simpatia pelo gigante adormecido que ensaia os passos para uma decolagem que pode se revelar sem precedentes. É uma sequência de fatos inspiradores: à descoberta das jazidas do pré-sal se segue a consolidação do projeto da usina de Belo Monte, no rio Xingu. Na região oeste do Pará, perto de Altamira, será a terceira maior hidrelétrica do mundo (a primeira é Três Gargantas, no rio Yang-Tsé, na China; a segunda Itaipu), com uma capacidade de gerar 10% do consumo brasileiro de energia. Não é só. A isso se somam a Copa do Mundo de 2014 e os jogos olímpicos de 2016 – e entre eles a construção do TAV-Trem de Alta Velocidade, ou trem-bala, entre Rio, São Paulo e Campinas. Nem o acadêmico Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (que escreveu em 1900 o controvertido *Por que me ufano de meu país*) contava com tudo isso.

O atual momento que vivemos é o ponto de partida do núcleo principal deste número de *Getulio*, que você está começando a ler agora. Iniciemos pelo debate "Mudança de patamar ou voo de galinha?": com essa provocação reunimos Paulo Roberto de Godoy Pereira, sócio do Grupo Alusa e atual presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), e o economista Marcos de Barros Lisboa, secretário executivo do Ministério da Fazenda na gestão de Antonio Palocci e hoje diretor executivo do Itaú-Unibanco. Os dois coincidem com esse otimismo que entusiasma o país, mas indicam caminhos para o crescimento: investimentos maciços em infraestrutura e mudanças no desenho institucional do Estado. "Temos tudo para conseguir um crescimento extraordinário na próxima década", garante Lisboa. No entanto, "é preciso desatar o nó da questão fiscal, da poupança pública e do desenho institucional". Paulo Godoy contrapõe: "Avançamos muito, mas precisamos dar um passo a mais, criando um modelo de gestão transparente e aferível para o controle da arrecadação. Todo o aparelho do Estado precisa de um choque de transparência". As considerações dos dois podem ser lidas a partir da página 24.

Na entrevista, Roberto Teixeira da Costa, ex-presidente da CVM, que se considera um caixeiro viajante do país, diz que hoje não é preciso tanto esforço para vender o Brasil lá fora: o mercado internacional, "fascinado com nossas potencialidades, está comprando o país pelo catálogo". Mas ele lembra: "Temos muitas reformas inacabadas. Não sei se o presidente não quis ou não pode, mas não aconteceram as reformas que precisavam ser feitas". Roberto Costa aponta para um fato novo: "Há três anos o aumento da participação de empresas brasileiras no exterior foi maior do que a de grupos estrangeiros no Brasil. Esse é um fenômeno a ser estudado".

A reforma fiscal continua em pauta e foi tema do Colóquio Internacional do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) que discutiu "Tributação, Desenvolvimento, Infraestrutura e Sustentabilidade". Uma das estrelas do encontro, o prof. Richard Bird, da Universidade de Toronto, recebeu a reportagem de *Getulio* e, na entrevista, descartou soluções curtas e simplificadoras, coincidindo com as visões de nossos debatedores: "Uma boa administração tributária depende de apoio político e precisa de gestores capacitados, com estratégias claras, que avaliem sua performance e publiquem relatórios periódicos", definiu Richard Bird.

Há mais leituras neste número: a advogada e acadêmica Lynn Cohn, da Universidade Northwestern, de Chicago, professora visitante da Direito GV, fala sobre a complexa tarefa da mediação: lidar com emoções sem perder a neutralidade. O jurista português José de Oliveira Ascensão comenta sobre a necessidade de repensar o direito da propriedade e do meio ambiente na entrevista "Uma língua e um direito nos aproximam". Há ainda o perfil da cozinheira mineira Dona Lucinha; o inspirado texto de Maria Rita Drummond sobre a obra iconoclasta de Hélio Oiticica; e o artigo de Fábio Fujita sobre a safra recente de documentários sobre Maradona, Mike Tyson, Paulo Francis e Chacrinha ("Saudades do século 20"). Na entrevista final, o pianista e maestro João Carlos Martins conta sua comovente história de superação, fala dos grandes nomes da música com quem conviveu e mostra o trabalho que realiza hoje, o de colocar holofotes sobre novos talentos.

Fábia Veçoso, que colocou em pé o projeto de publicações do GV*law*, está nos deixando para aplicar-se à conclusão de seu doutorado. A esta editora de mão cheia dedicamos uma homenagem especial neste número.

Boa leitura e até maio
Leandro Silveira Pereira

Fundação Getulio Vargas
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das ciências sociais, particularmente economia e administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável

Sede: Praia de Botafogo, 190 – cep 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
ou Caixa Postal 62.591 – cep 22257-970 – Tel.: (21) 3799-6000

Primeiro-Presidente e fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado) e Sergio Franklin Quintella

Conselho diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado) e Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Julio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost.

Getulio
ISSN: 1980-5780
revistagetulio@fgv.br

Publisher: Leandro Silveira Pereira
Editor: Carlos Costa
Design gráfico e editoração eletrônica: André Spinelli
Coordenação editorial: Vanessa Chiaramonti
Ilustração da capa: Weberson Santiago
Colaboraram neste número: José Batista Carvalho (revisão), Weberson Santiago (ilustrações), Gustavo Scatena, Jefferson Dias, José Geraldo Oliveira e Pitti Reali (fotografia), Emerson Ribeiro Fabiani, Fábio Fujita, Gabriella de Lucca, João de Freitas, José Geraldo Oliveira, Juliana Schumann, Luísa Pécora, Maria Rita Drummond, Rodolfo Amstalden e Rui da Silva Santos.

Jornalista responsável: Carlos Roberto da Costa (MTPS 11.862)

Publicidade – Representantes
São Paulo – Bernardo Leschziner (11) 8926-1415 e Mônica Carboni (11) 8104-1632
Rio de Janeiro – Ricardo Luttigardes (21) 9217-3931
Brasília – Charles Marar Filho (61) 3321-0305
Minas Gerais – Álvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854
Porto Alegre – Roberto Gianoni (51) 3388-7712
Norte e Nordeste – Luciano Moura (81) 3466-1308

Direito GV
Diretor: Ary Oswaldo Mattos Filho
Vice-Diretor acadêmico: Antonio Angarita
Vice-Diretor administrativo: Paulo Goldschmidt

GVlaw
Diretor Executivo: Leandro Silveira Pereira

Endereço Direito GV:
Rua Rocha, 233 – 01330-000
São Paulo – SP
Tel.: 3799-3330
www.fgv.br/direitogv/gv*law*

Impressão e Acabamento: Intergraf Soluções Gráficas

SUMÁRIO

03 Um momento de otimismo
Por Leandro Silveira Pereira

06 Notas curtas: notícias do mundo do Direito

08 Vida acadêmica: teses que apontam novos caminhos

12 Colóquio NEF: provocar para reformar
Por Rodolfo Amstalden

14 Nenhuma receita vale para todos
Entrevista com Richard Bird

18 Hoje é fácil vender o Brasil
Entrevista com Roberto Teixeira da Costa

24 Debate: Brasil, mudança de patamar ou voo de galinha?
Por Paulo de Godoy Pereira e Marcos Lisboa

32 Fábia Veçoso: uma editora de mão cheia
Por Gabriella de Lucca

36 Lynn Cohn: o fator humano na mediação
Por Luísa Pécora

40 Uma língua e um direito nos aproximam
Entrevista com José de Oliveira Ascensão

44 Dona Lucinha, embaixadora da comida mineira
Por José Geraldo Oliveira

50 Hélio Oiticica: só o experimental interessa
Por Maria Rita Drummond

44 Cinema: Saudades do Século XX
Por Fábio Fujita

58 A música venceu
Entrevista com João Carlos Martins

66 Sucesso hoje, êxito amanhã?
por Carlos Costa



Capa: o momento de otimismo e aposta na decolagem do Brasil, no traço do ilustrador Weberson Santiago.

NOTAS CURTAS

Índice de Confiança na Justiça cresce 3,5%

O ICJBrasil (Índice de Confiança na Justiça) do quarto trimestre de 2009 aumentou 3,5% em relação ao período anterior. O índice chegou a 5,8 pontos, em uma escala de 0 a 10. No terceiro trimestre o ICJBrasil havia sido de 5,6. Essa pesquisa, conduzida pela Direito GV, é dividida em dois subíndices: percepção e comportamento. O primeiro avalia a opinião da população sobre a Justiça em aspectos como confiança, tempo e capacidade de solução de conflitos, custos e facilidade de acesso e imparcialidade. O outro procura saber se, em situações hipotéticas envolvendo direitos de família, direitos do consumidor, relação com o poder público, direitos de vizinhança, direito do trabalho e prestação de serviço, o cidadão recorreria à Justiça.

A principal causa desse crescimento é o subíndice de comportamento, que registrou uma evolução de 3,8%, passando de 7,8 para 8,1 pontos. Já o subíndice de percepção manteve-se no mesmo patamar, com 4,7. Entre as regiões metropolitanas analisadas, Porto Alegre teve novamente o maior Índice de Confiança na Justiça, 6 pontos, o que representa uma alta de 5,2%. O menor índice ocorreu em Recife (5,6), mas mesmo assim houve alta de 5%. Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e Salvador apresentaram 5,8 pontos e São Paulo, 5,7.

Segundo Luciana Gross Cunha, professora da Direito GV e coordenadora do ICJBrasil, ocorreu um aumento da diferença entre a capital nordestina Recife e as demais regiões metropolitanas do país. "Os dados referentes à cidade mostram um maior ceticismo em relação à eficácia do Judiciário, nitidamente relacionada com a reclamação de que os custos de acesso são muito altos", explica. Essa questão, segundo a professora, pode ser exemplificada com os resultados do caso envolvendo direitos trabalhistas. Nas capitais nordestinas, os cidadãos são mais dispostos a ir ao Judiciário para reivindicar esses direitos, na comparação com as outras cidades analisadas. "Uma forte hipótese para explicar esse comportamento é o acesso gratuito às varas trabalhistas, o que incentiva a procura", analisa.

Direto GV celebra dez anos em livro

Em comemoração a dez anos de atividade, a Direito GV lançou *Construção de um Sonho*, que resgata o processo de criação da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas em São Paulo. Trata-se de uma edição comemorativa de 2 mil exemplares, com 430 páginas, distribuída apenas para um mailing especial.

Escrita por Natasha S.Caccia Salinas e Diego Rafael Ambrosini, com a coordenação do professor Antonio Angarita, vice-diretor acadêmico da Direito GV, a obra também celebra a formatura da primeira turma da instituição. O livro procura responder quais foram os motivos que levaram a FGV a criar mais uma escola de direito no Estado de São Paulo. Em um dos capítulos, o professor Ary Oswaldo Mattos Filho fala sobre o programa de educação continuada, GV*law*, que, segundo ele, tem uma missão própria, uma vez que tem como público-alvo pessoas que já estão no mercado de trabalho e buscam conhecimentos que possam melhorar suas habilidades profissionais.

A escola também publica outras obras que merecem destaque. Duas delas são de autoria do professor José Reinaldo de Lima Lopes, *O Oráculo dos Delfos* e *O Supremo Tribunal de Justiça (1828-1889): uma História*. Os livros recuperaram as principais fontes da história do direito e abordam a cultura jurídica brasileira no século 19. *Direito e Moeda*, de Camila Duran Ferreira, teve origem na dissertação de mestrado da autora e busca identificar a forma pela qual o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de suas deliberações, interferiu na implementação dos planos econômicos de estabilização monetária durante as décadas de 1980 e 1990.

Formatura da primeira turma do curso de Direito

A Escola de Direito de São Paulo (Direito GV) realizou cerimônia na Fundação Maria Luísa e Oscar Americano, no dia 19 de dezembro de 2009, em São Paulo, para marcar a formatura da primeira turma da Escola. Compuseram a mesa os diretores Ary Oswaldo Mattos Filho, Paulo Clarindo Goldschmidt e Antonio Angarita, a coordenadora do curso, Adriana Ancona de Faria, o professor homenageado Carlos Ari Sundfeld, o paraninfo José Garcez Ghirardi e Dirceu Tordeslhas Ramos, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ary Oswaldo abriu a cerimônia agradecendo às famílias, professores e funcionários que acreditaram no papel inovador do Direito.

Ao entrarem no salão, os formandos foram ovacionados por familiares e professores. Após a execução do hino nacional, o professor Carlos Ari Sundfeld – patrono da turma – fez um discurso emocionado sobre o fim de um ciclo, com a graduação dos alunos que apostaram na proposta não convencional da Direito GV. "Estruturamos nossa escola não para ser um armário velho, mas um móbile colorido" disse. "Obrigado pela generosa adesão ao nosso sonho louco e por gravarem seus rostos em nosso móbile colorido", encerrou.

Depois foi a vez do paraninfo José Garcez Ghirardi prestar seu tributo. Em seguida o formando Rafael Arsie Contrim leu o juramento. O vice-diretor administrativo Paulo Goldschmidt homenageou Gustavo Akkerman, de 22 anos, que obteve a melhor média entre os alunos durante os cinco anos do curso. O estudante foi aprovado em primeiro lugar no vestibular e por isso foi agraciado com uma bolsa mérito de 100%. Nos anos seguintes, manteve o benefício por ter a média mais alta da turma. Além disso, foi o vencedor da seleção para o cobiçado estágio na Harvard Law School, nos Estados Unidos.

Gustavo tem certeza de que fez a coisa certa ao escolher a FGV – pois também tinha sido aprovado entre os 30 primeiros aprovados no vestibular da USP, em que chegara a se matricular. "O curso é tão intenso que fui absorvido. Senti que era meu destino." Apesar de ser considerado como "o mito" entre os colegas, o rapaz revela humildade ao achar que não fez nada fora do normal. "Tenho uma filosofia de vida: uma pessoa só irá ser bem-sucedida e reconhecida se for esforçada, por isso eu não acho que seja mais inteligente do que os outros, apenas vou atrás", explica. Hoje Gustavo Akkerman trabalha no escritório Barbosa, Müssnich e Aragão, em que estagiou durante um ano e meio até a efetivação. Ali ele atua na área do direito societário e de fusões e aquisições.

Os oradores Fernanda Schalin e Marcelo Otavio Ramos discursaram em agradecimento à Escola. A funcionária Inês Portela Solero e os professores Carlos Ari e José Garcez foram homenageados pela turma, representada pelos estudantes César Augusto de Natale Nobre e Juliana Vila Melo. Por fim, o vice-diretor acadêmico Antonio Angarita encerrou a cerimônia dizendo que os bacharéis formados pela Direito GV começam a enfrentar um novo tipo de vida e mundo. "Estamos certos de que eles estão preparados para o que vier", completou, emocionado.







Cenas da formatura: o canto do hino nacional; a homenagem de Paulo Goldschmidt ao aluno Gustavo Akkerman; o grupo de formandos.

VIDA ACADÊMICA

Teses e dissertações que apontam novos caminhos

Acordos como alternativa às multas aplicadas pela administração

Em sua dissertação de mestrado "Atuação Administrativa Consensual: Estudo dos Acordos Substitutivos no Processo Sancionador", Juliana Bonacorsi de Palma analisa como se dá a atuação dos órgãos públicos quando substituem a aplicação de sanções por acordos. O trabalho, orientado pelo professor Floriano de Azevedo Marques Neto, foi defendido no dia 26 de fevereiro deste ano na Universidade de São Paulo (USP). Fizeram parte da banca as professoras Maíra Rocha Machado e Odete Medauar, além do orientador.

A autora trabalha a consensualidade administrativa em três frentes: normativa, teórica e prática. Na primeira parte, realiza a reconstrução do modelo de atuação administrativa típica, formalizada em atos unilaterais e imperativos. Na sequência, Juliana analisa o modelo de atuação administrativa consensual, ao qual destina dois capítulos. "Ao contrário do que parece, existem atos normativos diversos que preveem os acordos administrativos", conta. Segundo ela, o acordo é muito valioso para a administração pública, principalmente por evitar a judicialização do caso – tendo uma solução mais rápida –, gerar menos custos e proporcionar uma decisão mais aderente ao problema colocado. A terceira parte da dissertação avalia o plano prático da atuação administrativa consensual por meio do estudo empírico do Cade (*Conselho Administrativo de Defesa Econômica*). As multas aplicadas pelo órgão não são recolhidas e, portanto, o acordo surgiria como uma alternativa para o cumprimento efetivo da sanção.

Juliana escolheu o tema depois de estagiar na Direito GV, no curso de Direito Administrativo, ministrado pelo prof. Carlos Ari Sundfeld. "Quando discutimos o caso Operação Fanta, fiquei admirada com a consensualidade, não apenas pelo tema em si, mas pela forma como me foi apresentado", diz. Nessa operação da Polícia Federal, realizada em 2006, foi apurada a prática de cartel por processadoras de suco de laranja na compra da fruta dos produtores, no interior de São Paulo.

Na dissertação, a autora verificou que não há um tratamento uniforme para os acordos e eles dependem do caso normativo de cada órgão público. "Só é possível tentar a negociação se ela estiver prevista na legislação ou regimento", afirma. Não há diferenciação entre pessoa física e jurídica, porém, de forma genérica, os acordos não são celebrados com os cidadãos comuns, porque a administração não chega a propor uma alternativa às sanções. "Neste caso, a proposta de negociação deve partir dos órgãos públicos." Para Juliana, a substituição das sanções aproxima a administração da população.

A publicação do trabalho foi recomendada pela banca. De acordo com o orientador, o tema escolhido é atual e desafiador. "Este é um daqueles trabalhos acadêmicos que dão ao orientador enorme satisfação em todas as fases do processo. Juliana é uma pesquisadora de rigor e dedicação raros, com isso o resultado final é primoroso", elogia Floriano. Até o fim do mês, a autora pretende terminar a revisão da dissertação e enviá-la para a editora Fórum, que publicará o livro.

Direitos humanos à serviço das teorias da pena

Para estudar a criação da lei contra a tortura no Brasil, de 1997, Mariana Possas elaborou sua tese de doutorado "Sistema de Ideias e Criação de Leis Criminais: O Caso da Lei Contra a Tortura no Brasil". Orientada pelo professor Álvaro Pires, a pesquisadora defendeu a tese em 17 de agosto de 2009, no departamento de criminologia da Universidade de Ottawa (Canadá), para a banca composta pelos professores Anne-Marie Boisvert, André Joudoin, Richard Dubé, Jean-François Cauchie. O trabalho é um estudo de caso sobre o processo político de criação da lei contra a tortura no Brasil e as ideias a respeito da pena que circulam até hoje no país. O professor Álvaro Pires desenvolveu uma teoria descritiva do sistema de direito penal e também o conceito de racionalidade penal moderna (RPM). Esse conceito descreve o sistema de pensamento dominante sobre a pena no Ocidente. "Como sempre tive muito interesse em estudar as relações entre política e direito, eu optei por investigar como o sistema político atualizava esse sistema de pensamento e quais as consequências disso para as tomadas de decisão no âmbito das leis criminais", conta. Durante a pesquisa de campo, Mariana percebeu que essa lei suscitou discussões que envolviam diretamente o tema dos direitos humanos, de modo paradoxal. "Isso me deixou curiosa para analisar mais profundamente a relação entre direitos humanos e a RPM", diz.

O doutorado durou, ao todo, seis anos. Os primeiros três foram dedicados aos cursos obrigatórios e ao exame de qualificação. No início do quarto ano, ela foi a campo coletar material empírico. Documentos foram pesquisados em Brasília, nos arquivos do Congresso Nacional. Já as entrevistas foram realizadas em cinco cidades (São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília e Recife), com políticos que participaram do processo de aprovação da lei e com militantes de direitos humanos que trabalham com o tema.

Dividida em quatro capítulos, a tese explorou duas questões: a) a definição de "posição política" sob a denominação de "conservador ou progressista", e b) a representação da relação política entre as sanções penais e a proteção dos direitos humanos. E em que sentido essas representações podem alimentar a reprodução do mesmo sistema de repressão que dominou o Ocidente por quase dois séculos. "As penas são vistas como punições expiatórias e socialmente excludentes", avalia a autora. A conclusão diz respeito às formas de atualização da RPM e suas consequências. Mariana constatou que as ideias sobre a pena acabam sendo distorcidas pelas motivações de políticos e militantes, o que impede que os governantes (conservadores e progressistas) tenham um olhar crítico, ou mais reflexivo, sobre as penas que propõem. Por outro lado, políticos e militantes que se autodenominam progressistas realizam uma espécie de "acoplamento" entre os direitos humanos e as teorias da pena (RPM). "O resultado é que os direitos humanos são colocados a serviço das teorias da pena, em vez de serem utilizados para questionar a concepção de pena que elas [as teorias] veiculam", explica.

Para a autora, o trabalho é importante para o direito penal brasileiro porque se propõe a pensá-lo a partir de uma perspectiva externa, no caso, sociológica. Além disso, considera a questão crucial para a evolução do direito penal ocidental, que é baseado na reprodução "automática" de uma maneira de pensar e conceber a pena, naturalizada tanto pelo direito quanto pela política.

CARTA

O curso de direito da FGV inova na formação do advogado voltado para o mundo corporativo ao proporcionar a seus alunos uma formação mais atual e dinâmica. Seu método de ensino, com turmas menores e estímulo ao diálogo aluno-mestre e debates em sala de aula, forma profissionais com um senso crítico aguçado e conhecimento surpreendentemente profundo sobre teorias jurídicas do direito corporativo e seus temas atuais mais controvertidos.

A busca constante dos organizadores do curso por aprimoramentos, explicitada pelas periódicas consultas a alunos e ao mercado de trabalho, também é louvável. Isso se traduz no sucesso com que a FGV tem aproximado a academia do mundo profissional, sem dúvida uma inovação que muito merece ser comemorada.

Creio, também, que a FGV tem sido muito feliz ao explorar um nicho há muito carente e mudar o enfoque com que os mais diversos campos do direito – como societário, trabalhista, penal, civil etc. – são lecionados. Os alunos de sua primeira turma certamente saem para o mercado de trabalho preparados para atender às cada vez mais complexas exigências dos clientes corporativos, em todos esses campos.

Em resumo, a formatura da primeira turma do curso de direito da FGV é evidência incontestável da qualidade de ensino daquela instituição, e um importante indicador dos renomados profissionais que ela formará e do enorme prestígio que ela alcançará no futuro, caso consiga manter essa qualidade.

Flavio R. P. Meyer
Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, São Paulo, SP



PARA HAVER REFORMA É PRECISO PROVOCAR

Colóquio Internacional do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) discute Tributação, Desenvolvimento, Infraestrutura e Sustentabilidade

Por Rodolfo Amstalden

No final de novembro de 2009, no auditório da FGV-SP, o Colóquio Internacional do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) discutiu Tributação, Desenvolvimento, Infraestrutura e Sustentabilidade, visando a construir "cenários para o Brasil da próxima década". O resultado do encontro foi dar corpo a propostas que aparecem em pedaços nem sempre conexos, mas ali puderam ser concatenadas. Isso foi conseguido num encontro marcado pela interdisciplinaridade: houve grande troca de ideias entre administradores, advogados, economistas e até um psicanalista, fossem acadêmicos ou profissionais de empresas privadas e públicas. Ao longo das intervenções houve forte teor crítico por parte dos participantes em relação ao sistema tributário atual. A cobertura completa do colóquio pode ser lida em www.fgv.br/revistagetulio.

"Isso é um colóquio, não um seminário". A distinção, lembrada pelo professor de Economia da FGV Fernando Rezende, introduziu os modos para participar do evento. "Seminário dá a ideia de algumas pessoas voltadas para ensinar e muitas voltadas para aprender. Colóquio dá a ideia de muitas pessoas provocando e outras muitas reagindo." O próprio tema do colóquio só funcionaria com o público disposto a levar adiante os três dias, sem piscar frente a slides de Powerpoint. "Discutimos o Direito tentando encontrar respostas que realmente melhorem as leis brasileiras", comentou Eurico Marcos Diniz de Santi, logo ao início. Ao conduzir o NEF, de Santi afirma um espaço aberto, casando público e privado, compartilhando projetos e execuções. E isso orientou o encontro: convidados plurais, currículos que unem teoria e prática.

"Dentro de um processo democrático, precisamos não só pensar nos problemas, mas também propor mudanças efetivas", ressalta Eurico. "Os estudos são voltados não para fazer doutrina, mas para impulsionar as condições de desenvolvimento social e econômico, em proveito do país. Temos uma preocupação pragmática de que as conversas ultrapassem o ambiente acadêmico e se transformem em projetos de lei".

O NEF e seu colóquio provocam e reagem a iniciativas que apurem o entendimento sobre a justiça tributária, simplifiquem a regulamentação dentro do ambiente de negócios e tornem eficiente o uso da arrecadação pública. "Sabemos que reforma tributária se faz melhorando o governo. No entanto, o governo não melhora do nada. Precisamos recuperar o interesse do setor privado, a cobrança vinda do cidadão", sentencia de Santi: de 1988 a 2008 nossa carga tributária cresceu 20 pontos percentuais. Como reflexo, aumentou também o contencioso tributário, "em função da complexidade do sistema e da asfixia que ele impõe aos contribuintes". Como chegamos a essa combinação? "Por meio das disputas entre um Estado querendo arrecadar sempre mais e uma sociedade buscando se esquivar dos ônus tributários".

Pedro Delarue, presidente do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), pergunta quem formula a política tributária em nosso país. "São os políticos, que têm interesses eleitorais? Ou são os agentes públicos, que devem exigir uma política tributária do Estado, em vez de aceitar preferências agradáveis a cada governo?" Delarue aproveitou para pedir atenção sobre os riscos de ingerência. "Assim como ao Banco Central cabe a titularidade da política monetária, à Receita Federal deve caber a titularidade da política tributária".

Ficando para trás?

Com passagens pelo Tesouro Nacional e pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Eduardo Guardia acha que, tomando por base a saúde fiscal, a situação corrente é menos favorável que em anos anteriores. "Perdemos o bonde entre 2003 e 2008, quando as condições macroeconômicas eram favoráveis. Agora, com a deterioração das contas públicas, será mais difícil". A impressão que domina o debate sobre a viabilidade da reforma é de que o tempo passou e ficamos para trás. Tudo se tornou mais complicado. "Como todos sabemos, a reforma do sistema tributário é, desde sempre, um dos grandes desafios enfrentados pela nação brasileira", recorda Marcos Cintra, vice-presidente licenciado da FGV e secretário do Trabalho do município de São Paulo. Há tempos Cintra acompanha de perto a evolução do tema, ou a falta de evolução. "No Congresso Nacional, é frustrante perceber que as discussões terminam sem consenso, sem qualquer resultado prático. A única consequência tem sido a proliferação de remendos, de atos tributários carentes de coesão. Costuramos uma colcha de retalhos cada vez mais incompreensível e menos eficiente do ponto de vista econômico".

Uma boa chance de mexer no conjunto acompanha as trocas de liderança estadual e federal em 2011. Tantos os estudos acadêmicos quanto a experiência prática apontam que o primeiro ano de governo é o mais propício à aprovação de mudanças estruturais. Para Paulo Ayres Barreto, professor da USP, quem for vencedor nas eleições de 2010 deve, por bom senso e obrigação, conhecer e executar propostas levantadas por órgãos como o NEF, "pois isso ajudará na implementação de uma reforma tributária". "Incomoda o descompasso entre a enorme quantidade de conversas e a noção de que o assunto simplesmente não sai do lugar. Quem já tentou mudar um mínimo detalhe do sistema sabe quanto esforço isso exige."

Nas vezes em que alguém procura melhorar as coisas, ao menos duas perspectivas se abrem, afirma Paulo Ayres Barreto: "A primeira evoca medidas simples, como o caso da tributação sobre a renda da pessoa física no Brasil, que é tida por muitos como um paradigma, um modelo a ser seguido, graças a seu caráter prático. A segunda diz que, se à simplicidade conseguirmos somar a justiça tributária, tanto melhor". Enfatizando as nuances de interpretação, Ayres Barreto argumenta que "do ponto de vista do contribuinte, é difícil compreender que os cofres públicos dependam de uma carga tributária estimada em 40% do PIB". Já do ponto de vista do Fisco, mesmo assim as contas não fecham, despesas superam sistematicamente as receitas. "Muito mais do que um problema aritmético, precisamos equacionar anseios de praticidade, eficiência, justiça, capacidade contributiva e segurança jurídica. Cada um desses tópicos encontra interesses conflitantes."

Trocas entre defeitos

A dificuldade de avançar está ligada ao imperativo das escolhas. Eduardo Guardia nunca ouviu falar de revolução neutra: "Alguém sempre tem que pagar a conta. Mas não vejo uma vontade política de avanço na reforma tributária, com a devida disposição para arbitrar perdas". O princípio de trade-off, trocar um pelo outro, rege toda e qualquer decisão econômica e, por estar contida, também toda e qualquer decisão tributária. Logo, cabe a quem

decide pesar qualidades e defeitos para ver o que sobra. Vide o caso do imposto de renda, descrito por Barreto: "O IR não é um imposto perfeitamente justo. De um lado, imagine o indivíduo que sustenta uma família com cinco filhos, ajuda seus pais e seus sogros e briga para comprar uma casa própria. De outro, o indivíduo que ganha a mesma importância do primeiro, é solteiro e mora confortavelmente com os pais. Ora, sabemos que a tributação de um e de outro não será suficientemente distante a ponto de implicar isonomia. Porém, nem por isso o IR deixa de ter méritos. Provavelmente o alcance de isonomia entre esses dois indivíduos demandaria complexidades adicionais bastante onerosas. Assim, a troca entre objetivos não compensaria".



Na abertura dos trabalhos do colóquio, a fala de Eurico de Santi

Embora nesse exemplo soe trivial, o professor da USP ressalva que o cálculo do trade-off frequentemente encontra um impasse. "No meio da conta, surgem sérias dificuldades". No PIS/Cofins, cumulatividade ou não cumulatividade? "Todos queríamos a não cumulatividade, brigávamos por ela. Na teoria, a solução encontrada era maravilhosa. Na prática, um dia as ideias chegaram a Brasília e alguém resolveu se lembrar da proteção aos interesses do erário. Como resultado, hoje temos um sistema absurdamente confuso, que rende muitas teses de doutorado".

Pedro Delarue narra a primeira coisa que lhe vem à mente quando pensa em reforma tributária: "É a complexidade". A segunda coisa, que provavelmente decorre da primeira, é a inversão dos preceitos. "Temos uma legislação que, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, privilegia a tributação sobre o consumo, quando as melhores práticas mundiais, inclusive por uma questão de progressividade, privilegiam a tributação sobre o patrimônio e a renda. Há muitas incoerências no caso brasileiro."

Para não ignorar o óbvio, Fernando Rezende lembra que "chegamos a uma situação na qual a carga tributária bateu sucessivos recordes, somando 15 pontos percentuais em pouco mais de uma década e meia – média de um ponto por ano". China e Índia tem 15% do PIB, a América Latina tem 20% e nós com 36%. "Não só é elevada, mas também complexa, trazendo problemas de insegurança jurídica. Como se não bastasse, falta transparência, sobra cumulatividade, a desoneração das exportações é incompleta e pesam os custos administrativos, tanto para o Fisco quanto para os contribuintes", contrapõe Eduardo Guardia. De fato, diante de medidas de eficiência, precisamos agregar os chamados "custos de conformidade", que não se fazem esquecer. Estatísticas do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário apontam que, de 1988 a 2008, conhecemos cerca de 250 mil novas normas tributárias vindas de união, estados e municípios. "Isso significa uma média por dia útil de 5,69 normas da união, 15,20 dos estados e 30,28 dos municípios, perfazendo o total de 51,17", conclui Marcos Cintra. E, para empresas com faturamento até R$ 100 milhões, que são maioria no Brasil, os custos meramente operacionais ligados ao recolhimento chegam a 7,3% das receitas. "Fazendo a equivalência em termos macroeconômicos, chegamos à proporção de 5,8% do PIB, que quase nunca entra na conta tradicionalmente feita para a carga tributária".

Tantos os estudos acadêmicos quanto a experiência prática apontam que o primeiro ano de governo é o mais propício à aprovação de mudanças estruturais

"Só conseguiremos legitimar os impostos por meio da qualidade dos gastos, mudando a dinâmica macro das contas públicas. Enquanto os gastos forem crescentes, não deixarão a receita em paz", avisa Guardia. Temor compartilhado por Paulo Ayres Barreto: "Parece-me que outra das grandes cegueiras seja a falta de preocupação com o gasto público".

Novos paradigmas

Conhecido pela campanha em prol do imposto único, Marcos Cintra agora sai em defesa do IMF, um imposto sobre movimentação financeira nos moldes da extinta CPMF. Ele crê que, moldados de forma inteligente, sem abusos e sem cumulatividade, tributos sobre movimentação financeira podem compor uma agenda valiosa de reforma para o Brasil. São a troca do ultrapassado pelo moderno, contextualizada só com uma aula de história.

Os sistemas tributários convencionais têm inspiração tipicamente fordista, pressupondo empresas que funcionam dentro de uma economia industrial fechada, com linha de produção, relação hierárquica entre empresário e trabalhador, estrutura física integrada, concentração geográfica, fornecedores

NENHUMA RECEITA VALE PARA TODOS

Há 50 anos trabalhando e assessorando países na área fiscal, Richard Bird descarta soluções curtas e simplificadoras

Por Rodolfo Amstalden

Para quem desconhece a experiência do Doutor Richard Bird no campo tributário, sua ex-aluna de doutorado Mônica Pinhanez dirime as dúvidas ao apresentá-lo à plateia durante o Colóquio Internacional do Núcleo de Estudos Fiscais: "Ele tem uma vida de 50 anos atuando nessa área". O professor emérito da Universidade de Toronto também deu aulas como visitante na Austrália, Estados Unidos, Holanda, Índia e Inglaterra, entre outros países. E sempre combinou o acadêmico ao profissional. Trabalhou como membro do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), consultor regular do Banco Mundial e assessor do Ministério da Fazenda na Colômbia. Seus estudos tratam especialmente de obstáculos fiscais enfrentados por nações emergentes, que não são poucos. Por isso, faz sentido ouvir o que pensa, tanto de problemas globais como dos brasileiros.

Com a ressalva de que "nenhuma resposta está certa em todo lugar, a todo momento", Bird tem simpatia pela dita santíssima trindade dentre as opções de reforma tributária: base maior, taxas menores e administração eficiente. Forma mútua por meio da qual boa parte das eventuais insatisfações e distorções é diluída, e outra parte é corrigida. "De fato, essas três coisas fáceis de decorar resumem muito do que precisamos fazer." E também muito do que não fazemos, perdendo escala com a atividade informal, onerando setores mais fiscalizáveis e escolhendo ingerências sobre processos técnicos. Pecados de uma área já nascida para incomodar. "Ninguém gosta de impostos", admite o professor. As pessoas não gostam de pagá-los e os governos de implementá-los. "Infelizmente, impostos são necessários para financiar os gastos públicos de maneira não inflacionária e para garantir que a conta seja distribuída com alguma justiça".

O economista insiste em deixar claro que a política tributária não se limita ao escopo econômico. "Como é um assunto que mexe com o princípio de equidade, fatores políticos também vêm à tona", assim como de outras ordens. Tal complexidade inibe respostas simples e rápidas, das que se ouve e vai embora sem pensar. "Toda frase curta sobre economia é inerentemente falsa", lembra Richard Bird, citando uma frase curta de Alfred Marshall. E o complexo inibe também os confortos da experiência. "É preciso ser jovem e ingênuo para dedicar-se a uma disciplina na qual, décadas após a fase introdutória, ainda não se encontram soluções universais. Por isso – avisa o professor –, se um jornalista quiser me entrevistar, só não pode perguntar "o que devemos fazer".

Não é preciso ir tão longe: a América Latina fornece bons exemplos, como a reestruturação do imposto de renda no Uruguai ou a descentralização fiscal na Colômbia

Quais são as principais razões capazes de forçar uma reforma tributária e que tipos de obstáculos elas enfrentam?

Prof. Richard Bird Não estou certo de que conseguiremos elencar "principais razões", já que tais reformas podem mirar uma vasta gama de objetivos: aumentar as receitas do governo; reduzir distorções para impulsionar o crescimento econômico; simplificar a estrutura de tributação para controlar custos de conformidade; amenizar a regressividade do sistema etc. Quanto aos obstáculos, tendem a aparecer sobretudo no campo político. É fácil imaginar que sempre há algumas pessoas que estão – ou pensam que estão – melhores sem a reforma do que com ela. E, de forma geral, sabemos que mudanças, mesmo que para melhor, geram uma sensação incômoda, e são mal recebidas pela maioria. Em segundo lugar, devemos considerar também eventuais barreiras administrativas, como a dificuldade de taxar diretamente as atividades do mercado informal.

O Brasil poderia escolher atalhos, reproduzindo experiências bem-sucedidas em outros países?

Richard Bird Nunca é fácil importar experiências estrangeiras, porque – falando de um modo simples – "lá" é muito diferente de "aqui". Ou seja, não podemos deliberar sobre transformações institucionais sem levar em conta o ambiente em que as propostas estão inseridas. Como cada nação carrega uma série de particularidades, precisamos ponderar todas elas antes de decidir pelo melhor caminho. O progresso de outros países – como o do Chile, no caso dos excelentes processos de administração tributária – pode servir de sugestão às autoridades brasileiras. No entanto, isso não implica atalhos. É ingênuo copiar essa provisão ou aquela técnica de outro lugar, esperando simplesmente que funcione aqui do jeito que funciona lá. Porém, mesmo sem traduções perfeitas, vale a pena procurar exemplos de melhorias tributárias no exterior. Para isso nem é preciso ir tão longe, pois a América Latina fornece boas referências de aprendizado, como a reestruturação do imposto de renda no Uruguai ou a descentralização fiscal na Colômbia. Muitas vezes, a lição mais importante não vem da lista de medidas executadas, mas sim

e clientes definidos, regulamentação única etc. Foi com base nessas características que nasceu o modelo de tributação autodeclaratório com auditoria. O próprio agente econômico apura o tributo devido, declara, faz recolhimento e espera os auditores. Processo que funcionaria bem em um mundo com pouca mobilidade dos fatores de produção, levando a um controle simples da arrecadação. Porém, com o passar do tempo, esse sistema convencional vai se tornando mais e mais problemático. O Estado, que antes arrecadava 12% ou 15% do PIB, começa a criar necessidades, a ponto de a carga tributária beirar os 50% do PIB. No entanto, não é preciso se impressionar: mesmo países desenvolvidos aproximam-se dos 30% do PIB. Um dos resultados naturais desse aumento do setor público é a base de incidências múltiplas. Como o governo não consegue alcançar tamanha fração apelando apenas ao imposto de renda, apenas à circulação, apenas aos salários ou ao comércio exterior, acaba por escolher uma combinação de tudo, e com alíquotas elevadas. Ou seja, estrutura não linear e com elevados ônus operacionais.

Ao longo dos últimos 30 anos, dois fatos provocaram mudanças consideráveis de cenário: a globalização e o avanço tecnológico. Com a globalização, as firmas estenderam suas estratégias para além das fronteiras nacionais, tecendo redes de relacionamento distribuídas por diversos países. Grandes volumes de importações e exportações, subsidiárias, remessas de lucros e contas em paraísos fiscais revolucionaram a lógica do sistema. Paralelamente, os avanços tecnológicos intensificaram as vias de comunicação, de transporte de dados e permitiram que a moeda assumisse de vez sua faceta virtual. No Brasil, por exemplo, graças à herança da hiperinflação, o papel-moeda em circulação equivale a menos de 3% do PIB, contra 8% nos Estados Unidos, 15% no Japão e 40% na Suíça. Somos referência quando o assunto é dinheiro eletrônico. Contabilizando esses efeitos, Cintra nota que as bases tributárias mais dinâmicas conseguem escapar dos instrumentos de arrecadação tradicionais, deixando para trás as bases mais morosas, que acabam sobretaxadas. "Isso é evidente no caso da nossa folha de salários, cuja incidência atinge 42% quando somamos contribuição patronal e do próprio assalariado". Tais impasses indicam a necessidade de um novo paradigma.

Enfim, recorrer ao doutor

Há várias décadas um dos ícones do pensamento tributário, ajudando a desenhar reformas tanto em países desenvolvidos quanto em nações emergentes, o professor Richard Bird, da Universidade de Toronto, é o convidado internacional, a figura acadêmica mais esperada do colóquio. Mas, enquanto o chamam de professor, ele mesmo reconhece outra profissão. "Tenho um amigo que passou a me chamar de Doutor Fiscal. Perguntei a ele o porquê, e ele me explicou que nunca vira alguém que fizesse tantas visitas a países com sérias doenças fiscais". Bird faz as contas: já foi consultado por 60 nações: 40 demandando tratamento completo e 20 pedindo check-up rápido. Nessas visitas, se incomoda que os jornalistas peçam entrevistas e perguntem, logo de cara: o que devemos fazer? "Acabo de descer do avião e já vem a pergunta: o que devemos fazer, professor Bird? Ora, vocês, que são residentes, provavelmente sabem a resposta melhor do que eu."

"Se você conhece um país o bastante, sabe de onde vêm suas fraquezas, seus tropeços históricos" – e Bird afirma não saber tanto assim sobre o Brasil, pois só conhecemos um país de dentro, e ele deve ter passado, no máximo, dez dias aqui durante os últimos 20 anos. Não conhece bem a história, a cultura e não entende o idioma. Portanto, não terá a pretensão de análises profundas. "Com base em comparações com experiências que tive, avalio que os problemas que o Brasil enfrenta não são exclusivos; porém, nunca tinha encontrado todos eles em um só lugar, ao mesmo tempo."

O Brasil possui um aparato público gigantesco, avalia o professor, mesmo se comparado apenas com os países emergentes. Não só o governo é grande, como tem crescido rapidamente ao longo dos últimos anos. "Com um orçamento estatal desse tamanho, é difícil entender as defasagens em educação e saúde". Talvez existam porque enfrentemos uma mazela quase que inequívoca quanto ao grau de eficiência do setor público. Estudos internacionais apontam que, na maioria dos casos, o dinheiro arrecadado com uma carga tributária acima de 30% do PIB se perde no meio do caminho, é direcionado a usos pouco produtivos. "Todos sabemos que a carga brasileira já ultrapassou esse patamar faz tempo. Como consolo, eu imagino que, uma vez que a introdução de novos tributos tornou-se absolutamente intolerável, a única opção restante é qualitativa, tornando a estrutura atual mais produtiva."

Richard Bird diagnostica outro corpo estranho: ouviu dizer que o Brasil busca aliviar o papel do Estado em grandes empreendimentos de infraestrutura por meio das PPPs, Parcerias Público-Privadas. "Já vi muitas tentativas nesse sentido, em uma dezena de países, mas nenhuma realmente deu certo. Nos casos em que dá menos errado, o Estado faz os principais investimentos e arca com os maiores riscos, enquanto o empresário assume o projeto em seu melhor momento, pronto para explorar os benefícios. E, caso não apareçam os lucros, o empresário devolve às mãos do governo, que é então obrigado a cuidar de um elefante branco".

Uma boa administração tributária depende de apoio político e precisa de gestores capacitados, com estratégias claras, que avaliem sua performance e publiquem relatórios periódicos

da exata maneira com que foram preparadas. Tanto o Uruguai quanto a Colômbia adotaram preliminares precisas, por meio de pesquisas amplas e cuidadosas, envolvendo consulta à sociedade ao longo dos anos. Muitas dessas experiências, incluindo algumas brasileiras, estão documentadas por organizações como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Brasil incluído, muitos países tropeçam na tentativa de conjugar receitas e gastos fiscais. Como aliviar tal descompasso?

Richard Bird Quando as receitas tributárias disparam, os governos tendem a gastá-las. Porém, quando elas caem, não é tão fácil cortar os gastos na mesma proporção. Só consegue aliviar essa assimetria quem amadurece e atinge certa autodisciplina. Assim como qualquer pessoa, os governos devem aprender a lidar com fenômenos cíclicos e fenômenos incertos, traçando seus orçamentos de acordo com a conjuntura. Quando é tempo de fartura, não gaste tudo; em vez disso, aproveite para amortizar dívidas (cortando despesas com juros) e reduzir a carga tributária. Nos casos em que a arrecadação extra é fruto de fatores específicos, como a valorização das commodities, o setor público pode neutralizar eventuais exageros por meio de fundos de reserva. Assim, quando as coisas forem mal, existe espaço para recorrer a um endividamento saudável ou ao realinhamento de tributos, caso necessário. Fazendo um esforço nas horas fáceis, o afrouxamento nos momentos difíceis não compromete a solidez da posição fiscal. Isso tudo é lição de cartilha nos cursos de gestão tributária – nada complicado de entender.

Qual a relação entre tributação e crescimento?

Richard Bird Essa questão é polêmica. A melhor resposta para ela está em um artigo publicado há pouco pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Lendo o artigo, notamos que não sabemos tanto quanto gostaríamos sobre essas relações, mas que – de consolo – ao menos já criamos consenso sobre alguns aspectos importantes. Por exemplo, incentivos tributários não costumam ser muito relevantes ou mesmo úteis. Por outro lado, a existência de altos impostos que onerem o lucro corporativo e a renda pessoal disponível é, na maioria das vezes, prejudicial. Recapitulando, essas duas impressões parecem coerentes com o raciocínio implícito no método BBLR: conserve a base ampla (isto é, não abra mão dela por meio de incentivos) e, ao mesmo tempo, mantenha as tarifas pequenas.

Por que incentivos fiscais não costumam ser úteis?

Richard Bird Nessa discussão, o que importa é o julgamento feito acerca dos formuladores de política econômica. Ao gastarem o dinheiro de outras pessoas, eles conseguem tomar decisões melhores que as advindas do setor privado, que se responsabiliza por seu próprio dinheiro? Esse dilema se associa a outro, também fundamental, sobre o perfil dos mercados. Não preciso mais perguntar se eles são perfeitos ou não. Já sabemos que os mercados nem sempre funcionam direito, graças a desvios criados pelo setor público ou à dificuldade de precificar externalidades de modo correto. Então, o que preciso perguntar é: de alguma maneira, somos mais capazes que determinado mercado na tarefa de identificar e impor um preço justo, que reflita todos os custos reais? Essa é questão difícil, e os formuladores frequentemente respondem-na errado, criando outras distorções enquanto tentam compensar os problemas originais.

Quais são as condições necessárias para uma boa administração tributária?

Richard Bird Descrevê-las é simples. Uma boa administração tributária depende de forte apoio político, mas sem que haja ingerência sobre suas operações cotidianas. Precisa de gestores capacitados, que montem estratégias claras, avaliem sua performance e publiquem relatórios periódicos. E também precisa de estrutura organizacional, com fontes de recursos e hierarquias bem definidas. Em outras palavras, tudo deve ocorrer como em um bom negócio privado, só que ressaltando os interesses públicos envolvidos. Embora seja às vezes relegada, a parte administrativa é vital à eficiência da atribuição e coleta dos tributos.

Pensando em implicações de política econômica, quais as principais diferenças entre impostos sobre consumo, renda e propriedade?



Richard Bird Se estamos preocupados com crescimento econômico, impostos sobre a propriedade são os menos prejudiciais, seguidos de impostos sobre o consumo e, por fim, sobre a renda. Se visamos políticas distributivas, provavelmente o ranking é: renda, propriedade e consumo. Já no caso de simplicidade, a ordem fica: consumo, renda e propriedade. Ou seja, depende do objetivo. Na prática, estamos interessados nessas metas conjuntamente, e também em outras. Além disso, os três tipos citados carregam tantas singularidades que qualquer fórmula de bolso acaba por enganar mais do que esclarecer.

Nem sempre é fácil enxergar para onde vai a receita arrecadada com impostos. De que forma podemos melhorar essa percepção?

Richard Bird Temos que falar o tempo todo sobre o assunto, obrigando o governo a nos contar exatamente quanto dinheiro está sendo recolhido de cada um e qual o destino dado a ele. O comportamento do setor público está diretamente ligado ao grau de informação da sociedade sobre o que acontece no governo. Qualquer bom governo depende de uma sociedade bem informada, interessada no que os governantes fazem dia a dia. Nesse sentido, o trabalho do jornalista é valioso, pois força os políticos a terem uma atitude honesta, dado que, diante de uma cobertura próxima, fica difícil esconder o jogo durante muito tempo. Obviamente, o trabalho do repórter não é o de deixar o governo feliz, nem o de espalhar à sociedade preconceitos contra o setor público, mas sim dizer aos dois lados o que realmente acontece, mesmo que eles não queiram ouvir (e normalmente não querem).

HOJE É FÁCIL VENDER O BRASIL

O primeiro presidente da CVM, que se considera um caixeiro viajante do país, garante que hoje não é preciso muito esforço para vender o país lá fora: o mercado internacional, fascinado com nossas potencialidades, está comprando o país pelo catálogo

Por Carlos Costa
Fotos Gustavo Scatena-Imagem Paulista

Nas últimas quatro décadas o mercado de capitais foi um dos setores que mais se transformaram no Brasil. Se no final dos anos 50 as ações eram vendidas em operação porta a porta a investidores individuais, hoje a bolsa opera num sofisticado sistema online. O economista Roberto Teixeira da Costa viveu todas essas transformações – e as relatou no livro *Mercado de Capitais, Uma Trajetória de 50 Anos* (Imprensa Oficial, 2007), que teve apresentação de Olavo Setúbal e João Paulo dos Reis Velloso, com orelha escrita por Delfim Netto. Teixeira da Costa conta que sua primeira opção de graduação foi Engenharia, para seguir o exemplo do pai Nelson Teixeira da Costa, formado nos Estados Unidos. Prestou vestibular, foi reprovado em duas faculdades e viu que seu destino era mesmo a Economia. Formou-se na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, atual UFRJ, onde foi aluno de Roberto Campos e Octávio Bulhões. Dos mestres, lembra-se de que Roberto Campos era um professor que fascinava, pois tinha um poder de comunicação fascinante; já as aulas de Bulhões "eram muito difíceis. Ele não era um comunicador, mas tinha um conhecimento fantástico. O Brasil deve muito a eles na evolução do mercado de capitais: no governo Castello Branco, lançaram as bases do que depois se tornou a lei 4728".

Em 1958, Roberto Costa ingressou na Deltec S.A. Investimentos, Crédito e Financiamento, pioneira no Brasil, responsável pelo lançamento de ações de grandes empresas no mercado. Transferiu-se para São Paulo dois anos depois, para chefiar o departamento de pesquisas e análises. Dali foi para o Banco de Investimento do Brasil, que mais tarde se transformou no Unibanco, e foi vice-presidente de Investimentos até março de 1977. Com a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 1976, recebeu o convite de Mario Henrique Simonsen *[ministro do Governo Geisel]*, voltando para o Rio para implantar a autarquia.

Na apresentação do *Mercado de Capitais, Uma Trajetória de 50 Anos*, Olavo Setúbal escreve: "Roberto Teixeira da Costa foi uma vocação empreendedora que, ao contribuir para a consolidação do mercado de capitais no âmbito de uma sociedade tão complexa e heterogênea como a nossa, abriu caminho para um sem-número de empreendedores e, por consequência, para o próprio desenvolvimento do país". O economista recebeu *Getulio* em seu escritório para comentar o atual momento do Brasil, sem deixar de refletir sobre o passado.

Foi difícil marcar esta entrevista, o senhor vive viajando *[risos]*.

Roberto Teixeira da Costa Estou com 75 anos e já deveria estar aposentado, mas sou daquele tipo que jamais vai se aposentar. Vou ser aposentado *[risos]*, como dizia o financista americano Warren Buffet: "Irei me aposentar três anos depois que morrer". Minha vida profissional tem três vertentes: uma é o mercado de capitais; outra a governança coorporativa, pois acumulei ao longo da vida várias experiências em conselho. Fui conselheiro antes que se falasse nisso, devo ter participado de mais de 20 conselhos de empresas. E a terceira vertente é a de relações internacionais. Nos anos 80 fui convidado para presidir o capítulo brasileiro do Conselho de Empresários da América Latina e isso me abriu uma janela enorme nas relações internacionais. E fui parar no Grupo de Conjuntura Internacional da USP, com o Luiz Felipe Lampreia. Criei, com Geraldo Forbes, José Luis Salles Freire e Roberto Rodrigues uma empresa de consultoria na área de relações internacionais *[a Prospectiva Consultoria]*. Estou indo daqui a pouco para Buenos Aires, participar de uma reunião da Sial-Mercosul, em que se discutirão questões desse bloco econômico, para saber o que está faltando, quais os próximos passos, como recriar o espírito original



desse organismo, que é reunir empresários para a troca de experiências.

Vamos direto ao tema dos investimentos estrangeiros no Brasil.

Roberto Costa É um tema fascinante e tenho escrito muito sobre ele. Esse é um fenômeno que passou por uma mudança interessante nos últimos dez anos. Quer dizer, nós antes buscávamos como atrair o capital estrangeiro para cá. Fui um verdadeiro caixeiro viajante porque sempre saía para vender o Brasil, mesmo em momentos difíceis. Lembra-se da história do gato e do tigre? Nós éramos o gato *[risos]*, ninguém acreditava no Brasil. Era apenas descrédito: um país exótico, não tinha moeda, as instituições não funcionavam... Nos últimos anos não precisamos mais vender o Brasil. Ele está sendo comprado com sofreguidão. Estão tão fascinados e encantados pelo país que o compram por catálogo.

O que quer dizer comprar por catálogo?

Roberto Costa Significa que os investidores estrangeiros, por apresentarmos um leque de ótimas alternativas de investimento, redescobriram o Brasil e confiam: nem precisam vir checar a qualidade, compram pelo catálogo.

E por que isso aconteceu?

Roberto Costa O investidor estrangeiro quer pre-vi-si-bi-li-da-de. Previsibilidade é a pedra fundamental de qualquer investimento. Quando discutíamos a Constituição de 1988 tive contato com um investidor estrangeiro que disse algo interessante: "Não me importo se o Brasil vai se tornar um país socialista ou comunista. Quero é conhecer as regras do jogo. Dependendo da posição que o país adotar, assumirei um determinado comportamento". Todos querem conhecer as regras do jogo, querem que sejam claras. O que afetava violentamente nosso país? As pessoas diziam: aqui é fácil prever o futuro, difícil é prever o passado. Como regra geral as coisas que estavam acertadas ou estabelecidas mudavam e isso é assustador para o investidor. A consistência dos últimos quinze anos na política macroeconômica foi fator fundamental para o Brasil. Há outra questão: não tínhamos moeda. Um país que não tem moeda não é sério e ninguém investe. O referencial de trazer o futuro para o presente é a moeda e se não existe moeda não há como fazer cálculo de investimentos. Uma conquista do Brasil com o Plano Real foi a consolidação da moeda. Sou de uma geração, e eu dizia brincando, "Cacilda *[a esposa]*, escreva em minha lapide: 'Livrei-me da correção monetária e da inflação'" *[risos]*. A correção monetária foi um carma na vida do brasileiro. Ter uma moeda é uma conquista! O país passou a ser sério e ter consistência. O controle da inflação é um dos grandes méritos de nosso presidente.

Por quê?

Roberto Costa Sem apologias ou críticas a Lula, ele como líder sindical e ex-operário sabe dar valor a isso melhor do que ninguém. A classe trabalhadora é a mais punida em tempos de inflação. Às vezes escuto: "O Lula é tão conservador". Não é verdade, ele sabe que com moeda não se brinca. Tínhamos o salário mínimo mais ridículo da América Latina e hoje ele deve estar beirando 300 dólares.

Hoje o Brasil está na moda: melhoramos e o Lula tem sido um grande caixeiro viajante do Brasil. É um grande promotor e adquiriu credibilidade

E com isso 30 milhões de brasileiros mudaram de patamar.

Roberto Costa O Brasil mudou de turma. Antes estávamos disputando a segunda divisão e agora estamos na primeira. Quais são os ônus de estar na primeira divisão? Temos que avaliar bem isso. Na segunda divisão ninguém presta muita atenção se o time jogou mal ou não. Na primeira divisão os jogadores têm de ser os melhores, não podem decepcionar a torcida, pois existe o risco de ser rebaixado. Hoje o Brasil está na moda. O fato é que melhoramos e o Lula tem sido um grande caixeiro viajante vendendo o país. É um grande promotor e adquiriu credibilidade. Embora alguns achem que essa credibilidade esteja sendo arranhada ultimamente por episódios como receber o presidente do Irã, beijos e abraços com o Fidel e Raúl Castro. Honduras que foi um tiro na água. Li no *Estadão* o artigo primoroso em que o Mario Vargas Llosa dizia sentir-se envergonhado como cidadão da America Latina: um presidente que se diz democrata, como o Lula, sorrir para o Raúl e Fidel Castro.

Não será que o Lula faz jogo de cena para certa plateia?

Roberto Costa Ele conhece essa plateia. Como seguiu o receituário da ortodoxia e aprimorou o que Fernando Henrique Cardoso havia feito, ficou meio sem espaço nessa área e por isso assumiu essa postura de agradar a plateia nas relações externas.

Mas vamos voltar ao foco.

Roberto Costa Nós melhoramos, mas nossos vizinhos pioraram muito. O exemplo é de uma pessoa que está com sua mansão em um quarteirão e de repente quando olha para o lado e tem um cara fabricando uma bomba e o outro com a casa inundada. Nós estamos em uma posição diferenciada porque temos constância. O único país que se distingue em nossa região é o Chile e infelizmente aconteceu agora toda aquela catástrofe. Foi assustador ver as imagens com as pessoas saqueando supermercados. No Haiti não houve esse tipo de comportamento. Como é que podemos explicar socialmente e antropologicamente que um povo tão civilizado como o chileno fosse capaz de tais atos? Me arrisco a dizer que esse povo estava amargurado e quando surgiu uma oportunidade de extravasar se transformou em um grupo de saqueadores.

Há três anos o aumento da participação de empresas brasileiras no exterior foi maior do que a de grupos estrangeiros no Brasil. Esse é um fenômeno a ser estudado



Quais as perspectivas para o Brasil neste 2010?

Roberto Costa Podemos estimar que o Brasil tenha 50 bilhões de dólares em investimentos diretos, graças ao FDI-Foreign Direct Investment. Mesmo em momentos críticos fomos beneficiários e por três razões: pela credibilidade, oportunidade e porque existem grupos que já estão no Brasil há tempo e se acostumaram aqui e continuam apostando no país. Isso explica a promessa de investimentos. Mas é preciso lembrar que esses 50 bilhões em sua maioria são destinados a fusões, compras de empresas, ampliações e investimentos de portfólio. Não está acontecendo um investimento direto em grandes projetos de infraestrutura, que são basicamente financiados pelo Estado ou por parcerias com entidades internacionais como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Nós não conseguimos até agora criar mecanismos incentivadores para esse tipo de necessidade.

Por quê?

Roberto Costa A expectativa de retorno é baixa, há forte dependência do Estado, e sobretudo desconfiança das normas e agências reguladoras. Vamos recapitular: a ideia do FHC ao criar as agências reguladoras qual era? Era existir uma política nos ministérios das Comunicações, Minas e Energias que, independentemente de mudanças de governo, tivesse consistência. Falta aprimorar esse marco regulatório. Há muito trabalho a fazer.

Es temos deficiência com relação ao marco regulatório.

Roberto Costa Sim e foi uma das razões que eu explicava. Sou um homem da velha guarda *[diz isso, tirando de uma pasta recortes do jornal do dia]*. Eu recorto muito jornal. O assunto da participação de brasileiros no exterior me fascina. É uma coisa que mudou muito nos últimos anos: a participação de grupos brasileiros no exterior. Tem um dado interessante: há três anos o aumento da participação de empresas brasileiras no exterior foi maior do que a de grupos estrangeiros no Brasil. Esse fenômeno ainda não tem sido muito estudado.

Por que isso ocorre?

Roberto Costa Grandes empresas como a Vale do Rio Doce, Gerdau, Votorantim estão entrando forte em outros países. A primeira explicação é que com o fenômeno da globalização deixaram de existir apenas mercados locais. Os mercados se tornaram mundiais e, como consequência, surgiram os mercados de escala. Hoje é preciso ter escala de produção para se tornar competitivo. Se não consegue fazer escala no Brasil é preciso comprar empresas no exterior para diminuir o custo e ter produção em escala mundial.

No caso de empresas, como as siderúrgicas, há a necessidade de comprar, por exemplo, uma planta americana para poder jogar como *player* local...

Roberto Costa Isso é um subproduto. Para algumas empresas estar presente nos mercados locais é atender mais de perto esse mercado e aprender a melhorar a sua competitividade pelos métodos que prevaleçam nesses lugares. Outra razão importante certamente foi a questão cambial. O fato de ter a moeda brasileira supervalorizada nos últimos anos foi um grande incentivo para investir no exterior. Com o real valorizado, a coisa mais barata que existia era comprar dólares para investir no exterior. O governo, no início um pouco reticente, passou a apoiar essa iniciativa. *[Lê a manchete da* Folha de S.Paulo *do dia, 8/3/2010]* "Filiais brasileiras salvam balanços de multinacionais". Lê outra: "O mundo é o limite, com o pós-crise, as múlti brasileiras devem investir 20 bilhões no exterior este ano. Perto de recorde". E o BNDES bate recorde de desembolso na América Latina. Na reunião de que participarei em Buenos Aires, fiz questão de convidar o BNDES. Ele até montou uma estrutura em Montevidéu, para marcar presença. Quer dizer, o BNDES passou também a ser um catalisador, com um poder de fogo que nenhum banco da América Latina tem e se tornou mais importante que o BID.

O BNDES trabalha com a poupança interna?

Roberto Costa Basicamente com o nosso dinheiro. Faz colocação de títulos no exterior etc. Isso tudo é apenas para dar uma dimensão, pois é um tema importante. Grupos tradicionais como Votorantim ou Camargo Correia nunca tinham investido no exterior. Outro dia esses dois grupos disputaram a compra de uma fábrica de cimento em Portugal, a Cimpor, uma das dez maiores do mundo, com operações em treze países de quatro continentes (Europa, Ásia, América do Sul e África), especialmente forte em mercados emergentes, como Egito, China, África do Sul e Índia. A operação foi também uma tentativa de barrar a expansão da CSN no negócio de cimento.

Mas afinal, há dinheiro lá fora ou vivemos um momento de crédito difícil?

Roberto Costa Há dinheiro, sim, e circulam histórias como a de uma missão que foi ao Japão e voltou com a cesta cheia. Mas aí é investimento de portfólio, fundos de investimento para aplicação em bolsa ou para aplicar em empresas locais que estão com planos de expansão. Capital maciço, bilhões de dólares de órgãos internacionais, como houve em outros tempos, não existe. O que existe é um grande ponto de interrogação para o segundo semestre. Admitindo que haja uma correção de rota nos problemas da Grécia, e que os EUA em algum momento terão de aumentar as taxas de juros para mobilizar recursos e cobrir o déficit orçamentário, qual será o impacto do fluxo de capital para o Brasil? So far so good... Mas olhemos de frente. Há quem diga: "Não há motivos para preocupação. Estamos em uma situação diferenciada porque o Brasil é respeitado". Não nos esqueçamos de que estamos em um ano de eleição. Embora eu ache que no final da linha não haverá nenhum sinal vermelho, no meio do caminho muita coisa inapropriada será dita. O cenário eleitoral não está definido, ainda nem temos um candidato da oposição *[risos]*.

Parece que é o José Serra.

Roberto Costa No final, sendo eleito o Serra ou a Dilma, não vejo espaços para o Brasil alterar o seu rumo em termos de política macroeconômica, porque os resultados já alcançados são tão expressivos que não faria sentido algum mudar. E, novamente, o que falei antes, sobre a questão da importância de ter moeda estável. Estável, digo, com os padrões de 4% ou 4,5% de inflação ao ano. É uma inflação perfeitamente absorvida, dá para administrar.

O momento é favorável, do investidor que olha o Brasil como a bola da vez e que tem de estar presente aqui. Porém as opiniões mudam, e às vezes rapidamente

Que problemas poderiam complicar este momento virtuoso da economia?

Roberto Costa Estamos voltando ao tema da previsibilidade. Mas não é um quadro fácil de avaliar. O que a experiência diz é o seguinte: quando o mercado é comprador, ele é pouco sensível às notícias que não sejam exatamente as melhores. A menos que haja um desastre. "Isso tudo é tolerável. Lula viajando para o Irã, para Honduras. Ah, o Estado está aumentando sua participação e está criando muitas empresas estatais"... Tudo isso está dentro de um contexto administrável, porque o mercado é do comprador. É do sujeito que está olhando o Brasil como a bola da vez e que tem de estar presente aqui. Porém as opiniões mudam, e às vezes rapidamente. E nem sempre é possível identificar quais foram os gatilhos que detonaram a mudança de percepção. E as mesmas coisas que eram vistas com a lente da generosidade, quando o mercado muda a percepção os humores dos investidores se alteram e essas mesmas coisas passam a serem vistas em outro contexto. E a situação pode se alterar. O que irá acontecer é que existirá um momento em que todas as expansões monetárias feitas de 2007 até hoje, em todo o mundo, para contra-restar os efeitos da crise – quando se injetou dinheiro na economia em doses cavalares –, em algum momento esse dinheiro vai ter de retornar.

Como esse investimento irá retornar?

Roberto Costa Se não houver inflação não teremos problema porque realmente se consegue administrar. No entanto se começar a inflação, os governos terão que tomar medidas mais rígidas para contrarrestar essa expansão monetária. A consequência da inflação significa aumento de taxas de juros. E aumento de taxa de juros afeta não só o crescimento mundial, essa recuperação que vem acontecendo nas grandes economias, em algumas mais e outras menos. Mas afeta também o fluxo de capital. Por que as pessoas estão investindo no Brasil hoje? Porque as taxas de juros nos EUA estão baixas. Claro que nada disso irá acontecer da noite para o dia. O que precisamos é estar atentos para esse cenário.

Mas o país vive uma fase única com a descoberta do pré-sal, os investimentos para a Copa de 1014 e os Jogos Olímpicos de 1016, a construção do trem-bala. A revista *The Economist* deu capa com o Cristo Redentor, afirmando que o país arrancava.

Roberto Costa Existe outra versão para essa imagem: o Cristo ficou tão assustado com a situação do Rio de Janeiro que decolou *[risos]*. Sem dúvida haverá muito investimento. Eu, como carioca, estou animado com a expectativa de que alguns dos gargalos crônicos que o país enfrenta venham a ser mitigados. Mas também acho que existem muitos investimentos com objetivos apenas oportunistas. A Grécia fez investimentos brutais para as Olimpíadas e veja no que deu. Os jogos olímpicos podem apresentar oportunidades de investimentos e avanço, mas se não forem bem administrados podem se transformar em um belo problema. Virão investimentos? Todo mundo acha que sim, mas o que vejo são investimentos oportunistas. Dinheiro que vem com muita sede ao pote. E depois, com a mesma facilidade como chegou, se vai, como aconteceu no passado. Antes de 2007, o Brasil era um grande receptor de investimento em bolsa de valores. Veio a crise e os primeiros a saírem do mercado foram os capitais estrangeiros. É fácil entender: não que estivessem assustados com o Brasil muito mais do que estavam com outros países. Mas quando o investidor precisa ter liquidez ele vende, não que ele gostaria de vender. Como o nosso mercado era maior que os outros, ele vendeu aqui porque lá fora não tinha condições de vender. Resultado: o bom comportamento é punido e não beneficiado. Depois, em 2009, eles voltaram. Tivemos lançamentos do Santander, da Visanet, que foram recordes. Agora dizem que a Petrobras irá fazer uma emissão de capital que será a maior da história dos mercados: 60 bilhões de dólares. Com a Petrobras tudo é bi *[risos]*.

Que conselho daria para a equipe econômica dos candidatos à Presidência?

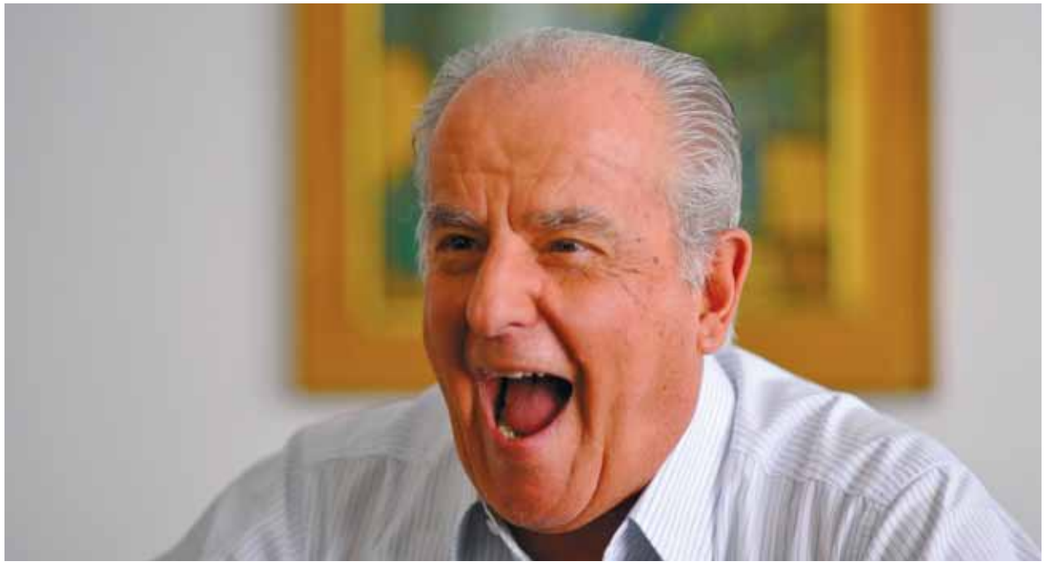
Roberto Costa Fiz um trabalho para a Fiesp, uma analise sistemática de como o país mudou nos últimos anos e o que temos de fazer com relação ao futuro para preservar o que conquistamos, criando condições para outro salto. Temos muitas reformas inacabadas. Não sei se o Lula não quis ou não pode, mas não aconteceram as reformas que precisavam ser feitas. A reforma da previdência ficou inacabada. Nosso sistema político está completamente defasado, com pluralidade de partidos políticos sem espinha dorsal. O sistema tributário brasileiro é de tal complexidade que se transforma num grande incentivo à sonegação. Precisamos de um sistema tributário melhor. Reforma política, previdenciária, tributária são três coisas que já deveríamos ter feito. Isso daria um alicerce para o Brasil muito melhor do que ele tem hoje.

O senhor sai agora para o aeroporto, a caminho de uma reunião no âmbito do Mercosul: o bloco está na UTI?

Roberto Costa O Mercosul, malgrado todos os problemas que tem, foi um avanço em nossa relação bilateral. Só relembrando dois aspectos da história. Sabe qual foi o terceiro presidente brasileiro a visitar a Argentina? *[pausa]* Foi o Costa e Silva *[risos]*. Antes dele apenas dois presidentes tinha ido lá: Campos Sales e Getulio Vargas, o que dá a média de um a cada trinta anos, basta fazer as contas. Outra coisa que lembro é que na Segunda Guerra Mundial o Brasil quis se armar porque tinha medo de uma invasão da Argentina. E o Osvaldo Aranha não conseguiu com o Congresso americano a aprovação de venda de armas ao Brasil – elas foram fornecidas por Hitler, e o Brasil passou a ter representação em Berlim por causa disso. Estou citando esses casos para mostrar que historicamente a relação entre Brasil e Argentina foi: nos amamos mas nunca "ficamos". O Mercosul foi um avanço porque criou bases. Tanto Sarney quanto Alfonsín estavam preocupados com uma recaída contra a democracia. Do ponto de vista comercial temos na Argentina um parceiro importante, embora com uma zona de livre comércio e união aduaneira muito imperfeitas, além de que fomos fazendo concessões e mais concessões.

Como o acordo de Ouro Preto, na gestão do Ciro Gomes à frente do Ministério da Fazenda, no final do governo Itamar Franco.

Roberto Costa Pela parte do Brasil, tendo chegado ao estágio de hoje, resolveu abrir uma vertente externa maior, com a tentativa de conseguir uma presença mais forte no exterior – e descuidamos o Mercosul. O Paraguai e o Uruguai com muita razão reclamam que o Brasil e a Argentina nunca dedicaram a atenção que deveriam. Temos de investir nisso. Acho que o Lula tem essa consciência, mas não consegue transformar em realidade o que imagina. Em resumo: primeiro, na área comercial, sempre vamos ter os chamados litígios. Como administrá-los? Com mais diplomacia empresarial. O caso de calçados é um bom exemplo, várias empresas brasileiras estão montando fábricas na Argentina, criando parceria. É preciso entender o problema do vizinho.





PAULO GODOY E MARCOS LISBOA

MUDANÇA DE PATAMAR OU VOO DE GALINHA?

O Brasil se projeta como ator de expressão no cenário internacional, mas ainda é cedo para comemorar: a estrada do crescimento econômico sustentável passa por investimentos maciços em infraestrutura e mudanças no desenho institucional do Estado

Por Carlos Costa e João de Freitas
Fotos Gustavo Scatena

"Brazil Takes Off". Ou melhor, "O Brasil Decola". Essa foi a chamada de capa da revista britânica *The Economist* na edição de 12 de novembro de 2009, que analisou num especial de quatorze páginas a ascensão econômica do país e sua entrada definitiva no cenário mundial como ator de expressão, marcada simbolicamente pela escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas 2016. Mas o Brasil está de fato preparado para sustentar taxas de crescimento robustas, capazes de alçar o país à condição de nação desenvolvida? Estamos livres do chamado "efeito gangorra" na economia? O que falta ao país para alçar voo definitivo? Para responder a essas questões, Getulio propôs a dois especialistas traçar um raio-x do nosso cenário interno, diagnosticando pontos vulneráveis a solucionar para que se atinja o patamar de "gigante desperto", não mais "adormecido". Paulo Roberto de Godoy Pereira é administrador de empresas formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, sócio e presidente do Grupo Alusa e também o atual presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB). Diante desse sentimento de satisfação com o desempenho da economia brasileira, Godoy é cauteloso e acredita ser necessário dar mais um passo. "É preciso criar agora um modelo de gestão aferível para o controle da arrecadação", afirma. Marcos de Barros Lisboa é economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde fez o mestrado, e doutor em Economia pela Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos. Foi secretário executivo do Ministério da Fazenda na gestão do ex-ministro Antonio Palocci e atualmente é gestor executivo do Itaú-Unibanco. Para o professor, "temos tudo para conseguir um crescimento extraordinário na próxima década". No entanto, ele diz, "é preciso desatar o nó da questão fiscal, da poupança pública e do desenho institucional". A conversa foi conduzida pelo diretor executivo do GV*law*, Leandro Silveira Pereira, e pelo coordenador executivo da Direito GV, Emerson Fabiani. Nas próximas páginas, uma seleção dos melhores trechos. O texto integral está em www.fgv.br/revistagetulio.

Tradicionalmente começamos o debate com uma breve apresentação.

Paulo Roberto de Godoy Pereira Sou presidente da Alusa Holding, que tem empresas de engenharia e investimentos na área de infraestrutura. O grupo tem 50 anos de atividade e hoje somos a maior operadora privada no sistema de transmissão de energia, com ativos na ordem de 4 bilhões de reais investidos no setor elétrico brasileiro. Também tenho presidido há alguns anos a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, ABDIB, que congrega os principais agentes e empresas da área de infraestrutura, desde construtoras e concessionárias até escritórios de advocacia e bancos de investimento. Nós nos dedicamos ao desenvolvimento regular da infraestrutura aqui no Brasil, da captação de financiamentos aos marcos regulatórios e processos de concessão.

Marcos de Barros Lisboa Fui acadêmico a maior parte de minha vida. Fiz a graduação e o mestrado em economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, depois o doutorado na Universidade da Pensilvânia. Dei aulas durante algum tempo nos Estados Unidos, depois na Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro. Em 2002 fui chamado pelo *[ministro]* Antonio Palocci para trabalhar na secretaria executiva do Ministério da Fazenda. Trabalhei lá de janeiro de 2003 até meados de 2005, quando saí do gover-



O sentimento é de que o Brasil decola. Basta ler as análises entre o estágio em que nos encontramos e as oportunidades que estão surgindo: a situação é favorável (Paulo Godoy)

no. Depois retornei ao MF para cuidar do IRB-Brasil *[Instituto de Resseguros do Brasil]*, onde fiquei até o fim do mandato do ministro. Depois fui trabalhar no Unibanco. E hoje, após a fusão, continuo no Itaú-Unibanco como gestor.

O Brasil foi tema de capa da *The Economist*, para a qual o país estaria decolando. Na visão dos senhores, caminhamos de fato para uma mudança de patamar ou este seria um voo de galinha?

Paulo Godoy Acho que é uma mudança de patamar. No meio empresarial, o sentimento é de que o país realmente decola. Basta ler as análises entre o estágio de desenvolvimento em que nos encontramos e as oportunidades que estão surgindo (mesmo no pós-crise) para ver que a situação do Brasil é favorável. É claro que temos deficiências em vários setores. E precisamos combatê-las. Mas a expectativa é a de que o país firme um pacto com o que é estruturalmente importante, independentemente dos partidos que se alternem no poder. E amadureça no campo político para que as conquistas que hoje permitem a estabilidade e o crescimento de forma sustentada sejam preservadas. Aí sim poderemos confirmar a tendência de decolagem apontada pela *The Economist*. O Brasil, pelas próprias características (população, recursos naturais, indústrias etc.), dispõe de uma organização regulatória que se assemelha às mais avançadas do mundo. Mas existem lacunas. E aí se apresenta o desafio da infraestrutura, um dos principais problemas a resolver no sentido de sustentar o crescimento.

Marcos Lisboa Concordo. O Brasil, nos últimos 15 anos, mudou de forma significativa. E não é obra desse ou daquele governo, mas uma conquista da sociedade. Se antes havia inflação crônica, hoje as condições macroeconômicas são favoráveis e garantem a estabilidade – coisa que nunca tivemos em nossa história. Esta é a primeira vez, ao menos desde a Segunda Guerra Mundial, que vivemos um período longo de inflação baixa aliada a uma série de avanços importantes. O equilíbrio fiscal, por exemplo, é uma novidade iniciada a partir dos anos 1990. Além disso, o Brasil começou a desenvolver, finalmente, políticas sociais focadas nos grupos mais pobres, sobretudo em educação. Essa é outra novidade, porque o senso comum da política brasileira, durante muitas décadas, dava um papel menor à educação e às políticas sociais como fatores de desenvolvimento. O Brasil também desenvolveu instrumentos de crédito mais eficazes, antes inexistentes. O nosso sistema jurídico tornava difícil a execução de dívidas. Com esses novos instrumentos diversos problemas foram minorados, permitindo hoje notável expansão do crédito. O crescimento tem sido decorrente, sobretudo, dessa forte expansão do crédito, gerando demanda para a indústria e promovendo o desenvolvimento regional. Se olharmos as regiões que mais cresceram no Brasil nos últimos anos, veremos que foi o Nordeste, com base nessa combinação: política social e de crédito. O Brasil mudou para melhor. E, internamente, são esses os fatores que têm permitido o crescimento de nossa economia.

E no cenário externo?

Marcos Lisboa Externamente, o país vive uma situação fortuita: hoje o mundo valoriza muito mais aquilo que produzimos. A nossa economia é muito complementar às do leste asiático, por isso estamos passando por essa crise com menos impacto sobre o crescimento do que outros países. A China, sobretudo, é hoje o grande puxador do crescimento mundial. E estamos nesse barco com outros países produtores de commodities. Portanto, as expectativas de médio e longo prazo são boas. A economia doméstica está sólida. Agora, do ponto de vista interno, ainda existe uma série de dificuldades institucionais a superar, sobretudo no setor de infraestrutura. E não se trata de um problema de governo, de agência reguladora ou falta de vontade política. Falta definição institucional. Há questões legais a resolver. E desatar esses nós é fundamental para continuar a boa trajetória da nossa economia.

Quais são essas dificuldades institucionais?

Marcos Lisboa Hoje as dificuldades institucionais tornam extremamente difícil o investimento em infraestrutura, seja público seja privado. O nó fiscal, por exemplo: o país fez um equilíbrio fiscal baseado em impostos. A continuar o modelo atual, os impostos continuarão a aumentar. Um equilíbrio fiscal saudável é baseado em cortes de despesas correntes, isto é, aumento da poupança pública, não de arrecadação. Impostos altos tornam muito caro produzir na nossa economia. Entre os países emergentes o Brasil tem hoje uma das maiores cargas tributárias. Outros emergentes conseguem oferecer serviços públicos melhores do que o Brasil. Aí está o desafio: por que o Brasil precisa de tanto dinheiro se não consegue investir em infraestrutura e oferecer serviços públicos de qualidade como fazem Coréia e Chile, por exemplo, que conseguem investir o necessário e garantir os serviços públicos essenciais, como saúde e educação, com uma carga tributária menor? Essa taxação menor permite à sociedade consumir mais e investir mais, privadamente. Esse é um desafio interno: realizar um

A nossa economia é muito complementar às do leste asiático, por isso estamos passando por essa crise com menos impacto sobre o crescimento do que outros países (Marcos Lisboa)



ajuste fiscal. Já do ponto de vista externo, ainda teremos muitos anos com dificuldade. No mundo desenvolvido a dívida pública cresceu enormemente, agravada pelo enfrentamento da crise. Portanto, também terão de fazer um ajuste fiscal. Ou seja, ainda teremos solavancos. Pegando um caso recente, a crise na Grécia: mesmo que Alemanha ou França aceitem ajudar o governo grego, não sobrará dinheiro para investir nem na França nem na Alemanha. E ajustar essa situação vai levar tempo, é projeto para uma década. Felizmente, o Brasil hoje conta externamente com uma dinâmica que depende muito mais do leste asiático do que dos países europeus.

Em relação às lacunas de determinados setores. A questão é regulamentar ou criar condições necessárias para viabilizar o investimento em infraestrutura?

Paulo Godoy Antes quero pegar carona nas observações do Marcos. Um desafio interno é a gestão do aparelho do Estado. Já chegamos a investir 3% do PIB em infraestrutura, e hoje investimos de 0,5 a 0,6%. Toda a nossa infraestrutura e a indústria de base foram criadas com presença do Estado nas áreas de energia, petróleo, química, siderurgia. Um dos problemas que se apresentam agora é criar no país um modelo de gestão. Outros países já o experimentaram. Aqui temos de forma incipiente atividades como a do Movimento Brasil Competitivo *[www.mbc.org.br]*, com Estados e municípios contratando consultorias para ajudar a sanar problemas. Mas acho que precisamos dar um passo a mais. É preciso criar um modelo de gestão transparente e aferível para o controle da arrecadação. Todo o aparelho do Estado precisa de um choque de transparência. Hoje há indicadores internacionais para saúde, segurança, todo tipo de atividade estatal. Esse modelo de gestão serve para o Legislativo, o Judiciário, enfim, para todo o Estado. Claro, muita coisa já evoluiu. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, é um ganho institucional de alta dimensão. E está preservada. O problema é a gestão dos recursos. Podemos ter, sim, 40% de arrecadação tributária desde que o retorno seja dado de forma adequada. Se a qualidade dos serviços fosse alta, melhorando a logística, a educação, a saúde, então compensaria porque se criaria um caminho seguro para visualizar um crescimento forte. Outro desafio é a balança comercial. Há dois efeitos aí. Um é a dificuldade de exportar; o outro, a de estimular a importação, especialmente da China. Nós inclusive defendemos o câmbio flutuante, como administramos hoje, mas o problema não é o nosso. O problema é que o grande *player*, a China, não adota essa política cambial. Um país que está assumindo 25% do comércio mundial, com o câmbio administrado, desequilibra a disputa. No longo prazo, pode desestruturar a capacidade industrial que construímos ao longo de décadas. Como resolver? Do ponto de vista da agilidade (não do econômico), seria mais fácil mudar a política cambial. O caminho mais difícil, mas seguro, é melhorar a competitividade interna. E para isso é necessário rever o sistema tributário. O mundo empresarial classifica como equivocada a nossa estrutura tributária, o chamado custo Brasil. Se não alcançarmos essa compensação, não poderemos equilibrar o jogo do comércio internacional.

Marcos Lisboa Mudar o câmbio de flutuante para administrado não resolve o problema. Qual é a mágica da China? Ora, a China tem uma poupança pública muito grande, quase metade da renda. Quando se tem uma poupança doméstica dessa escala, o governo consegue corrigir o câmbio. Nós já estamos com déficit de transação corrente em função da necessidade de bens e mercadorias externos. Então, a maneira de acertar o câmbio nessa direção é aumentar a poupança pública. Quanto ao custo Brasil, concordo. Mas vejo um desafio: por que é tão difícil aumentar o investimento público e o privado em infraestrutura, dado que temos deficiências crescentes nessas áreas? Existe uma questão legal a resolver. O Brasil tem falta de clareza nas atribuições e responsabilidades das diversas esferas do Estado, tornando difícil qualquer investimento, público ou privado. Um exemplo: é preciso construir uma represa numa bacia hidrográfica localizada entre dois Estados. Quem dará a autorização? O Governo Federal, os dois Estados ou os municípios? Hoje, ninguém sabe. E a nossa legislação não esclarece. Assim, todos têm de aprovar. Isto é, para realizar um investimento em infraestrutura todo mundo minimamente afetado tem de dar sua aprovação. É preciso unanimidade. Imagine tocar uma empresa assim...

Parece inviável.

Marcos Lisboa Se todo voto negativo tiver poder de veto, o investimento não acontece. E não está definido na legislação quem avalia e concede a licença, isto é, há falta de atribuição. O que impõe o requerimento da unanimidade. Se um promotor público entender que a decisão está equivocada, terá o poder não só de bloquear o andamento da obra como também de indiciar criminalmente os administradores públicos que concederam a licença. Isto é, tem de haver um acordo entre todos os órgãos executivos marginalmente afetados e entre todos os grupos que podem eventualmente entrar com liminares... Ora,



Para construir uma represa entre dois estados, quem dá a autorização? Governo federal, estados ou municípios? Ninguém sabe. E nossa legislação não esclarece (Marcos Lisboa)

como tomar decisões numa assembleia de condomínio na qual só a unanimidade é possível? Outro problema igualmente complicado é não termos claro no Brasil qual é o mandato do administrador público. O que ele pode ou não pode decidir? Em outros países, um diretor de banco central tem mandato claro, definido dentro de parâmetros previstos legalmente. Os casos enviados à Justiça são os que fogem desses parâmetros legais. Hoje no Brasil não é assim. Qualquer decisão administrativa é passível de ação por um promotor que discordar de uma decisão. E a ação é sofrida pelo administrador, em sua pessoa física, não pelo órgão. Isso gera a paralisia do Estado. Qual seria, por exemplo, o mandato da Anatel *[Agência Nacional de Telecomunicações]*? Se a sociedade lhe confere poder de tomar decisões, não caberá ação penal. Qual é o papel do Ministério Público? Essa delimitação de responsabilidades não existe hoje. E por isso os investimentos não acontecem.

Quais são os números do investimento em infraestrutura hoje?

Paulo Godoy Na ABDIB acompanhamos dados dos setores de petróleo e gás, energia elétrica, saneamento, transporte público, logística e telecomunicações. Não temos a pretensão de que os números sejam cientificamente corretos, pois há intervenções de inúmeras empresas e entidades. Mas temos uma boa base de comparação e os números batem com os do BNDES. Com base nos levantamentos feitos até 2008, pois os de 2009 estão em fechamento, vemos uma evolução nos investimentos em infraestrutura. Em 2003, por exemplo, só para ficar dentro do atual governo, o investimento girou em torno de 55,8 bilhões de reais por ano nesses setores. Em 2008 chegamos à casa dos 106,8 bilhões de reais. E esse número deve se repetir em 2009.

Setor público ou privado?

Paulo Godoy Tudo junto. A Petrobras, por exemplo, pode estar tanto no campo do público quanto do privado. No setor de petróleo e gás, especificamente, a Petrobras responde de 45% a 55% se estiver como investimento privado. No campo do investimento público, responde de 55% a 60%, o setor privado fica com a diferença.

No setor privado o capital é nacional?

Paulo Godoy É misturado. Mas os dados mostram que, no geral, o setor de petróleo e gás foi o grande responsável pelo acréscimo de investimento na infraestrutura. Já em transporte, deveríamos estar investindo mais ou menos 24 bilhões de reais por ano em logística etc. Mas o investimento em 2003 foi de apenas 7,4 bilhões. Em 2008, o montante chegou a 15 bilhões. A nossa expectativa é de chegar a 24 bilhões em 2014. Agora imagine quantas deficiências foram acumuladas nessa área ao longo dos anos... Em saneamento básico é a mesma coisa, é o patinho feio. Deveríamos investir perto de 13 bilhões, investimos apenas 3,8 bilhões em 2003. Em 2008, foram 5,5 bilhões. A maior carência comparativa se dá em relação à situação de coleta e tratamento de esgoto, algo incompatível, por exemplo, com o investimento no setor de energia elétrica. A diferença é grande.

Até porque saneamento não dá voto.

Paulo Godoy Dá voto, mas a questão é o marco regulatório e o modelo institucional. A falta de clareza na regulamentação paralisa os investimentos no setor de saneamento.

Ou seja, falta definir de quem é a água...

Paulo Godoy *[risos]* E ficamos 14 anos discutindo se a titularidade da água era do município ou do Estado... Só que as pessoas não bebem titularidade *[risos]*. A população quer o serviço: água tratada.

Marcos Lisboa Os investimentos avançaram justamente nos setores em que a regulação também avançou, como telecomunicação, petróleo e gás. No caso do saneamento, a questão avançou menos. Em transporte houve mais dificuldade, então o investimento foi menor. Isto é, a definição de responsabilidades é fundamental para desatar esses nós.

E por que o marco regulatório avançou em alguns setores e em outros não?

Marcos Lisboa É um tema polêmico. Não sei *[risos]*. Diria que avançou por alguns acidentes. Com a privatização de alguns setores, como o elétrico, o processo forçou a discussão sobre qual deveria ser o marco regulatório. Foi inevitável: as regulamentações vieram no bojo das privatizações. Já em saneamento, esse processo acidental, digamos, não ocorreu.

Emerson Fabiani Nos EUA da década de 1930, o presidente Roosevelt enfrentou muitos problemas nos tribunais em função de um primeiro grande movimento para regular a economia. Lá, o setor de energia, especialmente, passou a ter o suporte dos próprios tribunais no cumprimento do mandato que Roosevelt havia imaginado. Os exemplos citados no Brasil se referem às primeiras áreas atacadas em termos de privatização e regulação na década de 1990, como energia e telecomunicações. Essa definição de mandato não estaria associada à maturidade do desenho institucional de

Ficamos 14 anos discutindo se a titularidade da água era do município ou do Estado... Só que as pessoas não bebem titularidade. A população quer o serviço: água tratada (Paulo Godoy)



cada área? Será que temos condições de antecipar hoje o que seria um mandato ideal, evitando ações na Justiça? Alguns administradores da década de 90 respondem a ações civis públicas até hoje, deve ser um inferno... *[risos]* Talvez o próprio Marcos sofra algo parecido.

Marcos Lisboa *[risos]* Por acaso, nunca sofri nenhuma ação pública. Sempre tomei cuidados exagerados. Mas voltando ao Governo Roosevelt, durante todo o *New Deal* houve um debate de natureza um pouco diferente nas cortes americanas. Isto é, na tradição da Suprema Corte e sua jurisprudência cabia ao governo federal apenas a regulação das relações comerciais entre os Estados. O Governo Roosevelt representa uma mudança importante na tradição jurídica americana porque traz para a esfera do governo federal uma série de atribuições que antes a jurisprudência delegava aos estados. Na verdade, Roosevelt perde a briga. O que conseguiu foi criar uma jurisprudência intermediária entre o que desejava e o que eram os EUA de 1930. De qualquer forma, a tradição americana já delimitava as responsabilidades do servidor e as ações possíveis caso transgredisse o mandato. Aqui, independentemente da maturidade institucional dos setores, todas as áreas têm essa dificuldade. Os mandatos não estão claros. O que a ANAC *[Agência Nacional de Aviação Civil]* pode ou não decidir sobre os aeroportos? Ora, a sociedade precisa delegar se são questões técnicas ou não. Do contrário, teremos um órgão de Estado com capacidade normativa de bloquear ações que a própria sociedade resolveu levar adiante por meio de representantes. Um grupo minoritário não pode constranger sua atuação. Além disso, existe o uso político de instrumentos jurídicos. E aí sim tem a ver com a maturidade das instituições, concordo com o Emerson. O Brasil está acumulando um déficit em infraestrutura. Até agora, esse déficit significou um custo de produção crescente, mas com o tempo pode paralisar algumas atividades. Em transporte e logística, estamos à beira do esgotamento. E é preciso resolver essa questão porque o país está num momento fantástico de crescimento. Temos tudo para conseguir um salto de crescimento extraordinário na próxima década. Mas é preciso desatar o nó da questão fiscal, da poupança pública e do desenho institucional.

O que os números nos dizem, Paulo?

Paulo Godoy Pelo conjunto de projetos existentes, considerando aeroportos, portos, ferrovias, saneamento e intervenções de mobilidade urbana, a tendência aponta para um crescimento de investimentos em infraestrutura na ordem de 10% ao ano, se tudo correr bem – porque ainda temos de absorver carências do passado. Se o próprio crescimento estiver num cenário de 4,5% ou 5% ao ano, então nos trará a necessidade de investir algo em torno de 10% a mais. É claro que, outra vez, petróleo e gás respondem pela maior parte, já na perspectiva do pré-sal – uma montanha de recursos. Imaginamos investir o montante até 2014. O nosso desafio é exatamente obter financiamentos, garantias, marcos regulatórios, funcionamento adequado do Judiciário na administração de conflitos, crédito, aumento da poupança interna e mercados secundários com títulos de longo prazo. Veja, o BNDES desembolsou 9,2 bilhões de reais em 2003 no setor de infraestrutura. Esse total foi aumentando e, em 2009, chegou a 68,1 bilhões de reais, já incorporando aí as operações de apoio à Petrobras.

Marco Lisboa Quanto é da Petrobras?

Paulo Godoy No caso da Petrobras foram duas operações de quase 20 bilhões. Mas aí existe um problema, porque, se não criarmos novos fundings de longo prazo, vamos estrangular a própria capacidade do BNDES. É preciso buscar investimentos no mercado internacional de crédito.

Marco Lisboa Com a crise internacional, o acesso ao crédito externo por parte das grandes empresas do Brasil, como a Petrobras, se reduziu bastante. Daí a necessidade de buscar recursos domésticos. Então, se somarmos os recursos externos com os internos, o aumento não é tão significativo. Isto é, a necessidade de poupança doméstica aumentou mais.

Paulo Godoy Nas privatizações e investimentos em telecomunicações, muitos recursos vieram de Investimento Direto Estrangeiro. Além de acompanhar o ingresso bruto de IDE, criamos um índice interno na ABDIB para acompanhar a evolução das empresas de infraestrutura no mercado de capitais. Selecionamos 70 empresas que operam em telecomunicações, estradas e energia. Entendemos que o mercado de capitais é uma das formas de capitalizar o setor. Hoje o valor dessas empresas é de pouco mais de 435 bilhões de reais. Sem a Petrobras. Com a Petrobras, esse valor chega a quase 800 bilhões. Os gráficos mostram que o nosso setor de infraestrutura, sem a Petrobras, passou mais ou menos estável pela crise. E apresentamos esses números em reuniões internacionais, porque o nosso foco no exterior mudou. Na época das privatizações, íamos atrás de

empresas desenvolvedoras de negócios. Hoje as missões são para atrair fundos de pensão, investidores institucionais e de longo prazo. Outro mecanismo para capitalizar o setor são os fundos de investimento em participações exclusivos em infraestrutura, ajudamos a construir essa situação. Ainda estamos engatinhando, mas já temos 3,5 bilhões de reais sendo administrados nesse campo. No setor elétrico, teremos o privilégio de contar com 45% de fontes renováveis. E com isso conseguir excedente em petróleo, além das fontes hidrelétricas (onde há entraves de meio ambiente a resolver). As oportunidades são enormes. No sistema aeroportuário, para proteger o segmento, o cidadão e o consumidor, é preciso estabelecer contratos de concessão, com um marco regulatório. Se for mesmo a INFRAERO *[Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária]* a administrar os aeroportos, então ela terá de cumprir contratos que estabeleçam a qualidade, a universalização do serviço. Até hoje não temos no setor aeroportuário um sistema de aferição de qualidade. Se a empresa não cumprir o contrato, deve ser penalizada. Ou, em caso extremo, substituída.



Quando fizemos o modelo de concessão de estradas, ninguém previa o tráfego da rodovia dos Bandeirantes em São Paulo. Devemos pensar num modelo vencedor (Paulo Godoy)

Então a questão não é fontes de financiamento, mas regulamentação?

Paulo Godoy É de segurança institucional e contratual, com marcos regulatórios competentes. Em alguns setores, os modelos funcionaram bem, como na área de transmissão de energia. Foi implantado no Governo FHC, absorvido pelo Governo Lula, e é considerado a melhor regulação no setor elétrico. E aí a maturidade política foi não mudar. Já na área de geração de energia, o modelo do Governo FHC não foi bom. As condições de retomada do investimento em geração foram restabelecidas no atual governo. Nele há convivência de empresas públicas estaduais e federais e empresas privadas, todas com as mesmas regras. A espinha dorsal é o marco regulatório e o contrato. Outro desafio é o investimento público por meio do orçamento fiscal. A nosso ver, a lei de licitações está equivocada, foi construída num ambiente diferente do que vivemos hoje. Essa é a agenda mais complexa, de longo prazo. Às vezes há projetos e dinheiro, mas os órgãos não conseguem finalizar o processo. Dos 18 programas do Plano de Dragagem, por exemplo, essencial para a evolução dos portos, só um foi concluído. Como se falou, na questão ambiental, não há a responsabilidade transparente de saber quem pode bloquear o quê. A atuação do Ministério Público, depois da Constituição de 1988, acabou ficando elástica. Confundiu-se democracia com excesso de liberdade.

Marcos, o seu comentário, por favor.

Marcos Lisboa Foram ditas coisas importantes, quero resgatar algumas. Primeiro, temos de sair dessa contradição entre público e privado. Se tiver boas regras, as coisas podem funcionar bem sendo tocadas por uma estatal ou por uma empresa privada. A questão é regulação. Há setores mais complicados, com algum tipo de monopólio, como energia elétrica, transporte, concessão de aeroportos etc. Aí concordo com o Paulo: se não existe marco de concessão definido, tudo fica mais difícil. Em relação ao Ministério Público, foi um grande avanço para o país. Mas é preciso ter claro qual é seu mandato. Porque se não, Paulo, não diria que é excesso de democracia, mas a falta dela. A sociedade elege um Congresso, ele toma decisões por ampla maioria, mas elas podem ser bloqueadas pelo desejo de um... O problema não é do MP. É da nossa legislação. E vale para todos os órgãos. Qual é a atribuição do Banco Central? Não está clara.

Como reverter esse cenário?

Marcos Lisboa Desde a Constituição, o Brasil avançou institucionalmente. É um processo em construção. Mas ainda é preciso transparência na administração pública. A Austrália e outros países anglo-saxões, por exemplo, criaram agências independentes cujo papel é aquele que o Paulo mencionou: avaliar. Para criar um programa público é preciso responder quais são as metas. Um ano depois, verificar quais foram os resultados. Agora eu pergunto: quantos programas de auxílio à juventude o Brasil criou nas últimas décadas? Quantos funcionaram? O nosso dinheiro público foi direcionado a esses programas. Alguém sabe quais foram os resultados? Essa falta de transparência torna difícil o bom uso do dinheiro público. Torna-se necessária uma agência independente para fiscalizar. Se o programa der certo, continua. Se não, muda. Além disso, concordo de novo com o Paulo, o Brasil vive uma revolução silenciosa: a gestão para além da questão institucional. No setor privado, vemos o quanto é investido em controles, metas, indicadores, resultados, incentivos. E o quanto isso melhora o nosso trabalho. Essa prática vale para o setor público. E administradores públicos pelo país afora estão aderindo a instrumentos de gestão mais sofisticados.

E o projeto do trem-bala, está saindo do papel?

Paulo Godoy Há uma firme disposição do governo em viabilizar o trem de alta velocidade. Aí, claro, há correntes de pensamento em relação ao custo-benefício. Entre os defensores está toda a estrutura do governo, apresentando uma visão otimista. Mas hoje seria difícil colocar esse investimento na conta da concessão paga pelos usuários. Há um questionamento no mercado se o projeto se sustenta, considerando os riscos da demanda, fluxo de pessoas etc. Mas quando fizemos o modelo de concessão de estradas esse questionamento também existiu. É por isso que insisto na evolução do nosso marco regulatório e dos contratos de concessão. Naquela época, por exemplo, ninguém previa o tráfego da rodovia dos Bandeirantes do jeito que está hoje. Essa evolução não fazia parte dos modelos porque se trabalhava num cenário de país-gangorra: crescia, caía, crescia, caía. E não existia perspectiva de crescimento da renda de forma sustentável. Pergunto: a longo prazo, daria certo um terceiro aeroporto em São Paulo? Se considerarmos o potencial de pessoas que ainda não usam o transporte aéreo a resposta é sim. Não só em São Paulo, como em centenas de cidades no Brasil. O trem de alta velocidade é muito mais um projeto estratégico do que viável do ponto de vista econômico. E, particularmente, acredito que vá sair pois existe a determinação do governo de querer fazer. E aí é crucial a busca de investimentos.



O Brasil está vivendo uma revolução silenciosa: os administradores públicos estão aderindo a instrumentos de gestão sofisticados. Os resultados têm sido espetaculares (Marcos Lisboa)

Está sobrando recursos lá fora?

Paulo Godoy Sobrando não está. Mas acho que está encastelado lá [risos].

Marcos Lisboa Com as dificuldades atuais, o recurso externo fica mais restrito. Ainda teremos dificuldades nos próximos anos. Não teremos lá fora a mesma facilidade de conseguir investimento de antes da crise.

E o papel dos fundos de pensão para aumentar a poupança interna?

Marcos Lisboa É curioso... O mundo tentou virtualmente de tudo para aumentar a poupança privada. Mexer em regras de pensão, estimular poupança de longo prazo etc. A única maneira de aumentar a poupança de um país com segurança é via aumento da poupança pública. Vários países já tentaram mexer nas regras de fundo de pensão para estimular o crescimento da poupança privada, mas o resultado foi decepcionante, para dizer o mínimo.

E qual a receita para aumentar a poupança pública?

Marcos Lisboa Corte dos gastos correntes. Por que o nosso serviço, gastando tanto, não tem a mesma qualidade do oferecido por outros países? É possível fazer muito mais com menos recurso. O resto do mundo conseguiu! Essa questão também passa pela gestão: transparência, resultados, avaliação dos programas públicos. É a sociedade que arca com os custos, então ela precisa ser beneficiada. A evidência internacional mostra que a redução de impostos aumenta, e muito, a capacidade de um país crescer, porque significa mais renda para as famílias e melhora a capacidade de investimento das empresas.

Vamos às considerações finais?

Paulo Godoy Foi um prazer participar deste debate e estar com o Marcos Lisboa. E sentir uma afinidade do nosso pensamento a respeito do país. Se, errando, já conseguimos melhorar bastante, realizando essas tarefas o futuro do país será promissor. O fato é que o Brasil mudou sim, para melhor. Recentemente participei na Alemanha de um almoço com a presença da chanceler Angela Merkel e do presidente Lula, com as delegações de empresários dos dois países. Durante o encontro, falando da parceria Brasil-Alemanha, o presidente de uma companhia alemã mencionou que a parceria é boa pois a Alemanha tem o avanço tecnológico e o Brasil os recursos naturais... Esse foi o ponto de fisgada. Veja, agora o investidor que buscamos é aquele que não só acredita no país, mas quer se instalar aqui trazendo tecnologia, não apenas comprando commodities. E aí muda o paradigma. No final do encontro Angela Merkel disse: "Para nós, países que comandamos a cena durante muitos anos, é difícil reconhecer que hoje existem outros atores que precisam ser levados em conta. Então, vocês, empresários alemães, precisam ter essa abertura, senão não conseguiremos fazer a integração de que precisamos". Esse é o sentimento que temos em relação ao Brasil. Mudamos o paradigma. E estamos de fato conquistando um lugar no cenário internacional como ator de expressão. Essa é a mensagem que deixo.

Marcos Lisboa Concordo com o Paulo e sou extremamente otimista com o Brasil. O país já fez muito do mais difícil. Tinha uma política social deficiente, não dava atenção à educação, tinha inflação elevada e um descontrole fiscal histórico. Mas realizou uma profunda mudança dos anos 1990 para cá. E enfatizo: apesar da crise, estamos em uma situação privilegiada. Falta muito menos hoje para realizar o imenso potencial do país. Eu concentraria as próximas ações em, primeiro, melhorar a questão fiscal e a qualidade dos serviços públicos. Isto é, oferecer de fato serviço público de qualidade. E alcançar o equilíbrio fiscal com gastos menores. Essa melhoria na poupança pública auxiliará também o câmbio e o crescimento. Em segundo lugar, investir na melhoria da gestão do Estado, desatar esses nós, corrigir essa indefinição institucional. Não é questão difícil de resolver: é definir atribuições e responsabilidades. Essas medidas somadas a uma maior transparência da ação pública certamente irão propiciar a realização do nosso crescimento, porque o potencial do Brasil é fora de série.

UMA EDITORA DE MÃO CHEIA

Exemplo de dedicação, Fábia Veçoso, a coordenadora de publicações do GV*law*, se despede dos livros para dedicar-se ao doutorado e apostar na vida acadêmica

Depoimento concedido a Gabriella de Lucca
Foto/Gustavo Scatena-Imagem Paulista

Nasci numa família de advogados, meu pai e minha mãe se formaram na Universidade de São Paulo (USP). Nos tempos da escola, sempre tive uma trajetória mais ligada à área de humanas. A decisão por cursar Direito foi até um pouco consequência disso: vivia cercada de livros sobre o assunto, meus pais falavam brocardos jurídicos em casa, então o Direito sempre fez parte da minha vida. No ano do vestibular, tive certeza de que era o que queria fazer. E entrar na São Francisco era meu sonho, estudar na escola em que meus pais haviam se bacharelado. Em certa medida, eles tiveram alguma influência na minha escolha.

Nasci em São Paulo, em 1977, e sempre morei na capital. Sou a filha mais velha, tenho dois irmãos (um de 32 anos; outro de 31). Meu pai trabalhava no Unibanco. Morreu quando eu chegava aos 12 anos, mas guardo a lembrança dele indo para a praça do Patriarca todos os dias. Minha mãe parou de trabalhar quando nasci. Formada em 1975, ficou dez anos cuidando dos filhos, mas quando meu pai morreu, precisou se organizar. Foi oficial de justiça, advogada de uma metalúrgica e depois passou num concurso para advogar na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Trabalhou lá por muitos anos e se aposentou no ano passado.

Como eu morava na Pompeia, sempre estudei em escolas do bairro. Fiz o ensino médio no colégio Equipe, que não era voltado para o vestibular, mas para o desenvolvimento de um pensamento crítico, com muitas discussões. Passei para a segunda fase da Fuvest, mas não entrei na faculdade na primeira tentativa. Fiz então o Anglo, na Rua Sergipe, e fui aprovada na São Francisco, em 1996. Era meu sonho estudar ali, como disse. Frequentei o Centro Acadêmico no primeiro ano. Gostava muito de ficar no pátio, participando das discussões: nessa época, não trabalhava nem estagiava.

Estudar na Itália

Uma amiga da minha mãe se casara com um italiano, professor da Sapienza Università di Roma. Essa senhora perguntou se eu gostaria de ir para a Itália, estudar lá por um ano. Isso foi mais ou menos em março de 1998. Eu falei: "Nossa, agora!" Depois soube por ela que já tinha tudo planejado antes, mas para mim foi tudo muito rápido. Naquela época, a USP não tinha sistema de intercâmbio nem reconhecimento de créditos. Tranquei a faculdade em julho e morei durante um ano em Roma. Cursei algumas matérias de Direito na Sapienza. Fiquei lá de julho de 1998 a julho de 1999. Foi um período fantástico. Trabalhei no escritório desse professor italiano que me recebeu, Diego Corapi: um escritório forte em direito comercial e eu trabalhava porque morava na casa dele, precisava de uma contrapartida. Eles não têm estagiário como temos no Brasil, então fiz um pouco de tudo. Tive na Sapienza o reconhecimento de todos os meus créditos da USP e pude escolher quais matérias gostaria de cursar. E optei por Direito Internacional. A partir daí comecei a me interessar por essa área, que estudei no mestrado

e que desenvolvo agora no doutorado.

Vivi um ano fantástico na Itália, de muito estudo, mas também aproveitei muito a vida lá. Aprendi rapidamente o italiano, porque tinha de fazer exames orais e escritos na língua, então em três meses já estava falando. Morando e trabalhando, isso fez a diferença no aprendizado do idioma.

Quando voltei para o Brasil não foi tão fácil conseguir o reconhecimento de créditos. Na Itália, eu havia cursado quatro matérias: Direito Comunitário, Direito Internacional, Direito Constitucional Comparado e Direito Privado Comparado. Entretanto, consegui liberar aqui somente duas optativas do curso da São Francisco. Apesar disso, me formei com a minha turma em 2000, não perdi o ano. Fiz créditos de manhã e à noite para compensar o tempo em que estive fora, tudo com o intuito de voltar para a Itália e fazer o doutorado lá, assim que terminasse a faculdade. Era outro sonho.

A mudança de planos

Aconteceu o que não previa: no último ano da faculdade conheci meu marido, em um bar, e a partir daí minha vida tomou outro rumo. Eu me apaixonei e logo decidimos que iríamos nos casar. O Mauro é formado em Publicidade e Propaganda e hoje tem uma empresa de pesquisa de mercado. E com o casamento o plano de continuar a carreira acadêmica na Itália foi abandonado. Me casei em abril de 2002 e no mesmo ano entrei no mestrado, na USP. O projeto eram os direitos fundamentais na União Europeia, uma pesquisa que trazia praticamente pronta do período em que estudei na Itália. Esse tema do mestrado já estava na cabeça quando cheguei aqui: carregara comigo muitas fichas e anotações de leitura. Já que o plano de voltar para lá não havia prosperado, mergulhei na sistematização desse material, sob orientação do professor Alberto do Amaral Junior, que também orienta agora meu doutorado. Nessa época fui trabalhar na construtora Andrade Gutierrez, na parte contenciosa da empresa. O escritório é aqui em São Paulo, na região da Luis Carlos Berrini. Estive lá de setembro de 2001 até março de 2004. Foi outro aprendizado.

Preferi equilibrar a vida familiar com a profissão, achando que não seria possível conciliar o papel de mãe com o de advogada de empresa e ainda com o mestrado em andamento

Fiquei grávida no começo de 2003. E a gravidez foi determinante em minha vida, porque não fui capaz de voltar para a Andrade Gutierrez após o término da licença maternidade. Refleti sobre o que eu iria fazer e decidi que não queria ser uma executiva. Preferi equilibrar a minha vida familiar com a profissão, achando que não seria possível conciliar o papel de mãe com o de advogada de empresa e ainda com o mestrado em andamento. Precisava abrir mão de alguma coisa. Como não gosto de babás nem tenho empregados em casa, conversei com o Mauro e optamos por essa parada na carreira, que eu não sabia por quanto tempo seria. O certo é que também não ficaria em casa sem fazer nada, porque tinha de desenvolver a dissertação do mestrado.

A defesa da dissertação aconteceu em maio de 2006. Durante o período em que realizei a pesquisa, tive meus dois filhos. O primeiro, João, nasceu em outubro de 2003. Já o Antonio nasceu no final de 2005. Entreguei a dissertação por e-mail para o meu orientador, de madrugada, e às 6h estava a caminho da maternidade. O segundo filho foi pensado, mas a primeira gravidez não foi.

Depois da titulação de mestra, fiz uma viagem com a família. Fomos assistir à Copa na Alemanha e passamos um mês por lá. Quando voltei, recebi uma ligação do meu amigo Guilherme Leite Gonçalves, perguntando se eu poderia ir a uma entrevista na semana seguinte na FGV, mas ele não contou o que era. Fui, mesmo sem conhecer o projeto da Direito GV, pois não estava ao par da discussão de ensino jurídico. Soube, então, que era uma vaga de coordenação do projeto de livros do GV*law*, função que o Guilherme exercia e estava deixando, pois fora convidado para dar aula no Rio de Janeiro, no curso de Direito da FGV ali. Na época, o GV*law* não tinha ainda nenhum livro publicado, estava apenas em projeto, com a produção de um livro encaminhada.

Fiz a entrevista com o diretor executivo do GV*law*, Leandro Silveira Pereira, e após alguns dias tive a notícia de que fora selecionada. E parti para mais uma mudança na minha vida. Estava em casa, com as crianças, o João já ia para a escola, então matriculei o Antonio. Eles frequentam a escola em que fiz o fundamental, o Colégio Hugo Sarmento. E comecei a trabalhar aqui no GV*law* no dia 20 de julho de 2006. E começava outro grande aprendizado.

O sucesso da série GV*law*

Hoje temos 25 volumes publicados, uma produção média de oito livros por ano – sem contar 2006, quando lançamos apenas o primeiro. Assim que entrei, reestruturei a equipe de pesquisadores, pois os antigos haviam saído. Era absolutamente tudo novo. Comecei a trabalhar forte na produção dos livros, sempre em contato com o Leandro Silveira Pereira e com a Editora Saraiva – especialmente com a Manuela dos Santos, a editora –, com quem conseguimos montar um esquema eficaz de produção. Aos poucos fui conhecendo os coordenadores do GV*law*, pois era fundamental a adesão deles ao projeto. Como no início não havia nenhum livro lançado, era mais complicado atrair os coordenadores. Hoje as pessoas conhecem a série e querem participar. Com o caminho aberto, é mais fácil entender a importância do projeto.

No começo, a tiragem era de 2 mil exemplares por título, e chegamos à marca de quase 25 mil volumes vendidos até hoje. A coleção foi bem recebida no mercado, já contamos 13 reedições, pois as tiragens iniciais se esgotaram. O campeão de vendas é *Fundamentos e Princípios dos Contratos Empresariais*, coordenado pelo professor Wanderley Fernandes, do eixo de contratos empresariais.

A série é voltada para o público de pós-graduação. Esse projeto de material bibliográfico, comercialmente chamado de Série GV*law*, tem o objetivo de ser complementar aos cursos oferecidos pela escola. A ideia não é montar manuais de Direito ou apostilas para os alunos. Os professores dos cursos, a partir dos temas ministrados nas aulas, refletem e elaboram artigos curtos, de 25 páginas, em média, a respeito desse conteúdo dado. Com isso, conseguimos que os livros tenham relação com o curso, mas ao mesmo tempo, por não ser material de sala de aula, passam a ter autonomia e são vendidos como obra coletiva dos professores da Getulio Vargas.

A Saraiva é uma das editoras líderes de venda no mercado jurídico, com uma ótima distribuição em nível nacional. A alta receptividade conseguida pelos livros se deve ao fato de que podem ser utilizados por estudantes de pós-graduação, mas também por advogados, promotores, juízes ou mesmo estudantes de áreas correlatas. A proposta é que todos os cursos do GV*law* tenham seu livro próprio. Como temos 30 módulos dos cursos de especialização e mais ou menos 30 de educação continuada, além dos 25 títulos publicados, outros doze estão em produção, com a equipe de pesquisadores. Otimizamos a produção dos pesquisadores, que hoje são quatro, divididos em áreas diferentes. Eles trabalham apenas com os livros e atuam junto com os coordenadores e autores, oferecendo suporte de pesquisa. Também são responsáveis pela formatação dos artigos. O acordo com a Saraiva é de que o livro chegue para impressão o mais redondo possível. Hoje o processo de elaboração das obras está mais sistematizado. Afinal, aprendemos fazendo: as etapas estão muito claras, o que cada um tem que fazer. Por isso a produção é alta, mesmo com equipe enxuta. E eu gosto muito de livros, então o projeto me dá muito prazer. Gosto de trabalhar com isso, tenho muito carinho, pois estou aqui desde o primeiro livro publicado. Fiz o projeto sair do papel.

Uma nova etapa

O momento que estou vivendo agora é semelhante ao de quando saí da Andrade Gutierrez para ficar com as crianças. Decidi que quero me dedicar à carreira acadêmica, apesar de não saber ao certo aonde isso dará. Entrei no doutorado em 2009, consegui conciliá-lo de maneira satisfatória com o trabalho no GV*law*, mas agora preciso me dedicar à tese.

Nela trabalho com a fragmentação do direito internacional: como pensá-lo em um contexto em que existem diversos tribunais internacionais, organizações, e não há um órgão de cúpula, que dê conta de tudo isso. Temos decisões de tribunais internacionais tratando de temas parecidos. Em que medida isso pode trazer algum prejuízo para a unidade do direito internacional? É o que pretendo descobrir. Essa pesquisa está relacionada com a globalização, o aumento de órgãos e organismos internacionais. É um assunto que me entusiasma, adoro estudar.

O doutorado é de três anos, com cinco créditos obrigatórios, que cumpri em 2009, mas acabei fazendo seis cursos, um deles no mestrado da Direito GV, com o professor Ronaldo Porto Macedo, como aluna avulsa. Cada curso equivale a um crédito. Foi aí que percebi que não iria conseguir realizar uma pesquisa de qualidade como pretendo e nem este trabalho aqui com a dedicação que os livros merecem, se continuasse fazendo tudo ao mesmo tempo. Além disso, dou cursos no GV*law* à noite, aulas de metodologia, além de ser coordenadora de Jurisprudência Constitucional junto com o Davi Tangerino, além de um curso de direito internacional. Esse foi mesmo um presente por parte do Leandro Silveira Pereira, porque direito internacional não é um dos focos do GV*law*.

Se foi fácil tomar a decisão de sair da FGV? Claro que não, foi muito difícil. A Série GV*law* é um projeto de sucesso, está dando certo e não vejo mais obstáculos na produção dos livros. Conheço as etapas, os professores. Toda a dificuldade inicial, que era envolver as pessoas para a publicação dos livros, não existe mais: agora me conhecem. Mas devo seguir a vocação da carreira acadêmica. Após ponderar com o diretor executivo, estou treinando a Andrea Zanetti, que agora assume a coordenação das publicações. Continuarei apenas ministrando aulas, mas o foco é mergulhar na conclusão do doutorado. Deixo o projeto em boas mãos, e saio muito feliz. Sou muito grata, aprendi demais na FGV. Saí de um retiro em casa, sem saber de nada. Estou muito feliz por ter feito parte desse projeto. Hoje sei lidar com artigos, vejo a produção de outra maneira. Tenho certeza de que minha tese será diferente, crescerá por causa da experiência que ganhei aqui.

Dois colegas de trabalho, que conviveram largamente com ela, falam sobre Fábia Veçoso:

"A primeira lembrança que tenho da Fábia é o sorriso, sempre acompanhado de um olhar curioso e muita determinação. Nos conhecemos no GV*law* em 2006 e por mais de dois anos compartilhamos a mesma sala. Trabalhamos direta e indiretamente em vários projetos, que contaram, de forma irrestrita, com o seu especial apoio. Ao longo desses anos, ela realizou um trabalho belíssimo à frente da Série GV*law*, revelando-se uma habilidosa executiva e totalmente integrada com o universo acadêmico. A Fábia é uma amiga especial, daquelas de quem queremos estar sempre juntos. Extrapolamos os laços de amizade criados na FGV e tornamos nossas famílias e nações (Portugal e Itália) mais próximas. Permanecemos com o mais valioso, a amizade."

Fábio Ferreira Durço, assessor especial da Superintendência IDE/FGV.

"A Fábia é uma excelente profissional que, além da inegável competência, é extremamente comprometida com qualquer projeto que realiza. E o resultado disso é a Série GV*law*. Como colega de trabalho, ela é excepcional, eu a tive como uma grande parceira, sempre ajudou muito, nem que fosse apenas com um grande, imenso apoio moral."

Juliana Schumann, gerente administrativa e financeira do GV*law*.



O FATOR HUMANO NA MEDIAÇÃO

A advogada e professora americana Lynn Cohn fala sobre a complexa tarefa do mediador: lidar com as emoções sem perder a neutralidade

Por Luísa Pécora

Poucos minutos de conversa são suficientes para que fique clara a paixão da advogada americana Lynn Cohn pela mediação. Professora da Universidade de Northwestern, em Chicago, foi com grande entusiasmo que ela ministrou um curso de negociação na DireitoGV entre 22 e 25 de fevereiro. "Estou muito feliz por esta escola oferecer aos alunos a oportunidade de aprender e experimentar a mediação", disse ela, arregalando os olhos azuis e cheios de empolgação. Ao avaliar os momentos marcantes de sua trajetória, ela ressalta um intercâmbio na Bolívia, aos 15 anos, que lhe rendeu mais do que o espanhol fluente. "A experiência me fez pensar que eu queria saber o que estava acontecendo no mundo", afirmou a advogada, que nasceu e vive em Chicago. Foi quando cursava Direito na própria Universidade de Northwestern que ela se interessou pela mediação. "Queria solucionar problemas sem apenas decidir quem ganha e quem perde, o que tem a ver com a minha personalidade", explicou Lynn, que batalhou para conseguir seu lugar em uma área que há duas décadas era muito fechada, principalmente para as mulheres. "Naquela época os mediadores quase todos eram juízes aposentados, ou seja, homens brancos", contou. Hoje ela comemora os avanços da profissão nos Estados Unidos e na própria Northwestern, na qual leciona há quase 20 anos e onde dirige um respeitado programa de Negociação e Mediação. Na entrevista a seguir, Lynn Cohn fala sobre as vantagens das formas alternativas de solução de conflitos, conta como a prática é realizada nos Estados Unidos e expõe o desafio de um bom mediador: estabelecer conexão com as pessoas sem se envolver a ponto de perder a neutralidade.

Quais são as vantagens que a mediação oferece?

Lynn Cohn São tantas que é até difícil encontrar desvantagens. Um caso que vai para a mediação pode custar menos, levar menos tempo para se resolver e, o que é mais importante, as partes vão poder controlar o resultado. Você não coloca a decisão nas mãos de um juiz, um júri ou um árbitro. Você é quem decide.

A mediação é comum nos Estados Unidos?

Lynn Cohn É muito comum em Estados como a Califórnia, Flórida e Carolina do Sul, onde a mediação é obrigatória para a maioria dos casos. Nesses locais, antes que você possa ter um julgamento, precisa mostrar que tentou a mediação. Moro em Chicago (Illinois), onde a mediação não é obrigatória e portanto não tão comum. Ainda há muito trabalho a fazer para ajudar nossas cortes, advogados e clientes a entenderem melhor como funciona o processo. Mas fizemos muito progresso nos últimos dez anos.

Há uma legislação nacional para regular a mediação?

Lynn Cohn Há grande número de estatutos, mas a área não é regulada nacionalmente. Temos o Uniform Mediation Act, que define, para os Estados que adotam a mediação, questões sobre confidencialidade, privacidade e ética. Depois, cada Estado e tribunal determinam suas próprias regras.

A falta de uma legislação nacional atrapalha?

Lynn Cohn Acho que o Uniform Mediation Act é algo positivo para que pessoas de áreas diferentes possam entrar em acordo sobre como fazer uma mediação. Acredito que não há como dizer que todos os Estados têm os mesmos tipos de questões judiciais. Sou a favor da mediação obrigatória, mas não acho que ela seja a melhor opção para todos os Estados e todos os casos. É preciso haver algum poder de escolha.

Há um debate sobre a obrigatoriedade da mediação nos Estados Unidos?

Lynn Cohn É uma questão controversa, porque a premissa da mediação é de que as partes irão se reunir para tentar acertar os ponteiros. Quando você obriga alguém a ir à mediação, nem sempre o espírito de cooperação está presente. Porém, o que observamos nos Estados em que a mediação é obrigatória é que a atitude pode mudar. Aliás, muitas vezes as pessoas optam pela mediação antes mesmo de entrar com um processo, pois sabem que vão ter de fazer isso de qualquer forma.

O que falta para que a mediação seja mais comum?

Lynn Cohn Falta compreensão. Os advogados têm dificuldade para tentar algo que não entendem. No início são relutantes quanto à mediação pois não

sabem o que vai acontecer. Nos últimos dez anos, porém, os advogados estão mais informados, as escolas de Direito têm oferecido mais cursos e os próprios clientes buscam a mediação, porque querem resolver seus problemas mais rapidamente, gastando menos e com a possibilidade de manter a relação com a outra parte. Se você tem uma disputa com um parceiro comercial, sentar e resolver é melhor do que ir ao tribunal, no qual um vai ganhar e o outro perder. Depois disso, fica difícil fazer negócio. O mesmo acontece com situações de divórcio e família, em que há um grande uso de mediação, principalmente quando o casal tem filhos e quer manter uma boa relação.

Quem pode fazer mediação nos Estados Unidos?

Lynn Cohn Não há um padrão nacional. Temos organizações, como a Associação dos Árbitros Americanos e a Serviços de Arbitragens e Mediações Judiciais, que definem seus próprios pré-requisitos. Alguns tribunais vão dizer que você precisa ser advogado há sete anos, outros nem exigem que o mediador seja advogado. O mercado costuma preferir mediadores que são advogados ou juízes aposentados, especialmente para disputas comerciais e trabalhistas. Terapeutas e assistentes sociais são mais comuns na área de divórcio e família.

Em sua opinião, é preferível o mediador advogado?

Lynn Cohn O mediador ser bem treinado é mais importante do que ser ou não advogado. É importante lembrar que mediadores não devem dar conselho legal às partes. O mediador deve mostrar o que pode acontecer segundo a lei, mas não pode dizer "você deve fazer isso". Representar as pessoas é trabalho dos advogados.

Quais as qualidades de um bom mediador?

Lynn Cohn Para mim, ter boa e sólida compreensão das competências de negociação é muito importante. Stephen Goldberg, um professor da Universidade de Northwestern que foi meu mentor, afirma que o bom mediador é aquele que consegue estabelecer uma conexão com as pessoas. O mediador que ganha a confiança das partes e cria um clima

Quando os litigantes vão ao tribunal, um vai ganhar e o outro perder. Depois disso, ficará difícil voltar a fazer negócio. Isso não acontece com a mediação

positivo é o que tem mais chances de ajudá-las a resolver o conflito.

A senhora trabalha em muitos casos que envolvem discriminação de sexo ou raça. Quais os desafios nesse tipo de mediação?

Lynn Cohn São casos muito interessantes porque combinam a emoção humana e o lado comercial. As companhias precisam decidir como vão lidar com aquelas questões, então há todo um lado empresarial na discussão. Ao mesmo tempo, há a história de pessoas que se sentem injustiçadas porque são mulheres, negros ou latinos. Adoro essa mistura.

Mas na mediação não é preferível deixar emoções de lado, para conseguir negociar objetivamente?

Lynn Cohn Não acredito que se deva pôr a emoção de lado. Como mediadora, posso criar formas de lidar com o componente emocional, e não apenas dizer a alguém que o que ele sente não importa. Se uma mulher acha que não foi tratada de forma justa por causa do seu sexo, irá querer uma chance para falar sobre isso. E o outro lado também terá a chance de dar sua versão. Não se consegue essa mesma chance num julgamento, e é o que procuro oferecer. Tento criar um lugar onde todos podem ouvir, mesmo sem concordar. Em reuniões privadas, busco ajudá-los a trabalhar suas emoções, mas também a tomar boas decisões sobre sua empresa ou seu futuro. Não sou uma mediadora que diz "vamos nos livrar da emoção", mas, sim, "vamos descobrir como lidar com ela".

Quais são os desafios em casos que envolvem diferenças culturais, como pessoas de países diferentes?

Lynn Cohn Quando você fala em diferenças culturais é mais fácil pensar em países, mas já peguei casos de pessoas dos Estados Unidos que tinham culturas muito distintas. Por exemplo, pela minha experiência, é preciso cuidado ao chamar pelo primeiro nome um negro mais velho que tenha título acadêmico. Culturalmente, é mais desrespeitoso do que seria para um branco. E isso é algo que você aprende. Há algumas semanas estava em uma mediação em que uma professora se queixava de que estava sendo tratada injustamente em sua universidade por ser negra. Sou muito informal: todos podem me chamar de Lynn, não precisam me chamar de professora. Mas percebi que os advogados dela nunca a chamavam pelo primeiro nome, e sim de "doutora", o título acadêmico que ela tinha. É preciso estar atento até às pequenas questões culturais.

Um bom mediador, então, precisa ter sensibilidade.

Lynn Cohn Você precisa estar lá, naquele momento, com as pessoas. Às vezes, principalmente em casos que envolvem ações trabalhistas, a sala fica cheia. Sempre preciso pensar: qual é a dinâmica desta sala? Quem eu ainda não ouvi? Quem precisa de uma chance para falar ao grupo? O que a linguagem corporal está me dizendo? É muito excitante, mas muito exaustivo. Não faço mediações todos os dias porque não tenho energia para colocar tanta coisa para fora. Preciso lecionar e desempenhar outras atividades para sentir que estou bem de novo.

É difícil não se envolver com as histórias das pessoas ou é possível separar as coisas?

Lynn Cohn Uma das razões pelas quais sou apta a fazer esse trabalho é porque sou muito boa em deixar para trás o dia que passou. Algumas pessoas não são e observo que muitos dos meus alunos sofrem por causa disso. Como mediadora, é preciso se sentir confortável com a dor, o conflito e a raiva, coisas comuns quando se tem um desacordo. É muito raro eu ficar pensando sobre um caso depois que ele acaba, mas recentemente houve uma

história bastante triste de uma jovem que conseguiu seu primeiro emprego, mas foi forçada a fazer sexo por um dos funcionários. A garota tinha a mesma idade da minha filha e fiquei me lembrando dela por algum tempo. Então, de vez em quando, alguma coisa te pega. Mas durante a mediação eu pensei tanto nas necessidades dela quanto nas da outra parte. Tento ser neutra, mas sou humana. Me relaciono com as pessoas e às vezes não gosto delas. Enquanto eu conseguir trabalhar, tudo bem, mas não significa que todos que conheço são maravilhosos.

Já aconteceu de não conseguir realizar a mediação porque não gostava da pessoa?

Lynn Cohn É muito raro, mas há um advogado que, para mim, não trata bem seus clientes. Recuso-me a fazer mediações com ele. Quando ele liga, estou ocupada.

Em casos que envolvem discriminação, já aconteceu, por exemplo, de ser acusada de favorecer a mulher por também ser mulher?

Lynn Cohn É preciso criar a reputação de que se é capaz de trabalhar com todos os lados. Quando estou lidando com uma mulher que diz ter sido vítima de discriminação, quero ouvir seus motivos, quero dar a ela a chance de contar sua história. Mas tudo tem dois lados, e estou curiosa para saber como o outro lado vê a questão. Às vezes a empresa vai se desculpar, outras vezes dirá que realmente não achava que a funcionária estava trabalhando bem, vai expor suas razões, mostrar que havia dado oportunidades a ela. As partes não precisam sair da mediação concordando em tudo. Às vezes elas podem concordar em discordar, e ainda assim resolver a disputa.

E como é o momento em que é preciso desistir da mediação, porque não há como chegar a um acordo?

Lynn Cohn Temos uma taxa muito boa de acordo. No meu caso, por exemplo, 90% ou mais dos casos conseguem se resolver. Em lugares onde a mediação é obrigatória a porcentagem não é tão alta, porque não se tratou de uma opção. Mas a mediação não é bem-sucedida apenas quando há acordo. Recentemente trabalhei em um caso que não se resolveu, de uma jovem que queria melhores oportunidades na empresa. Durante a mediação, ela queria testar que tipo de proposta poderia conseguir. Não houve acordo, mas ela conseguiu boas informações: percebeu que não iam lhe oferecer mais do que já haviam oferecido e, um mês depois, desistiu de entrar com processo e aceitou a oferta. Mesmo se não há acordo, a mediação pode ser útil.

Quando lido com uma vítima de discriminação, quero ouvir seus motivos, dar a ela a chance de contar sua história. Mas quero saber como o outro lado vê a questão

Há alguma história de mediação particularmente curiosa?

Lynn Cohn Já fiz uma mediação que durou 36 horas seguidas, e espero nunca fazer isso de novo! Era um caso complexo, uma ação trabalhista contra uma empresa que envolvia muitas pessoas com perspectivas diferentes. Alugamos um andar de um hotel e cada um ficou em um quarto. Eles podiam dormir enquanto eu trabalhava com as outras partes, mas eu mesma nunca cheguei perto da cama. Foi um desafio muito grande, e duas ou três semanas depois eu ainda estava cansada. Mas no fim chegamos ao acordo e acho que, se não tivéssemos ficado as 36 horas, não teríamos conseguido. Esse é o espírito da mediação: nós ficamos até as partes dizerem que querem ir embora.

Que tipo de preparo a senhora faz antes da mediação?

Lynn Cohn Sempre peço para me enviarem materiais para que eu possa ler e entender os problemas legais e o que está sobre a mesa. Além disso, é importante entrar na minha "zona de mediação". As pessoas que têm muitos trabalhos diferentes precisam estar atentas a isso. Sou professora, dirijo o programa da Northwestern, sou instrutora de mediação, faço arbitragens e, na maior parte do tempo, sou mediadora. Então, preciso sempre dizer a mim mesma: qual é meu trabalho neste momento? Por 10 ou 15 minutos preciso ficar centrada e cuidar de mim, me preparar para fazer outras pessoas se sentirem confortáveis e poderem lidar com seus problemas. Às vezes elas têm histórias muito difíceis de ouvir, como de estupro no trabalho. Se eu estiver desconfortável, como elas vão conseguir falar? Então gosto de me dar a oportunidade de ficar pronta. Depois da mediação, também é importante fazer uma transição. Tenho uma regra: se foi um dia fácil, apenas caminho um pouco. Se foi um dia um pouco difícil, gosto de ir à manicure. Se foi um dia difícil, vou à livraria. E se foi realmente muito ruim, massagem *[risos]*. Como mediadora você tem que doar muito, então é preciso encontrar maneiras de colocar tudo para dentro outra vez.

A senhora já esteve do outro lado da moeda, ou seja, já foi "mediada"?

Lynn Cohn Sim, há três anos, quando me divorciei. Eu e meu ex-marido, que também é advogado, mas não mediador, queríamos manter um relacionamento positivo. Nem contratamos advogados: tivemos apenas uma sessão de mediação para trabalhar três ou quatro questões sobre as quais não entrávamos em acordo. Hoje moramos em lados opostos da mesma rua e nos vemos todos os dias. Fiquei aliviada de ter um mediador que pôde nos ajudar. Foi um processo muito bem-vindo, e tive a chance de sentir que alguém me deu o presente que gosto de dar aos outros.

Que conselho daria aos jovens advogados que querem se dedicar à mediação?

Lynn Cohn Espero que aqui no Brasil existam pessoas com esse interesse, porque precisamos de bons mediadores. E o que é mais importante: espero que advogados, juízes e clientes brasileiros pensem sobre o que a mediação pode fazer por eles. A minha esperança é de que todos, não apenas os mediadores, vejam a mediação como uma ferramenta. Temos a oportunidade de mudar o modo como pensamos. Há tanto conflito por toda parte, e se as pessoas começarem a ser treinadas cada vez mais... vamos ver o que acontece em cem anos.



ENTREVISTA
JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO

UMA LÍNGUA E UM DIREITO NOS APROXIMAM

Para o jurista português, o direito de propriedade está cada vez mais em xeque e o meio ambiente passa a fazer parte da bioética. Para ele, vivemos um momento único de comunicação entre os ordenamentos jurídicos do Brasil e de Portugal

Por Carlos Costa
Fotos José Geraldo Oliveira

Formado na Faculdade de Direito de Lisboa, onde leciona até hoje, o jurista português José de Oliveira Ascensão foi professor titular na Faculdade de Direito do Recife (UFPE), fundou e dirigiu a primeira Faculdade de Ciências Humanas da PUC Portuguesa. Nasceu em Luanda, capital angolana, em 1932, mas não guarda recordações da terra natal, pois veio à metrópole ainda criança. Membro da Comissão de Especialistas de Direito de Autor da Comunidade Europeia, presidiu em três ocasiões o Conselho Científico da faculdade onde se formou. Autor de mais de 350 títulos, seus livros tratam de Introdução e Teoria Geral do Direito, Direito de Autor e Direitos Conexos, Direito da Internet e da Sociedade da Informação. Atualmente é presidente da Associação Portuguesa de Direito Intelectual e faz parte da Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida, por designação do ministro da Ciência e do Ensino Superior de Portugal. Nesta entrevista, concedida a *Getulio* em seu escritório no bairro Campo Grande, em Lisboa, ele fala sobre sua trajetória acadêmica, a ligação com o Brasil, dos ramos emergentes do direito como a bioética, meio ambiente e também da propriedade industrial e autoral. A seguir, alguns momentos da conversa.

Que professores marcaram sua trajetória acadêmica?

Oliveira Ascensão Foram muitos, mas na Faculdade de Direito de Lisboa tive dois professores importantes para a minha formação, o penalista Cavaleiro de Ferreira, que também esteve um ano ensinando no Recife, e o civilista Manuel Gomes da Silva. Em Bonn, onde estudei em meados dos anos 1950, tive a felicidade de conviver com o professor Hans Welzel, um revolucionário do direito penal. Em 1957, em Munique, estudei filosofia do direito e direito penal com Karl Engisch. E já 1960, em Roma, tive aulas com o professor Emilio Betti.

E depois o senhor se tornou uma referência, aqui e no Brasil.

Oliveira Ascensão Ensinei muito e com meus alunos escrevi minhas obras, que correspondem a uns trinta livros e, contando com outras publicações, somam umas três centenas de escritos jurídicos. Digo sempre que sou mais um civilista ou se quiser um jusprivatista. Estou aposentado, mas continuo a dar cursos de mestrado e doutorado, além de presidir a Associação Portuguesa de Direito Intelectual, que realiza cursos

de pós-graduação em parceria com a Faculdade de Direito de Lisboa. A APDI é a única entidade portuguesa que se dedica ao estudo, ensino e divulgação do direito intelectual, com cursos de direito em sociedade da informação, autoral, propriedade industrial, direito da bioética e ambiental.

Que são temas atuais, ou seja, o senhor acompanha os desdobramentos do direito.

Oliveira Ascensão Não é possível falar do geral sem conhecer os ramos emergentes do direito, mas que se integram no tronco do direito civil. Tenho feito sistematicamente isso. As pessoas estão muito especializadas e é importante ver a interligação dos distintos ramos do direito. É o que tenho procurado fazer quando leciono direito civil e do consumidor, direito civil e bioética, e agora direito civil e do meio ambiente.

E como foi a sua passagem pela Faculdade de Direito do Recife?

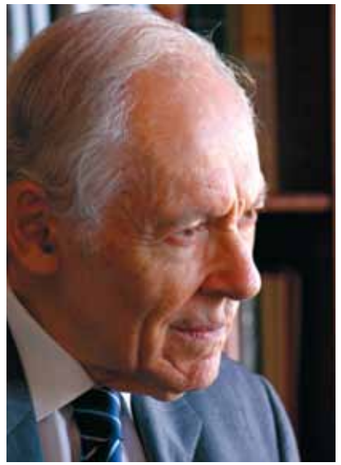
Oliveira Ascensão Em 1975 recebi um convite do professor Lourival Vilanova e aceitei com muito gosto. Fui professor titular por três anos e meio, lecionando no mestrado e na graduação. Gostei muito de estar no Recife e devo dizer que saí em 1979 porque minha base era aqui. Mas mantive sempre uma forte ligação com o Recife e com o Brasil. Leciono todos os anos no Brasil, faço conferências exclusivamente sobre o direito brasileiro. Tenho a satisfação de ser simultaneamente jurista de direito brasileiro e de direito português *[risos]*. Dá muito trabalho acompanhar as evoluções, sobretudo do direito brasileiro. Mas vou conseguindo, não na totalidade, mas vou conseguindo.

Existe uma diferença entre o aluno brasileiro e o de Portugal?

Oliveira Ascensão A diferença está no tipo de ensino, não propriamente no aluno. Aqui, o ensino é focado na formação jurídica, buscando preparar intelectualmente o estudante. A ideia é que se forma primeiro o geral e depois acontece a prática. No Brasil o ensino dirige-se mais à informação e à prática jurídica, o que é percebido em um aspecto pontual, mas elucidativo, quando se analisa, na grade dos cursos, a exigência do estágio na advocacia. Isso ocasiona uma grande diferença. O ensino português é problematizante; o ensino brasileiro é informativo. Há grandes juristas no Brasil? Respondo imediatamente que sim! Os muitos bons existem em todos os lados e não depende do meio.

E o professor de direito no Brasil?

Oliveira Ascensão Pessoas de valor há em todo lugar e em todas as épocas. A superioridade do jurista alemão está seguramente em que ali se exige muito. Quando se exige pouco, as pessoas não vão muito longe. Por outro lado, é preocupante a proliferação dos cursos de direito no Brasil. Isso também ocorre aqui. "Faculdades de acasos"



que laçam qualquer pessoa que acabou de se graduar, muitas vezes sem nenhuma preparação, para dar aulas. Como consequência, o resultado não pode ser bom. É preciso exigir mais do professor. Essa é uma parte que merece ser corrigida.

Não é fácil manter qualidade e uniformidade do ensino com grandes turmas de alunos.

Oliveira Ascensão Mais do que isso! As universidades privadas que têm localização em uma pluralidade de lugares tornam ainda mais difícil a uniformidade e a excelência do ensino.

Há na Fundação Getulio Vargas, no Brasil, a oferta de um curso mais voltado para o mundo dos negócios, menos para o direito litigioso. Como o senhor vê a proposta?

Oliveira Ascensão Cada país e cada sistema tem sua tradição. Aqui em nossa faculdade temos quatro vertentes: a histórica, a econômica, a política e a geral, que abrange o direito penal, o processo, o direito civil e o comercial. A vertente econômica dá uma preparação particular para a vida dos negócios, que permite ao jurista compreender os instrumentos fundamentais da vida econômica. Sei que no Brasil é diferente e há influência do sistema norte-americano, em geral pragmático, que não resulta tanto de princípios, mas da utilidade que se procura. Esse pragmatismo tem influência no Brasil e infelizmente no resto do mundo. Chamo a atenção para o seguinte: grande parte dos dirigentes de empresas em Portugal é formada em direito. O jurista que tiver uma boa formação terá capacidade e competência para ser um ótimo gestor.

Como está a questão do direito de propriedade hoje?

Oliveira Ascensão É uma área aguda e controvertida. Mundialmente a orientação é impor uma proteção exacerbada do que chamam de direito do autor e na propriedade industrial acontece o mesmo. Há cada vez mais a proteção das marcas e patentes. A proteção se justifica, mas não se justificam os excessos. Que não é para benefício do autor e sim das empresas que se apoderaram do direito desse autor. E quem fomenta as ampliações cada vez maiores dos prazos de vigência são os países com grandes empresas, que dominam a nível mundial. Prova disso é que o direito do autor é regulado essencialmente pela Organização Mundial do Comércio, ou seja, é regulado como se fosse uma mercadoria. *[Risos.]* Deveríamos procurar um novo equilíbrio entre o direito autoral e a atenção ao interesse público. O direito autoral, como todo direito, só se justifica em nome do interesse público. Quando se cria uma proteção tão forte que prejudica o interesse público acontece um erro.

Walt Disney se apropriou de lendas alemãs e hoje, se alguém usar a imagem do Mickey, corre sérios apuros.

Oliveira Ascensão A Disney, como se acabou de dizer, fez com que todos os prazos de proteção aumentassem em vinte anos. Já está em 95 anos. Os bonecos da Disney, criados no início do século passado, ainda estão e irão continuar protegidos vários anos.

Como fica esse tema diante do Creative Commons?

Oliveira Ascensão O Creative Commons não atinge em nada o direito do autor, pois se baseia na autorização do autor *[risos]*. Se é o autor que autoriza a reprodução o que se tem mais a dizer? A internet está colocando algo novo, mas não se procura um equilíbrio entre o usuário e a titularidade das obras disponíveis na web. Dizem que é proibido e que não pode copiar. Há algo interessante no acordo do Google nos EUA, de permitir a biblioteca digital, isso pode ser um primeiro passo rumo a um novo caminho que não seja totalmente unilateral, nem em um sentindo nem em outro.

Há uma tendência de caminhar para a liberação do direito do autor?

Oliveira Ascensão Não, e se disserem que se verifica uma liberação, não é verdade. O que está acorrendo é um endurecimento e um empolamento do direito autoral. Mas há setores, particularmente o setor intelectual, que dizem que basta o que já existe, porque há proteção suficientemente forte. O interesse social, em nome do ensino e da cultura, tornará o direito autoral menos restritivo.

Como anda a discussão do direito da patente na área farmacêutica?

Oliveira Ascensão Uma coisa é a prática e outra coisa é a posição do direito. Os direitos de propriedade industrial também estão subordinados à OMC. Na prática, o direito autoral é altamente restritivo, dando todo o benefício àqueles que detêm o direito da patente. E novamente a lei protege a entidade empresarial, não o inventor. No caso, protege os grandes laboratórios que detêm a patente. Há nisso tudo mais pressão econômica do que qualquer outra coisa. O Brasil teve o caso da importação de medicamentos para a Aids e que resultou num acordo. Tenho lá minhas dúvidas se foi favorável ao Brasil, pois apesar de parecer uma vitória já era previsto nas leis e convenções: o Brasil tinha todo o direito de proceder como fez e não precisava de nenhuma concessão dos EUA. Outro exemplo é o caso dos medicamentos genéricos: recomendados por todos, dos EUA à Comunidade Europeia e Japão, mas na prática combate-se ferozmente sua entrada nos mercados. E retardar essa entrada significa que países e consumidores perdem milhões. Por motivos de interesse público uma patente pode ser quebrada. Por uma questão de bom senso, as leis de direitos autorais e de patentes devem ser revistas.

Na área do direito ambiental, o senhor não vê um uso comercial pelas empresas que se definem como "verdes", como hotéis que aconselham os hóspedes a não pôr as toalhas para lavar?

Estamos em um período como possivelmente nunca terá havido na história que é de comunicação entre as ordens jurídicas brasileiras e portuguesas

Oliveira Ascensão Respondo com uma ideia um bocadinho diferente: o fato de não pôr as toalhas para lavar todos os dias é bom para o ambiente, evita um desperdício que fazemos. O problema do direito ambiental é que os países mais poluidores, portanto os mais industrializados, são justamente os que mais se opõem a algumas medidas. Isso é péssimo para a verdadeira proteção ambiental. Considero que hoje a questão ambiental tornou-se tão significativa para todos que entrou na bioética. Se a bioética é o estudo da ciência e da ética da vida, o direito do ambiente estuda a sustentabilidade da vida. E hoje é exatamente a sustentabilidade da vida que estamos discutindo.

Parece que já vivemos as consequências desse desregramento.

Oliveira Ascensão É só perceber o aquecimento global. É evidente que cada um procura hipocritamente se justificar utilizando o direito ambiental, mas não considero esse o maior problema. O problema é o exemplo dos maiores poluidores. No dia em que a China, os EUA ou outro grande país efetivamente procurarem uma forma de limitar o aquecimento global e o desmatamento, ficarei satisfeito. Enquanto eles não fizerem, os outros arranjarão uma maneira de escapar.

Que conselho o senhor dá a um estudante ou a um jovem advogado do Brasil?

Oliveira Ascensão Antes de tudo faria uma saudação fraternal. Existe uma língua e um direito que nos aproximam – apesar das influências que nos levam um bocadinho para uma força centrífuga, como pode ser a influência americana no Brasil e a influência da Comunidade Europeia em Portugal, que nem sempre é uma influência favorável, muito pelo contrário. Apesar disso há uma ligação grande entre Portugal e o Brasil. Uma capacidade extraordinária de nos entendermos no campo jurídico. Tivemos algumas felicidades como, por exemplo, o fato de serem preparados no Brasil o código civil, que está hoje em vigor, e a lei dos direitos autorais, que já não é a que está em vigor, mas está na base da lei em vigor, e que foram elaboradas imediatamente após aprovados o atual código Civil Português e o código português do Direito do Autor.

Nós copiamos?

Oliveira Ascensão Não copiaram *[risos]*, fizeram o que todos devem fazer: inspirar-se nas leis existentes, sobretudo as leis modernas *[risos]*, que no caso eram as leis portuguesas. Por outro lado o Brasil fez o Código do Direito do Consumidor, que influenciou a legislação portuguesa. Estamos em um período como possivelmente nunca terá havido na história, que é de comunicação entre as ordens jurídicas brasileiras e portuguesas. Vêm aqui professores brasileiros e também nós vamos ao Brasil. Essa comunicação permite juntar nossas forças e fazer alguma coisa em comum e de muito importante dentro do direito. Isso é algo que acentuo e que me parece particularmente importante.

A EMBAIXADORA DA COMIDA MINEIRA

Para Dona Lucinha o primeiro ingrediente que deve ser colocado na panela é o amor. A receita é infalível

Texto e fotos José Geraldo Oliveira

O restaurante Dona Lucinha, em Belo Horizonte, lembra um antigo armazém. A entrada é de tijolos aparentes com as portas emolduradas por dormentes de estrada de ferro. Mais à frente, uma vitrine exibe imagens de santos. Entre elas, iluminada por uma luz amarela, se destaca Nossa Senhora do Rosário. Entra-se aos poucos na história das Minas Gerais nos tempos da colônia. Objetos e utensílios usados por tropeiros, mobiliário de época, imagens sacras, canecas esmaltadas, sinos de prata, escumadeiras de cobre – e uma galinha de arame para guardar ovos caipiras. Simplicidade e aconchego. Já provaram e se deliciaram da comida criada por Lucinha personalidades políticas e do mundo artístico. O presidente Lula e a primeira-dama Marisa Letícia, com o mineiríssimo vice José Alencar, provaram a cachaça do Serro servida em coité (cuia) e Jô Soares, Leandro e Daniel aprovaram os pratos apresentados.

Às 10:45 da manhã o restaurante ainda esta vazio. Uma senhora de cabelos grisalhos veste o uniforme branco. Alta e com porte matriarcal, ostenta a medalhinha de Nossa Senhora do Rosário no pescoço e brincos delicados que combinam com a cor azul dos olhos. O almoço acontece animado. Nas panelas de barro frango com quiabo, arroz e angu. A boa prosa é regada com um pequeno copo de cachaça. "É preciso encontrar, em tudo e em todos, o motivo de alegria." Com os dez funcionários, Lucinha cumpre há anos essa rotina. Todos comem a mesma comida que logo mais será servida no festival de cozinha mineira. Os empregados a cumprimentam como mãe, com bênção e beijo. "Eles são da família. Quem mostra a cara do restaurante não sou eu. São eles que recebem, conversam e orientam os clientes."

Essa mulher tem história. Quando nasceu, um desses anjos barrocos deve ter tocado sua fronte e largou o dom. Dom de quitandeira, de cozinheira, de educadora e de mãe. Provavelmente um anjo gordinho e comilão, que até hoje sopra em seus ouvidos, fala a língua dos querubins que gostam de comida. Fala macia e serena. Ternura só. Os cabelos brancos que revelavam vivências, andanças e invocam memórias de quem passou muito tempo à beira do fogão. Esquentou a barriga. Teve onze filhos. Todos vivos.



“Hoje, se não tiver enfeite parece que não tem graça. A cozinha não atrai só pela visão, a comida seduz pelo sabor e pelo perfume”

A história do Serro

Maria Lúcia Clementino Nunes, a Dona Lucinha, nasceu na antiga Vila do Príncipe do Serro Frio, hoje cidade do Serro, que ainda preserva as características das vilas setecentistas mineiras e é conhecida pela qualidade do queijo e pelo talento das quitandeiras. O que lhe valeu ser o primeiro município brasileiro a ter seu conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em abril de 1938.

Defensora da cultura, conta que Minas foi um canto que demorou a ser descoberto por causa da distância do mar. Por muito tempo, as montanhas a preservaram da influência de outras culturas. Prevaleceu a cultura indígena. Em 1702, uma bandeira chefiada por Antônio Soares Ferreira descobriu as minas de ouro de Ivituruí *[em língua indígena, Serro Frio]*. Atraídos pelo ouro que brotava fácil nas cabeceiras do Jequitinhonha, aventureiros foram chegando. Houve a necessidade de buscar mão de obra acostumada na lida do trabalho pesado, já que vida de índio era mansa. Foram buscar os escravos na África. “Vieram as mulheres africanas, cozinheiras com muita sabedoria com os refogados”, explica Lucinha. Desse contato foi nascendo a comida mineira. Os índios tinham os assados e crus, as africanas os refogados e temperos.

Em 1711 o sargento-mor Lourenço Carlos Mascarenhas é nomeado superintendente das minas de ouro, com a função de manter a ordem e a justiça. A prosperidade do arraial motivou, então, sua elevação à condição de vila em 1714. Tornou-se Vila do Príncipe. Uma caixa de surpresa porque a cada dia se encontrava mais riqueza. Houve grande fluxo de pedras preciosas e ouro para Portugal, e assim surgiram as tropas. Em 6 de março de 1838, a vila foi elevada a cidade com o nome de Serro. “Nossa cultura nasceu urbana, porque foi por causa dos veios dos rios que fizeram igrejas e casas confortáveis para receber as famílias portuguesas.” E aí aconteceu o terceiro momento: a influência portuguesa.

Hoje a culinária procura a visão e não apenas o sabor, reclama. “Se não tiver muito enfeite parece que não tem graça. A cozinha não atrai só pela visão, a comida seduz pelo sabor e pelo perfume. Para entender a cozinha mineira é preciso estudar as dificuldades dos primeiros povos que vieram para cá.” Modesta, arremata o bordado: “Não estou dizendo que minha comida é boa. Faço culinária afro-indígena-portuguesa, tem história e cultura”. Lembra-se da conversa com o primeiro-ministro, depois presidente de Portugal, Mario Soares, durante um almoço. Contou que estava preparando um livro percorrendo essa caminhada culinária: indígena, africana e portuguesa. Ele disse: *[imita o sotaque]* “Pois, pois não pode, tem que ser indígena, portuguesa e africana”. Mineira não dá ponto sem nó: “O senhor vai me desculpar, mas não estou falando da evolução da mineração, estou falando da evolução culinária”.

Voltando ao Serro colonial, quando aumentou o transporte de ouro e pedras preciosas, surgiram as tropas. E tiveram de adaptar a comida da fazenda e selecionar o que pudesse ser levado na longa viagem. “A comida do tropeiro é apropriada para usar a farinha. O capitão da tropa logo que chegava ao pouso ia tomar cachaça, tocar viola e contar os causos enquanto os cozinheiros aprumavam o rancho para preparar a comida na hora. Nessa espera, comiam rapadura raspada com farinha.”

Se não sabe fazer não sabe mandar

A senhora de olhar terno passou a infância na fazenda, num tempo em que as mães tinham obrigação de formar boas donas de casa. Os pretendentes queriam boas donas de casa. Aprendeu a lavar, passar, cuidar da casa e a arte de bordar. Lucinha não queria saber muito dessa história de dona de casa, queria aprender mais. Foi para a cidade estudar e ficou na casa dos avôs maternos. O avô, Dr. Tolentino, era o médico da região e a avó, Luciana, a enfermeira. A avó combinou com as comadres que ensinassem à mocinha os segredos da culinária. Mas a moça insistia: não queria saber das obrigações de dona de casa. Sonhava ser professora. “Minha filha, quem não sabe fazer não sabe mandar. Você ainda não está pronta para mandar. Precisa aprimorar seus conhecimentos nos afazeres da casa.” Um pouco a contragosto, seguiu o conselho. Foi tomando jeito e gosto. Hoje reconhece a sabedoria da avó. “Ela teve inspiração. Foi uma verdadeira sábia.” Aprendeu receitas chiques vindas nos cadernos da Europa. “Tinha uma senhora que fazia um folhado francês e outros pratos requintados, como arroz de forno e doces.” No convívio na casa da avó passou a gostar e se interessar pelas lides da casa. Casa de excelentes cozinheiras: a tia era quitandeira e tinha também “uma escrava que nasceu no mesmo dia que a minha avó. Virou cozinheira da casa. A gente a chamava de vó velha. Minha avó tinha cabelo preto e essa negra tinha cabelos brancos. A vovó velha, além de engomar muito bem as camisas, era doceira de mão cheia”.

Em 1953, com 18 anos, concluiu o curso de magistério. Aos 21 anos e formada se casou com José Marcilio Moura. Seu companheiro até hoje. Teve cinco filhos de carreirinha. Voltou para a fazenda. Teve mais seis. Vida difícil. Além de cuidar da casa e dos filhos, lecionava na escola rural. Muitas vezes ia trabalhar a cavalo. Levava um filho amarrado com uma almofadinha na frente, outro na barriga e a terceira criança atrás. “Foi uma vida pesada, mas gostosa. Era uma escola pobre. Não havia uniformes, giz e nenhuma alimentação para os alunos. E não tem um dia em que eu não sinta saudade.” Além de ensinar, aprendeu a lição que pode ser a chave do sucesso: “Valorizar e preservar nossa cultura culinária de origem”.

Dessa época lembra-se de um caso interessante. “Havia um homem, perto da fazenda de meu sogro, que bebia muito, eu tinha medo dele. Um dia, indo para a escola a cavalo e levando os filhos, em uma curva encontro esse senhor. ‘Para esse cavalo! Você não tem marido, não? ’, berrou o homem. ‘Claro que tenho! ’ E ele continuou berrando. ‘Esse seu marido não presta para nada, a barrigueira está solta! Fica quieta aí. Não vou mexer com a senhora, não.’ Ele tirou meu filho de cima do cavalo e apertou a barrigueira do animal e segui caminho. Ele foi para minha casa brigar com meu marido. De fato, ele me salvou. Poderia ter sofrido um acidente grave.” Dá uma risada. “Estou te contando todos os meus segredos.”

Na escola, fez reunião com os pais dos alunos para pedir ajuda. “Dona, como a senhora tem coragem de pedir ajuda para uma turma pobre?” Não pedia quase nada. Um ovo, couve, um pedaço de rapadura, qualquer coisa para ajudar na alimentação das crianças. “Ah, dona, a senhora envergonha a gente. Tá pedindo só essas coisas bobas da roça?” Para convencer os pais de que aquilo não era “coisa boba”, fez uma pequena merenda na escola e serviu. “A senhora come canjiquinha, ora-pro-nobis, esses trens que dá no mato? Isso é coisa de roça!” Retrucava em tom de ensinamento: “Isso é coisa de Minas”.

Em sala, ensinava mais que as letras e a tabuada. Dava aula de religião e culinária. Transformou o espaço externo da escola num clube agrícola. “Mudei o currículo porque coloquei crianças cultivando a horta. Lidando com animais. Tinha até uma vaquinha. Esse era o universo daquelas crianças. Era para segurar o homem no campo.” Queria que entendessem que não era comida do mato e sim uma riqueza. Havia uma cultura sendo perdida por vergonha. “Perguntei a eles: se chegar à casa de vocês uma visita importante e estiverem comendo suã com ora-pro-nobis, servem aquela comida? ‘A gente manda comprar macarrão numa venda mais próxima. Essas coisas de roça nois tem vergonha de servir.’ Estavam escondendo o que havia de mais precioso em nossa culinária.”



“Mudei o currículo, coloquei crianças cultivando a horta. Tinha até vaquinha, pois esse era o universo daquelas crianças. É preciso segurar o homem no campo”

Essas histórias ela transformará em livro, *Merenda Escondida*. “Eles não tinham coragem de mostrar e escondiam no mato. Era garrafa de melado com farinha, rapadura raspada, broa de fubá. Era a merenda que levavam e deixavam escondido no mato para depois da aula voltar comendo no longo caminho de volta para casa.”

Angu sem sal

Depois de vinte anos na zona rural, Dona Lucinha se mudou para a cidade. Dona de casa, mãe de onze filhos, salgadeira, catequista, professora, diretora de escola e vereadora mais votada, superintendenta da praça de esportes e vice-presidente da Irmandade do Rosário. Lucinha não parava de inventar coisas. Como arrumar tanto tempo? A resposta vem de bate-pronto. “Só quem tem muita ocupação tem tempo. Os desocupados não têm tempo. A gente divide o tempo, os desocupados não encontram tempo.” *[Risos.]* Ela não quis parar. Abriu no Serro um pequeno restaurante.

A comida fez sucesso e as pessoas começaram a procurá-la para preparar jantares e promover festivais. Veio outro e mais outro. Ultrapassou as montanhas



Só quem tem muita ocupação tem tempo. Os desocupados não têm tempo. A gente divide o tempo, os desocupados não encontram tempo

e foi para São Paulo, Rio de Janeiro, Belém. Fazia questão de levar tudo de Minas. Das panelas às cozinheiras. "Era um Deus nos acuda. Fazer as minhas cozinheiras entrarem no avião era uma dificuldade. Elas morriam de medo" *[risos]*. E o Brasil ficou pequeno. Foi para Miami, Nova York. E aí não parou mais.

Em 1990 inaugurou o primeiro restaurante na capital mineira. Foi pouco. Abriu outro mais no ano seguinte. "Pesquisando a opinião dos visitantes, percebemos a curiosidade dos paulistas por nossa cultura. Concluímos, então, que o cordão umbilical de São Paulo com Minas ainda não fora rompido." Seguiu ao contrário as trilhas dos bandeirantes e veio parar em São Paulo.

Quando chegou Dona Lucinha foi pesquisar a comida mineira que havia por aqui. Viu uma expressão muito comum que era o Virado Paulista. Tinha que saber a origem do virado. Pesquisou com os tropeiros e descobriu que: "Os paulistas quando encontravam com a tropa vinda de Minas para pegar a cachaça e outros produtos, queriam comer o mexidão da tropa. O nome virado paulista vem do mexidão da tropa, virado *[mexido]* primeiro para depois ser consumido".

Abriu na capital paulista um restaurante nos mesmos moldes do mineiro. "O Saul Galvão, que era crítico gastronômico do *Estado de S. Paulo*, publicou uma reportagem maravilhosa, descrevendo a decoração da casa, os sabores da comida, mas escreveu que o fubá decepcionara. E colocou uma interrogação. Isso despertou uma curiosidade enorme nas pessoas, que quiseram conhecer aquele restaurante que oferecia um angu sem sal. O nosso angu é sem sal, mas quando ele se encontra com os caldos e molhos é a vez do reinado do angu. O que era comida de cocho dos escravos se transforma em rei."

Atualmente, nos quatro restaurantes e no sítio onde produz a matéria-prima neles utilizada, Dona Lucinha dá emprego direto a 110 funcionários. Sem contar com a equipe que administra a Pousada Vila do Príncipe, no Serro, tributo a João Nepomuceno Kubistchek, o João Alemão, bisavô do presidente Juscelino. "Ele veio para a cidade como um cigano. Se encantou com as madeiras que existiam na região. Tornou-se um carpinteiro de mão cheia e construiu vários móveis para os fidalgos das casas grandes. Guardamos vários móveis feitos pelo João e, além disso, temos outros objetos como brincos e terços que pertenceram à família Kubitschek."

Histórias da Arte da Cozinha Mineira

A conversa mansa dessa senhora vai alinhavando histórias. "Todos falam que mineiro é desconfiado e tímido, isso porque vimos os forasteiros chegar e levar todas as nossas riquezas. Da cidade do Serro saiu muito ouro para reconstruir a Lisboa arrasada pelo terremoto de 1755."

Em 2001, em parceria com as filhas Márcia Clementino Nunes e Maria **Lúcia Clementino,** historiadora, lançou o livro *História da Arte da Cozinha Mineira*. Abriu o baú de receitas, registro oral de tradições, hábitos e costumes gerados nos primeiros tempos dos ciclos do ouro e do diamante. "Levaram nossas riquezas, mas esqueceram a nossa história nos cascalhos dos rios. Basta batear que encontramos."

O livro contém receitas com detalhamento de ingredientes e sua origem, além de muitas histórias. "Sou uma cozinheira da roça, a Márcia deu a sustentação histórica porque é mais estudada e culta. Fiz uma colcha de retalho. Dei para a Márcia e ela costurou." *[A filha chega e pede bênção para a mãe.]* "Deus te abençoe" – a galinha recolhe o pintinho debaixo das asas e fala com sorriso de orgulho. "Ela é a cabeça do livro. Por exemplo, fornalha de chão é aquilo que se cozinhava no chão." No livro explica como conheceu a receita da feijoada. "Uma das amigas de minha avó Luciana era uma negra padeira na cidade. Não contava as receitas para ninguém, guardava todas. Um dia me disse 'Lucinha, por causa dos seus avós vou revelar meus segredos. A casa-grande recebeu uns convidados que levaram para um banho nas muitas cachoeiras da região. Na volta, um dos hóspedes se sentiu atraído pelo cheiro que vinha da senzala. Eram as escravas cozinhando as aparas de carne de porco com feijão-preto. Provou. Pediu para levar um pouco para a casa-grande. 'Sinhô, isso é comida de escravo. Num é procê', avisou outra escrava. Tanto o sinhô insistiu que a feijoada foi parar na mesa dos donos da fazenda. Nunca mais saiu de lá. Cada um defende e define sua feijoada." Verdade ou não, esse foi o relato que ouviu e registrou. Foi com esse perfume que a feijoada de Dona Lucinha ganhou o James Bear Awards, um festival que acontece em Nova York. "Todos perguntavam de onde vinha aquele cheiro."

Não faltam histórias. "As escravas não sabiam ler e quando recebiam uma receita pediam às sinhás para explicar. Iam gravando e renomeando para associar receita ao nome. Tem o doce que se chama miscelânea, chique, com toque francês e português. Essa miscelânea são todos os ingredientes misturados ao mesmo tempo e levados para assar como um pudim. Com muito queijo, doce de sidra, ovos, manteiga. Elas associavam e virou mexida de miscelânea." Mais história das origens das receitas? "Feijão-tropeiro era o feijão que a tropa levava. Uma coisa mais seca para colocar no embornal. Nasceu na cozinha da fazenda."

Com o seu jeito simples do interior mineiro, Lucinha não se rende totalmente à modernidade. Mudar nem pensar. "No Restaurante Dona Lucinha não há lugar para novidades e invencionices. Tem de ficar alguém para semente. Uma árvore velha para assegurar o modelo. E a partir daí criar coisas novas, mas tem que manter o modelo tradicional." Por levar muito alho, gordura de porco, urucum e outros ingredientes, a culinária mineira é considerada pesada. Dona Lucinha discorda e afirma que pesada é a comida feita fora dos padrões históricos, deixando de lado habilidades e astúcias das cozinheiras indígenas e africanas. "Na nossa comida existem temperos mais perfumados que partem do alho e da cebola e das folhas que usamos. Dá o refogado. A comida precisa ser temperada com calor humano e o calor da panela. O calor da panela dá o dourado nos temperos, e eles exalam o perfume que atrai as pessoas para sentir o sabor."

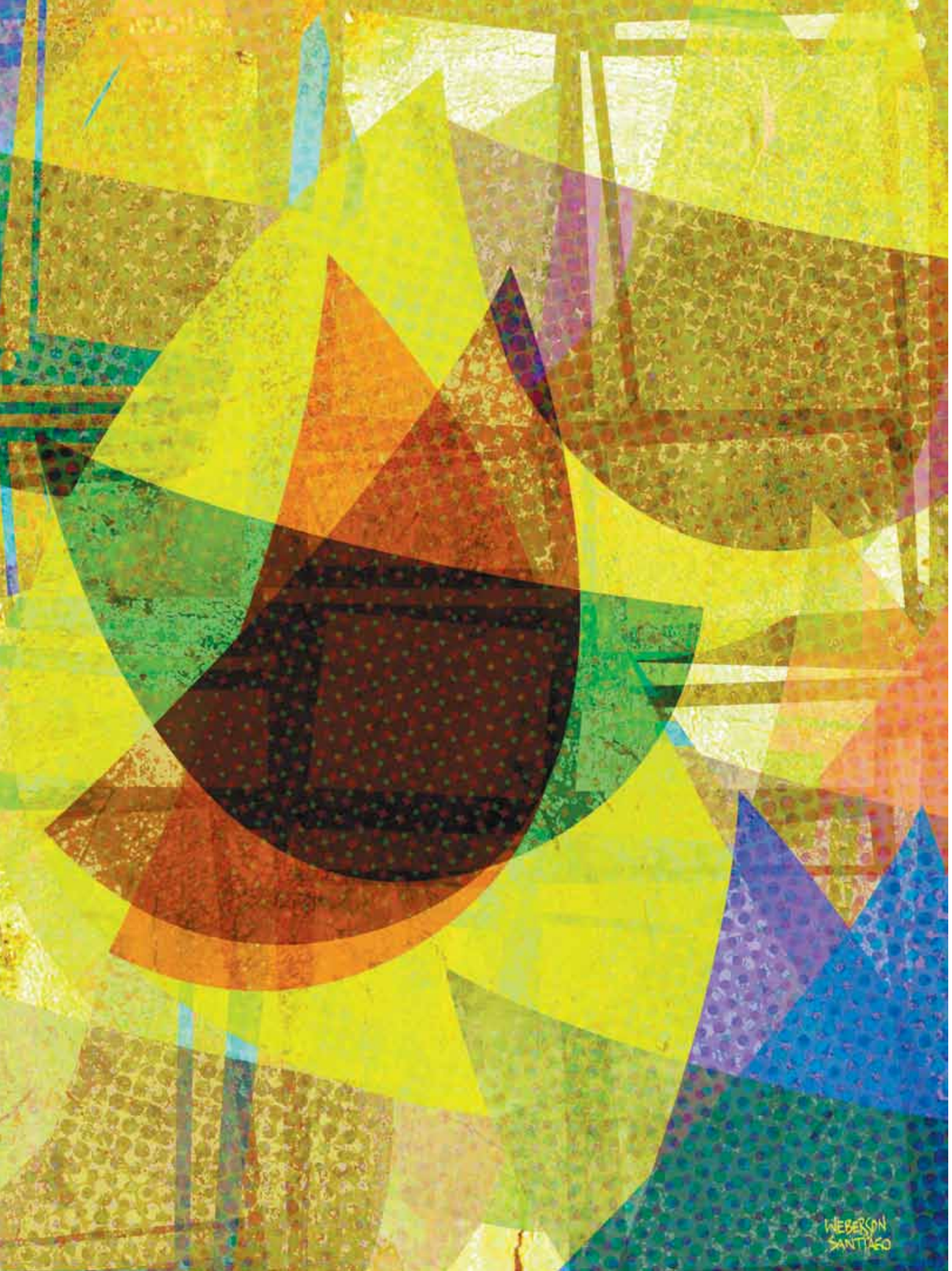


O bisavô do Juscelino veio para a cidade como um cigano. Se encantou com as madeiras da região. Tornou-se um carpinteiro de mão cheia

Instituto Dona Lucinha

"Sonhar cada vez mais é o que faço. Realizo os sonhos quando surgem as oportunidades. Mineiro não corre para não tropeçar." Embora zombe que "Agora estou meio vagabunda, a gente viaja, vai e vem". Tem de cuidar do marido, que também demanda carinho. Atualmente, a "menina dos olhos" é o Instituto Dona Lucinha, que tem como missão contribuir para a melhoria da segurança alimentar e criar alternativas que garantam a qualidade da alimentação em regiões de risco social de Belo Horizonte. Desde os tempos do Serro fazia uma sopa concentrada e distribuía para as pessoas mais carentes. Fazia tanta comida, porque não fazer um pouco mais? Em Belo Horizonte começou a preparar a sopa e ia ela mesma distribuir aos necessitados. Levou bronca da polícia. "Então vocês vão me ajudar a distribuir." O trabalho foi evoluindo e percebeu que tinha potencial para fazer mais. "Sempre estou querendo aumentar as coisas, nunca diminuir. Esse é meu problema. Não cabe e quero colocar mais coisas." Por esse trabalho, o 22º Batalhão da Lagoa Santa Lúcia resolveu prestar homenagem. "Não quero essa homenagem não. Preciso é de um lugar para trabalhar aqui no batalhão." Rodou pelas dependências do destacamento e encontrou uma cozinha abandonada. Montou uma cozinha industrial e ao lado uma sala de aula onde são ministradas, em parceria com o Senac, as aulas de culinária e formação profissional em gastronomia para a população do bairro. Atualmente 700 famílias são assistidas, mas a meta é atingir 5.000. E já deu resultados. Hoje as empresas ligam procurando alunos formados. "Se um candidato diz que mora em um morro ou favela fica mais difícil se apresentar para o trabalho, pois o empregador irá achar que se trata de malandro. Minha ideia é acabar com essa coisa de que quem mora em favela é malandro."

A prosa estava boa, o restaurante foi enchendo. "Nós falamos tanto. Uma coisa importante para mim é a presença de Deus em nossa casa. Não é apenas fazer a comida, tem de alimentar a alma também", diz, ao se levantar. Um grupo de executivos chega. Lucinha precisa trabalhar. Passa de mesa em mesa cumprimentando. No restaurante, para abrir o apetite, há linguiça, torresmo e pão de queijo, e a cachaça artesanal do Serro. Enquanto isso, os clientes provam o caldo de feijão, a canjiquinha com costelinha e couve, rabada com agrião ou vaca atolada. O buffet é divido em dois: de um lado, a comida da fazenda; do outro, a do tropeiro. "A cozinha das fazendas é molhada, enquanto a dos tropeiros tem ingredientes mais secos e duráveis", explica. Depois, as sobremesas: doce de leite, goiabada, doce de cidra ralado, doce de laranja, abóbora com coco, mamão com rapadura, figo acompanhado de queijo do Serro. Antes de pagar a conta, é preciso provar os licores caseiros elaborados por Lucinha: jabuticaba, pequi, jenipapo, anis, figo, entre outros. Pronto. Fartura e generosidade mineira, de forma simples e carinhosa, tornam o deleite completo.



SÓ O EXPERIMENTAL INTERESSA

Experimental, inovador, anarquista, performático: Hélio Oiticica não cabe na definição de artista

Por Maria Rita Drummond

"A Tropicália veio contribuir fortemente para essa objetivação de uma imagem brasileira total, para a derrubada do mito universalista da cultura brasileira, toda calcada na Europa e na América do Norte, num arianismo inadmissível aqui: na verdade quis eu com a Tropicália criar o mito da miscigenação – somos negros, índios, brancos, tudo ao mesmo tempo – nossa cultura nada tem a ver com a europeia, apesar de estar até hoje a ela submetida: só o negro e o índio não capitularam a ela. Quem não tiver consciência disso que caia fora. Para a criação de uma verdadeira cultura brasileira, característica e forte, expressiva ao menos, essa herança maldita europeia e americana terá de ser absorvida, antropofagicamente, pela negra e índia da nossa terra, que na verdade são as únicas significativas, pois a maioria dos produtos da arte brasileira é híbrida, intelectualizada ao extremo, vazia de um significado próprio. [...] É a definitiva derrubada da cultura universalista entre nós; da intelectualidade que predomina sobre a criatividade – é a proposição da liberdade máxima individual como meio único capaz de vencer essa estrutura de domínio e consumo cultural alienado."
Hélio Oiticica, *Nova* Objetividade Brasileira, MAM/RJ, 1967

Crítico veemente da "estrutura de domínio e consumo cultural alienado", filho do fotógrafo-pintor e entomologista José Oiticica Filho, neto de José Oiticica, filólogo e anarquista, Hélio Oiticica foi criado em um ambiente livre de padrões e conceitos preestabelecidos ou socialmente aceitos. Durante sua vida, conviveu com todos os tipos de gente, de pessoas do povo a poetas, intelectuais, artistas plásticos, críticos, músicos, sambistas, entre outros, sempre mantendo sua integridade e verve inovadora. Conseguiu manter-se marginal e independente por toda a vida, dono de um sentido de liberdade que lhe permitia ser apenas ele mesmo.

Nascido no Rio de Janeiro em 1937, Hélio foi educado em casa, longe das escolas tradicionais até seu pai ganhar a bolsa da Fundação Guggenheim e a família mudar-se para Washington. Coincidentemente, Hélio recebeu a mesma bolsa de estudos da Fundação Guggenheim em 1970 e se mudou para Nova York. Nunca ganhou muito dinheiro, vivia de forma extremamente simples, interessado por todos os tipos de manifestação artística. Tinha um jeito alegre e irreverente, mas tratava com rigor e seriedade seu trabalho.

Sua forma libertária e total de ver o mundo fazia com que tudo fosse aceito, todas as coisas se comunicassem,

permitindo que ele transitasse pelos mais diversos caminhos e apreendesse conceitos das mais diferentes fontes. Acreditava que não existia um padrão de gosto, nem de bem, nem de mal, sendo esse tipo de julgamento uma forma de controle burguês. Quem tinha o poder de determinar o que era bom ou ruim: os criticóides, como chamava?

A leitura de seus cadernos, suas cartas, seus textos, os escritos de seus amigos como Lygia Clark, Rogério Duarte, Waly Salomão e Ferreira Gullar, testemunhas oculares de sua vida artística, se faz essencial para entender sua genialidade. Como Hélio escrevia muito, sua obra era acompanhada de textos elaborados por ele, ou de referências filosóficas, o que, no entanto, não exigia conhecimento prévio do público. Apesar de culto e de conviver com os maiores poetas e intelectuais da época, sua obra procurava a "desintelectualização". Havia nele um compromisso com a verdade, uma busca pela essência e por autenticidade. Essa busca era natural, fazia parte do que era Hélio Oiticica, como ele vivia, não era uma bandeira política ou uma forma de promoção artística.

No texto reproduzido no começo deste artigo, Hélio mencionava a "derrubada do mito universalista da cultura brasileira, toda calcada na Europa e na América do Norte, num arianismo inadmissível aqui", e argumentava que a influência exterior alienava os artistas no Brasil, que prestavam mais atenção no que vinha de fora do que no que acontecia dentro do país, nas ruas, nas favelas, nas tribos indígenas. O que não quer dizer que ele pregava contra o movimento artístico americano ou europeu, sua visão era aberta e ampla, nunca excludente. No entanto, clamava pela manutenção do significado e pela valorização da história e do contexto em que a cultura brasileira se fundou e desenvolveu.

Oiticica foi fortemente influenciado pelo som de Jimi Hendrix e pelo samba da Mangueira, para citar duas importantes fontes, não havia hierarquia nem limites para suas influências. Quando viu uma obra de Paul Klee pela primeira vez, se sentiu estranho, não sabia se tinha gostado ou não, só tinha a certeza de que algo havia mudado em seu olhar. De Rimbaud, Nietzsche, Klee, Malevitch a Ângela Maria, Caetano Veloso, Mangueira, Hendrix, Dylan e a lista múltipla segue: Hélio era um verdadeiro caldeirão de influências. Das aulas com Ivan Serpa, do não desenho e a não pintura dos Metaesquemas, do movimento Neoconcreto, até o completo abandono da pintura e dos limites da moldura através de sua arte ambiental, Hélio Oiticica foi revolucionário em tudo que se propôs fazer.

Parangolés: vestir x assistir

Inserida no contexto Neoconcreto, que propõe uma arte com intenções expressivas, caráter subjetivo e humanista, os *Parangolés* de Oiticica dão oportunidade de se vivenciar a criação. "Qual é o parangolé?" era uma gíria do

Após declarar a morte da pintura, declarou a morte do espectador e o nascimento do participante: o parangolé coloca em xeque o conceito de obra de arte

morro carioca muito usada na época e que hoje poderia ser substituída por "qual a parada?". Tendo crescido com um avó filólogo, no rigor da gramática e aprendido diversas línguas, inclusive o latim, Oiticica se encantava com as gírias do morro, que notava ser um dos subterfúgios usados pelas pessoas para driblar a dura realidade.

Inspirado pela experiência do samba, a imersão na dança, no ritmo, nos passos improvisados e rápidos dos passistas levou Oiticica a criar os Parangolés. Em certa entrevista, Hélio disse que seus Parangolés podiam ser mais facilmente entendidos no programa do Chacrinha ou na quadra da Escola de Samba da Mangueira do que em uma galeria de arte. O que no Brasil da época era verdade. Aliás, Hélio adorava o programa do Chacrinha, que, em função dos Parangolés, o chamava de costureiro. O Parangolé é mistura de capa, estandarte e bandeira feita com panos coloridos que pode ser vestida ou carregada. As cores se revelam plenamente quando a pessoa se movimenta, sendo, assim, requisito essencial a participação ativa do público. O participante, ao vestir o Parangolé, vira obra de arte. Oiticica explica que "o objetivo é dar ao público a chance de deixar de ser público espectador, de fora, para participante na atividade criadora".

Depois de declarar a morte da pintura, Oiticica declara a morte do espectador e o nascimento do participante. Não só isso, o próprio conceito de obra de arte é colocado em xeque com o Parangolé. Como Duchamp, Oiticica questiona os limites do que é arte e o padrão estético imposto pela crítica e pelos curadores. Sua antiarte leva o participante a explorar a própria linguagem na forma de um ato artístico. Consequentemente, o papel do artista também muda, a autoria dá lugar a um papel de cumplicidade com o participante.

Os Parangolés não são uma obra de arte, conforme tradicionalmente se considerava, mas sim uma forma de expressão, um ato artístico, uma experiência capaz de instigar a criatividade do público. Dirigido aos sentidos, o Parangolé propõe uma viagem suprasensorial ao mundo interior, esquecido em meio à rotina do cotidiano.

Em 1965, Jean Boghici teve a ideia de organizar uma exposição chamada "Opinião 65", no Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, reunindo artistas como Rubens Gerchman, Carlos Vergara, Antonio Dias, dentre outros. Hélio Oiticica não integrou o grupo de artistas que compunham a mostra. Para a inauguração da exposição foi marcado uma vernissage no MAM, um evento formal, em que foram convidados artistas, intelectuais e pessoas da alta sociedade carioca. No meio do evento, Hélio Oiticica e seus Parangolés, vestidos por passistas da Mangueira, adentram a vernissage – a maioria dos sambistas pisava pela primeira vez em um museu. Aquele carnaval inesperado de Parangolés foi devidamente barrado pelos seguranças e todos foram expulsos do MAM. Hélio não se fez de rogado e conduziu seus Parangolés para os jardins do museu, fazendo com que a vernissage acabasse naquele momento já que os artistas e parte dos convidados o seguiram maravilhados. A subversão de comportamento levantava a dúvida: Hélio Oiticica era um gênio, uma mente à frente de seu tempo ou completamente louco?

Hélio já argumentava que o museu era o mundo, que a arte estava na experiência cotidiana e não imobilizada ou mumificada dentro da estrutura autoritária do museu. Como em diversos outros temas, Oiticica antecipa uma questão que existe até hoje: o papel efetivo do museu na sociedade e a crise do modelo tradicional, notadamente com o desenvolvimento da arte em novas mídias. O velho modelo estático e passivo não parece se sustentar mais.

Whitechapel, Londres, 1969

A Europa e os Estados Unidos reconheceram mais rapidamente a genialidade de Oiticica do que o Brasil. Em 1969, o renomado crítico inglês Guy Brett organizou uma monumental exposição de Héio Oiticica na galeria Whitechapel. A exposição foi um sucesso estrondoso. A crítica inglesa reconheceu de imediato a importância de Hélio para a história da arte: seu trabalho era bruto, nada polido, mas sofisticado. Apesar de Brett comentar, de forma bastante realista, que as obras de Oiticica eram profundamente enraizadas no Brasil tropical, em sua realidade social, na cidade do Rio de Janeiro, isso não fazia com que sua arte fosse simplória nem meramente local. Havia um diálogo muito bem estabelecido com Duchamp, Mondrian, Klee e Malevitch, para citar algumas de suas maiores influências plásticas internacionais. O projeto apresentado em Londres se chamava Éden e reuniu diversas obras do artista, como *Bólides*, *Penetráveis*, *Parangolés* e *Ninhos*, montando um pouco de seu percurso desde as primeiras obras do Neoconcretismo. Oiticica dizia que não se tratava de uma retrospectiva nem de uma mera exposição de tais obras, mas sim de uma criação de espaços estruturados, livres à participação e invenção criativa do espectador.

Havia um desejo de tornar o espaço da galeria em local de participação, de novos comportamentos e percepções, montando um verdadeiro labirinto de proposições, o que ele chamava de "arte ambiental". O espectador faz parte da estrutura do local, as experiências artísticas são vivenciadas em seu próprio corpo, não se usava o espaço para contemplar a obra, o espectador é ao mesmo tempo espaço e obra. Ao escrever sobre a mostra, Hélio comparava o que queria fazer com o que pensava com relação à arquitetura: "A Arquitetura não está no espaço, ela é no espaço, isto é, ela é conformadora de espaço".

Em Londres, Hélio Oiticica e Caetano Veloso, então exilado, se tornaram amigos. Na entrada da exposição,

Viveu a vida de forma intensa, acelerada, libertária, vivendo tudo até a última gota. Temia que a profissão de artista se tornasse mais comercial que artística

o público podia ouvir as músicas de Caetano e Gil, havendo também um Parangolé criado em homenagem a Caetano. Cheio de novos projetos, como *Navilouca*, com Torquato Neto e Waly Salomão, Helio sai feliz com a exposição de Londres rumo a Nova York, onde começa a produção *Cosmococa*.

Cosmococa = quase-cinema

Em Nova York, Oiticica retoma os Parangolés em dezenas de novas proposições, sendo uma delas seu uso no metrô, substituindo o samba por rock, ao som de Jimi Hendrix, Janis Joplin, Yoko Ono, Mick Jagger e Rolling Stones e inicia um novo projeto. Do mesmo modo que a passividade do espectador com relação às obras de arte nos museus o incomodava, a relação filme e cinema igualmente não o satisfazia. Com isso, elabora o projeto Cosmococa – programa *in progress*, espécie de filme, dividido em nove blocos produzidos com o cineasta brasileiro Neville d'Almeida. O objetivo era questionar a "unilateralidade do cinema-espetáculo". Para Oiticica, Jean-Luc Godard foi para o cinema o que o Mondrian foi para as artes plásticas. O filme *Pierrot Le Fou* foi forte influência para *Cosmococa*, que Hélio descrevia como nitroglicerina pura.

O quase-cinema era formado basicamente por filmes não narrativos, produzidos com base em slides e trilha sonora, projetados em ambientes especialmente criados e com instruções para a participação. Foram diversas cosmococas, em homenagem a diversas pessoas que Oiticica admirava. Cada uma vinha com instruções de como deveriam ser projetadas, onde e para um número certo de pessoas. Em *Cosmococa CC5, Hendrix War*, uma foto de Hendrix é coberta por um pó colorido, criando novas formas, acentuando ou distorcendo determinadas linhas. Waly Salomão comentou que a ambientação foi feita para o espectador se deitar em um colchão, com várias lixas de unha, e lixar as unhas enquanto assistia ao quase-filme. Em outra ambientação de um CC, o espectador ficava em uma rede ouvindo Jimi Hendrix e Luís Gonzaga. Uma verdadeira suspensão do real, do sentido ordinário das coisas e do tempo.

De volta ao Brasil, Hélio Oiticica continuou inovando a cada trabalho, escrevendo com muita lucidez e criticando com propriedade o *status quo*, até sua morte, aos 42 anos. Viveu a vida de forma intensa, acelerada, libertária, sem preconceitos, vivendo tudo até a última gota. Se passou a vida criticando e desafiando o meio das artes plásticas no Brasil, o que pensaria hoje? Ele temia que a profissão de artista estivesse se tornando mais comercial do que artística. Luciano Figueiredo, que já foi responsável pelo Centro Hélio Oiticica no Rio de Janeiro, resume o cenário contemporâneo notando "quão acomodada e sem surpresas é a relação entre artistas e críticos; quão venerada e temida é a figura do curador...". Está na hora de Parangolear tudo de novo.







SAUDADE DO SÉCULO 20

Ícones da TV brasileira, Paulo Francis e Chacrinha se juntam a dois esportistas inesquecíveis, Mike Tyson e Diego Maradona, em novos documentários

Por Fábio Fujita

Vistas pelas lentes de um mesmo diretor – o também jornalista Nelson Hoineff – duas personalidades referenciais da TV brasileira são tema de novas produções: Paulo Francis e Abelardo Barbosa, o saudoso Chacrinha, respectivamente nos documentários *Caro Francis* e *Alô, Alô, Teresinha*. Tendo chegado ao circuito quase de forma simultânea, os filmes de Hoineff sinalizam para aquilo que, sobre os retratados, é bem sabido: figuras que, por seus estilos incomparáveis, ainda que recorrentemente imitados, comprovaram que já houve inteligência na TV aberta. Funcionam, portanto, como um refrigério nestes tempos de pasteurização dos conteúdos televisivos, quando a longevidade de determinados programas, notadamente os dominicais, tem mais a ver com lavagem cerebral sobre suas audiências do que com qualquer tipo de qualidade de suas propostas. Ser bem-sucedido na atual TV brasileira não quer dizer nada – ou pode dizer tudo.

Não se trata, no entanto, de filmes especialmente inventivos na forma. Pelo contrário: ressentem-se de alguns problemas talvez justificados pela própria iniciação do jornalista-diretor no set de filmagens – *Caro Francis* e *Alô, Alô, Teresinha* são suas primeiras incursões na linguagem audiovisual. No primeiro, por exemplo, a impressão que se tem é a de que Hoineff selecionou as pessoas centrais que figuraram ao longo da vida e da carreira de Francis, tendo pedido a cada uma delas que contasse as melhores lembranças ligadas ao jornalista. Material bruto gravado, passou ao trabalho de edição a fim de imprimir uma gradação narrativa aos "episódios" que marcaram a trajetória de Francis. Começa com o esforço do diretor em tentar decifrar o que teria levado Francis a abandonar suas antigas convicções *trotskistas* para se tornar, como classifica um dos entrevistados, num *robertocampista*. Impossível não se deliciar com as idiossincrasias de Paulo Francis, como a aversão gratuita aos Clinton, as explosões intempestivas com uma telefonista portuguesa e suas ideias sobre as mulheres que certamente não deviam empolgar o movimento feminista.

Se é verdade que a imprensa funciona como um quarto poder, a influência política de Francis foi inegável em seus anos dourados, ainda que uma pecha de folclore pairasse sobre sua persona. Antes de se tornar, no *Jornal da Globo*, o "comentarista do soquinho", como um taxista teria se referido a ele pela forma verbal com que se expressava, Francis já era um *bad boy* da imprensa escrita. Ninguém passava impune por suas opiniões, o que o fazia ser tanto respeitado quanto odiado incondicionalmente. Quando chamou o então empossado ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Gustavo Krause,

de "jeca", por suas origens pernambucanas, Francis causou um alvoroço sem igual nos jornais nordestinos que republicavam seus textos – quando, na verdade, o próprio Krause não relevasse qualquer ressentimento com tal "acusação". No filme, Krause chega a dizer que personalidades como Francis fazem falta na imprensa atual, por seu espírito libertário. Menos simpático à figura do jornalista foi Joel Rennó. Quando acusou a diretoria da Petrobras, então presidida por Rennó, de ser a maior quadrilha do país, com contas na Suíça, Francis acabou tomando um processo do qual nunca se recuperaria. Até Fernando Henrique Cardoso, presidente da República na época, tentou intervir para um entendimento entre as partes, sem sucesso. Uma dor no braço tratada como bursite – na verdade, o princípio de um infarto – marcaria o início do fim de uma das cabeças mais brilhantes da imprensa brasileira.

Um *revival* exibicionista

Assim como *Caro Francis*, o documentário *Alô, Alô, Teresinha* também tem sua importância mais ligada ao personagem retratado – sendo, portanto, um registro significativo na preservação da memória nacional – do que como um bom filme propriamente dito. Se no primeiro a verborragia de um sem-fim de entrevistados esmiúça desde a obsessão de Francis pelas marchinhas de Carnaval até sua malsucedida carreira na literatura de ficção, em *Alô, Alô, Teresinha* as pessoas ouvidas parecem se multiplicar ainda mais na tela. E o que é pior: menos para falarem de Chacrinha, o grande palhaço da comunicação brasileira – sem qualquer conotação pejorativa no uso do termo, ao contrário – do que como objetos de autorreferência. Pudera: Hoineff liga sua câmera para as dançarinas que ajudaram a lhe dar fama, conhecidas como "Chacretes", e também para os calouros do programa. O resultado é um exibicionismo constrangedor, quase um *freak show*, em que as outrora *femme fatales* revelam que a decadência (estética, existencial) imposta pelo tempo não anula a vaidade pessoal de aparecer.

Não que surpreenda. As Chacretes anteciparam na tela da TV o sensacionalismo das formas femininas, impondo uma escala evolutiva que começa em Gretchen, passa por Carla Perez até desembocar nos glúteos "da vida real" vistos numa década de *Big Brother*. E não deixa de ser esquizofrênico, do ponto de vista conceitual, que o grande problema de *Alô, Alô, Teresinha* seja valer-se da mesma tentativa de espiação da vida alheia, como se a investigação do antes e depois de Chacrinha na vida daquelas pessoas esclarecesse, de alguma maneira, as qualidades invariavelmente atribuídas ao apresentador: "libidinoso, encrenqueiro, provocador, jocoso", na classificação de um dos entrevistados.

Quando chamou o então empossado ministro da Fazenda do governo Itamar Franco de "jeca", Francis causou alvoroço nos jornais nordestinos

É sempre bom lembrar que Chacrinha brilhou num tempo em que o país ainda recolhia os cacos do autoritarismo militar. Seu programa, portanto, soava como uma ilha anárquica em que a possibilidade do inusitado fascinava as mentes acostumadas a um *establishment* conservador. Chacrinha era a representação da perversão – no bom e no mau sentido. Mas a opção do diretor em pôr na tela um desfile de ex-Chacretes num *revival* exibicionista trouxe problemas a ele: quatro delas o processaram, com a suposta insinuação deixada no filme de que elas seriam garotas de programa. O curioso é que uma delas, Índia Potira, chega a admitir isso no filme, e a própria incursão de Rita Cadillac na seara dos filmes pornôs, de alguma maneira, também pode ser outro álibi de Hoineff na questão.

Tyson: complexo e comovente

Da produção internacional que chega ao circuito brasileiro, cabe menção a dois documentários de ex-ídolos do esporte: *Tyson*, do americano James Toback, e *Maradona*, do diretor bósnio Emir Kusturica. Nestes, diferentemente do que ocorre nos trabalhos de Hoineff, os retratados estão vivos e, assim, são eles próprios quem conduzem as narrativas. É oportuno classificar tais produções no subgênero "cineperfil", uma vez que escapam da tentativa sempre frustrada de esgotar a história dos personagens. São filmes que fazem um recorte temporal, em que os perfilados fazem um balanço do passado a partir da perspectiva presente (como atletas aposentados), menos para se vangloriar das façanhas de outrora do que para reconhecerem erros que, na maioria das vezes, tiveram efeitos nefastos sobre suas famílias e, consequentemente, para a própria paz interior dos perfilados.

Toback opta pela desconstrução de um mito. Mike Tyson foi, ao longo de pelo menos uma década, talvez o mais temido homem vivo do planeta. Foi campeão mundial dos pesos pesados aos 20 anos de idade – o mais jovem da história do boxe. Se sempre se imaginou que sua fúria destruidora nos ringues tinha origem em sua condição anterior de ex-trombadinha de rua, o próprio Tyson coloca os devidos pingos nos is. Revela que, quando jovem, tinha medo dos colegas que o provocavam. Só foi se meter numa primeira briga depois que um moleque arrancou a cabeça de um pombo de que ele, Tyson, cuidava. Desceu a mão no sujeito e se sentiu confiante. Mas seu interesse no boxe só começou quando esteve num reformatório para jovens delinquentes. Ali, um rapaz fazia lutas de exibição. Metido a valente, Tyson subiu ao ringue. Tomou uma surra, mas se afeiçoou ao algoz. Queria aprender boxe com ele. O lutador passou muitas dicas, até mandar Tyson procurar um senhor chamado Cus D'Amato. Este seria, mais do que seu primeiro técnico, seu verdadeiro pai.

Tyson chora copiosamente ao se lembrar de Cus. Diz que não entendia como aquele velho homem pôde ter levado um bandidinho como ele para casa, dar-lhe comida e confiança. Tyson admite que poderia facilmente "ter roubado tudo daquela gente branca". Mas não o fez. Hoje, o maior peso que Tyson carrega é não ter conseguido ser campeão do mundo testemunhado por Cus, que faleceu pouco tempo antes da façanha. Também o filme não foge do lado mais falível de Tyson: sua atração pelas mulheres. Fala com ressentimentos, mas também com amor, de sua primeira esposa, Robbin Givens, que, numa famosa entrevista, chegou a dizer que o marido era maníaco-depressivo. "Éramos duas crianças quando casamos". Só não alivia para Desiree Washington, a modelo que o pôs na cadeia a partir de uma pouco sustentável acusação de estupro e a quem ele chama de "porca". Tyson ainda conta que desestabilizava adversários apenas com seu olhar de mau, que esmurrou o empresário Don King por causa de dinheiro e mordeu Evander Holyfield para revidar as cabeçadas desleais tomadas nas duas lutas que fizeram. Um retrato, afinal, complexo e comovente de uma figura que, ainda no ringue após sua última derrota contra um "ninguém", admitiu ter lutado apenas para pagar as contas.

Tyson conta que desestabilizava adversários com seu olhar de mau, esmurrou Don King e mordeu Holyfield para revidar cabeçadas que tomou

Maradona: acerto de contas

Já o filme do ídolo argentino segue uma vertente ligeiramente distinta, a se notar pelo título original: *Maradona by Kusturica*. A menção do nome do diretor não é fortuita e nada tem a ver com cabotinismo: Kusturica assume ao longo de toda a projeção a sua relação afetiva com o retratado, de modo que o resultado que se tem na tela é o olhar de alguém que admira Diego. Ao contrário de Toback em *Tyson*, Kusturica aparece em cena quase o tempo todo. Não disfarça seu deslumbramento pela figura magnética de Maradona: bate bola com o craque, visita a casa dos pais dele em Buenos Aires. Chega a levar o perfilado ao estádio em Belgrado onde ele, Kusturica, viu Diego em ação pela primeira vez, numa partida entre Estrela Vermelha e Barcelona, pela Liga dos Campeões – o argentino atuava pelo time catalão. Os momentos de maior descontração aparecem quando Maradona se mete a falar de figuras políticas. Fã confesso de líderes como Fidel Castro, Hugo Chávez e Evo Morales, ele investe pesado contra o imperialismo materializado nas figuras de Ronald Reagan, George Bush, Tony Blair. Contra os ingleses, aliás, os ressentimentos da Guerra das Malvinas não se apaziguaram com o tempo. Maradona conta que, após marcar os dois mais famosos gols da história das Copas – contra a Inglaterra em 1986, sendo um de mão e outro driblando diversos marcadores –, o príncipe Charles chegou a procurá-lo para um chá. "Ele queria me conhecer, mas eu não", esnobou Diego.

Quando o filme recorre aos arquivos para mostrar jogadas e gols de Diego, em suas passagens por Argentinos Juniors, Boca Juniors, Barcelona, Napoli e seleção argentina, é possível ficar em dúvida se ele não teria sido, como acredita, maior do que Pelé. Mas nem Maradona nem Kusturica alimentam polêmica tão rasa. O astro prefere fazer um acerto de contas com a própria consciência ao discorrer longamente sobre a sua imersão nas drogas, que quase o levou à morte em 2000. Reconhece que perdeu a delícia de acompanhar o crescimento das filhas, porque, nas festas de família, sempre escapava para o quarto para cheirar suas carreiras. Certa vez, surpreendido desfalecido, Maradona diz que chegou a ser esbofeteado no rosto por uma das meninas, aos gritos de "não morre, papai". Aquilo serviu como uma espécie de ultimato: teria de escolher, afinal, entre morrer chafurdado no pó ou reviver para uma volta por cima. Hoje, cabe lembrar, ele é o treinador da seleção argentina que vai à Copa do Mundo da África do Sul neste ano. Maradona diz acreditar que a droga lhe surrupiou maiores proezas em campo. "Se não fosse meu vício, que jogador de futebol não teríamos tido, hein?", conclui, com menos ironia do que serenidade.

O pequeno Diego Armando - antes da fama - no filme de Kusturica; Mike Tyson faz um acerto de contas com a própria trajetória no documentário de Toback; Bóris Casoy fala sobre Paulo Francis no filme de Hoineff









ENTREVISTA
JOÃO CARLOS MARTINS

A MÚSICA VENCEU

O grande intérprete de Bach quer democratizar a música e levá-la para todos os segmentos da sociedade: "Quando me apresento na favela me sinto o Elvis Presley"

Por Carlos Costa
Fotos Jefferson Dias

Executado pela Filarmônica Bachiana Sesi SP como último bis do concerto de abertura da temporada 2010 na tarde de 7 de março, o Hino Nacional Brasileiro ganhou ares de fantasia jazzística, com breve citação da protofonia do *Guarani*, de Carlos Gomes. Sob intensos aplausos da plateia, que não se intimidara em bater palmas no intervalo entre os movimentos da Sinfonia nº4 de Tchaikovsky (peça forte do programa), mais um sonho de João Carlos Martins se concretizava. Pianista e maestro, ele já foi empresário de boxe, é hoje educador de mão cheia, descobridor de talentos, piadista e... torcedor da Portuguesa de Desportos.

Nascido em São Paulo em 1940, herdou do pai português, José Martins, a paixão pelo piano. O filho João Carlos realizou o desejo paterno: uma operação malsucedida para tirar um quisto na garganta, aos 5 anos, deixou o futuro intérprete de Bach preso em casa por longa temporada – o pai comprou um piano, e o resto é história. João caiu nas graças da crítica por suas performances intensas. Mesmo com a conhecida sequência de adversidades com as mãos, que finalmente o impediram de tocar, gravou a obra completa de Bach para teclado – e acompanhou grandes orquestras mundo afora. Impossibilitado de seguir tocando, vendeu os pianos; tornou-se empresário do boxe; se meteu em política. Andou sem rumo até as mãos reencontrarem as teclas do piano, numa determinação que inspirou a diretora Irene Langemann a realizar o documentário *Martins Passion*, vencedor de quatro festivais. Em maio de 2004, regia a English Chamber Orchestra na gravação dos Concertos de Brandenburgo, de Bach. A música vencia, como diz a camiseta que costuma usar. Reger a Filarmônica Bachiana é o troco de realizar o sonho de conquistar, pela música, jovens da periferia de São Paulo, adotados como instrumentistas. O resultado desse trabalho de superação – e de levar outros a superarem dificuldades – o está transformando num artista pop. "Quando me apresento na periferia, me sinto um Elvis Presley", diz rindo. Em 2011, a escola de samba Vai-Vai levará sua história para a passarela com o enredo A Música Venceu. Chegando aos 70 anos, João Carlos fala tranquilo: "Minha história é apenas a de um cara que perdeu as mãos para o piano, que era o ofício dele, nada mais". Para esta entrevista, ele convidou a reportagem de *Getulio* para "um almoço em sua casa, um de seus costumes. A seguir trechos da conversa.



Não foi o regime Vargas que usou o Villa-Lobos, ele que usou o Getulio para conseguir, por exemplo, reunir vinte mil vozes

Gostaria que o senhor falasse de alguns personagens. Começando pelo Eleazar de Carvalho.

João Carlos Martins Era um homem de personalidade forte e extremamente severo. Meus pais me levaram para eu tocar para o Eleazar aos 12 anos. Ele escreveu no livro de ouro: "Você fará a sua estréia como pianista sob a minha regência dia 24 de agosto em 1953". E me levou para tocar, toquei muito com ele.

Ele tinha mesmo um senso de humor terrível?

João Carlos Martins Em 1965, o presidente Castello Branco, o Roberto Campos e o Otávio Gouveia de Bulhões convocaram o Eleazar para criar a Orquestra Sinfônica Brasileira. "Perdão, senhor presidente, mas primeiro falo eu. O senhor sabe que o Brasil tem um litoral enorme e que somos 80 milhões de brasileiros *[risos]*. Se colocarmos esse povo em fila no nosso litoral e o senhor disser: 'Quem gosta de música dê um passo à frente', uns 60 milhões darão, considerando também os que gostam de música popular. 'Quem gosta de clássicos?' Uns 3 milhões darão um passo à frente. 'Quem toca algum instrumento?' Talvez 1 milhão. 'Quem toca em orquestra clássica e pode reger?'A situação difícil. Uns vinte. 'Quem já regeu a Filarmônica de Chicago, Viena, Paris, Londres?' Então só eu darei um passo à frente. O senhor está me convidando para que mesmo?" *[Risos.]*

Ele não perdoava ninguém.

João Carlos Martins Quando estava trabalhando com música moderna na Orquestra de Saint Louis, um timpanista para protestar foi ensaiar de sunga. Eleazar ficou possesso e expulsou o cara. "Você está fora da orquestra". Quando o ensaio acabou, ele procurou o músico. "O senhor jamais pise em Saint Louis, no entanto sou regente da Orquestra do Rio de Janeiro e lá faz muito calor."

O Eleazar não teve o devido reconhecimento.

João Carlos Martins Se ele tivesse contado com os recursos da Osesp, seria a melhor orquestra do mundo. Depois da morte dele trouxe o seu filho, Sergei Eleazar de Carvalho, para morar comigo. Ele está com 30 anos e possui o talento do pai. É o meu assistente e será o maior regente do Brasil.

Naquela época existia uma movimentação de elite que talvez não tenha mais.

João Carlos Martins O público de concerto no pós-guerra era incrível. Nos anos 50 vinham para cá os maiores artistas do mundo. Depois passou por uma fase como acontece com a torcida da Portuguesa. Foram morrendo os portugueses, a torcida diminuiu. Mas agora acontece uma ascensão. A música é a régua do mundo. Quando um governo vai bem, se diz que está funcionando como uma orquestra. Se um time está jogando bem, joga como música.

Villa-Lobos foi estigmatizado e associado à ditadura. O que o senhor diz?

João Carlos Martins Um gênio como Villa está acima da ditadura. Não foi o regime Vargas que usou o Villa, ele que usou o Getulio para conseguir, por exemplo, reunir vinte mil vozes. Usou a ditadura em nome da música. Quais foram os dois artistas mais estigmatizados nos anos 40 e 50? No clássico, Villa-Lobos, na música popular a Carmen Miranda. Porque foram maiores que tudo.

Fale das grandes brasileiras Bidu Sayão e Guiomar Novaes.

João Carlos Martins Quando comecei a carreira nos Estados Unidos era um garotão e saía para passear com a Guiomar pelas ruas da cidade. Ela olhava a calçada e dizia: "Como é bonita Nova York, parece ter brilhantes nas calçadas". O Nelson Freire conta uma história ótima. Toda vez que eles se encontravam, ela perguntava: "Como vai aquela pianista argentina fantástica? Como é o nome dela mesmo?" *[risos]*. E ele respondia: "Martha Argerich". Passava um tempo, eles se reencontravam: "Como vai aquela pianista argentina maravilhosa? Qual é o nome dela mesmo?" Isso durou uns três anos. Um dia Guiomar diz: "Nelson, como vai a Martha Argerich?" "Está ótima." "De que país ela é mesmo?" *[Risos.]*

A Argerich foi a pedra no caminho do Arthur Moreira Lima?

João Carlos Martins Aconteceu com ele o mesmo que aconteceu com Diego Hipólito quando, no último momento, perdeu a medalha olímpica. Durante todo o Concurso Chopin em Varsóvia, o Arthur sempre esteve em primeiro lugar; a Martha atrás dele. No último concerto de Chopin, ele teve um pequeno esquecimento. Ele foi para o 2° lugar e a Martha ganhou por diferença de décimos. Mas hoje o Arthur está feliz da vida: comprou um caminhão e roda pelo Brasil se apresentando em aldeias de índios, em praça pública. Ele vai estourar a boca do balão no Lincoln Center, no dia 19 de setembro, como meu solista.

E a Bidu Sayão?

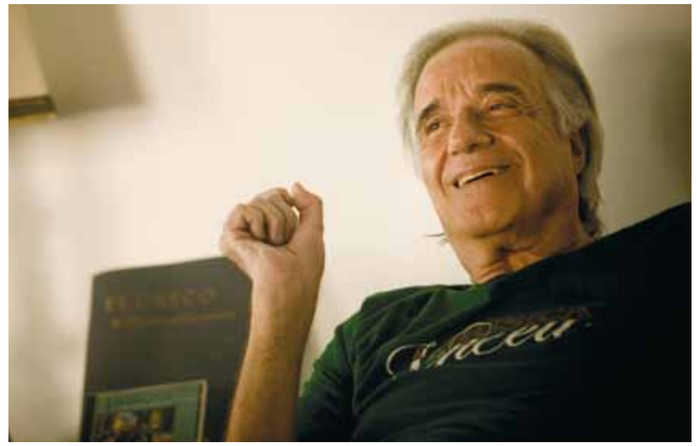
João Carlos Martins A Bidu cantando *La Bohème* nos Estados Unidos era como o Pelé no futebol. Os americanos a idolatravam. Foi a melhor Mimi da história da composição de Puccini.

E o Nelson Freire?

João Carlos Martins É o pianista que está em melhor forma do ponto de vista técnico e no bom gosto no fraseado. Melhor até que sua grande amiga Martha.

E quem é o melhor maestro brasileiro depois do Eleazar?

João Carlos Martins Temos quatros regentes com pique internacional. O Isaac Karabtchevsky, o John Neschling – e São Paulo deve muito a ele pelo trabalho na Osesp –, Roberto Minczuk e o Fábio Mechetti. Dos quatros, o Karabtchevsky é o que possui melhor bagagem.



A Bidu Sayão cantando *La Bohème* nos EUA era como o Pelé no futebol. Os americanos a idolatravam. Foi a melhor Mimi da história

E como foi essa volta?

João Carlos Martins Foram oito anos incríveis. Gravei metade das obras de Bach. Toquei no Carnegie Hall abarrotado. E quando estava novamente no auge adquiri LER *[lesão por esforço repetitivo]*, que me fez parar mais uma vez e foi quando me envolvi com política. Liguei-me ao Paulo Maluf em 1980 porque achava que nunca voltaria ao piano e também porque acreditei que, como secretário de cultura, poderia realizar uma política cultural forte. Me decepcionei, o Maluf me largou de mão.

E como foi sua história de trabalhar como empresário de boxe?

João Carlos Martins Foi quando sofri meu primeiro acidente, com 26 anos. Estava jogando futebol no Central Park com o time da Lusa, e em uma jogada caio e entrou uma pedrinha no meu braço, perto do cotovelo. Tinha rompido o nervo ulnar e começou a atrofiar a mão. Os médicos me disseram que não iria tocar nunca mais. Revoltado, voltei ao Brasil e vendi todos os pianos. Queria trabalhar em qualquer coisa desde que nunca mais ouvisse falar em música. Encontrei o Éder Jofre em um elevador. Disse que ele precisava recuperar o título mundial de boxe para o Brasil e que se ele quisesse seria o seu empresário. "João, já estou com 37 anos." No dia seguinte me ligou. "Vou começar a treinar." Eu não sabia nada de boxe. Vou fazer curta uma história longa: um ano e meio depois ele recuperou o título e um ex-pianista era o empresário. Quando o juiz entregou o cinturão e o sagrou campeão pensei comigo: "O Eder Jofre recuperou o título mundial e eu sou um covarde porque não tentei o piano de novo". A força de vontade do Éder me fez voltar.

Ele não foi um amigo fiel?

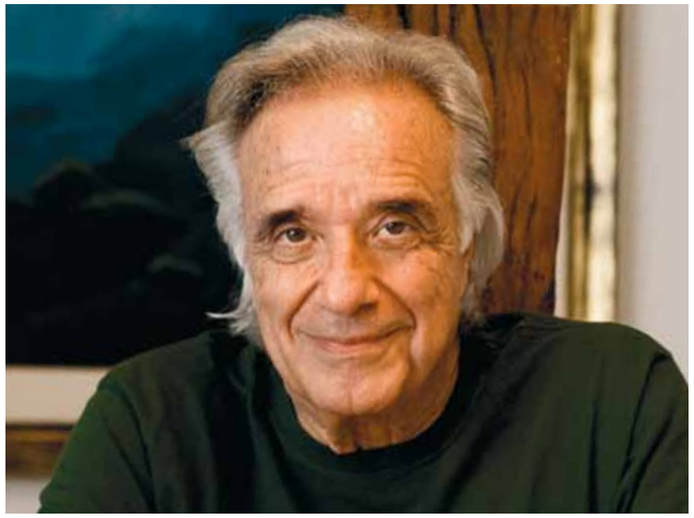
João Carlos Martins O Caso Pau-Brasil foi terrível. *[Escândalo ocorrido em 1993, quando a Receita e a Procuradoria da República descobriram doações ilegais à empresa Pau-Brasil Engenharia. Recursos não declarados foram destinados ao financiamento da campanha política de Paulo Maluf.]* Maluf me abandonou completamente. A imprensa caiu matando. Minha sorte foi que a minha secretária guardou todos os documentos e notas fiscais. Dos 19 milhões de dólares arrecadados só não consegui provar 25 mil. Quando o STJ deu a sentença definitiva me inocentando, saiu apenas uma noticiazinha de rodapé num jornal. Foram o Antônio Ermírio e o Roberto Marinho, com a Globo, que levantaram a minha bola.

O senhor guarda alguma mágoa?

João Carlos Martins Encontrei o Maluf três vezes nos últimos dezessete anos: uma vez em um casamento e duas vezes em velório. Cada um seguiu um caminho. Se eu tivesse tido maturidade teria começado a reger desde aquele período.

E o senhor mais uma vez conseguiu se superar.

João Carlos Martins Fui para a Bulgária realizar um concerto e continuar a gravar a obra de Bach. Saindo do estúdio em Sofia, fui assaltado e reagi. Fui atingido com uma barra de ferro na cabeça. O resultado: lesão cerebral, oito meses internado no Jackson Memorial Hospital, nos Estados Unidos, com o lado direito do corpo comprometido. Desenvolvi uma doença chamada contratura de Depuytren, que afeta os dedos. Fui para Miami e comecei um trabalho de reprogramação cerebral, tentando programar outra área do cérebro para comandar as mãos. Em um ano tinha conseguido. Voltei e terminei a obra completa de Bach. Mas sentia muitas dores por causa dos espasmos. Convivi com isso



Um casal de 73 anos me viu no Programa do Faustão e decidiu realizar um trabalho social. A Dilma me disse, com os olhos cheios de lágrimas: "A tua história me ajuda"

durante dois anos, dores intensas. Veio o veredicto dos médicos: teria de cortar o nervo. Continuaria a ter os espasmos, mas não sentiria dor. *[Mostra o espasmo.]* Era como uma faca me perfurando. Em 1988, em Londres, telefonei para os médicos e disse: "Esse será o último concerto de minha vida".

E foi o último?

João Carlos Martins Com as duas mãos, foi. Depois comecei uma fase nova como pianista, só com a mão esquerda e segui me apresentando. Gravei o *Concerto para a mão esquerda*, do Maurice Ravel. Em 2002, desenvolvi um tumor e novamente os médicos avisaram que era o fim da linha como pianista. Tinha perdido a mão esquerda também.

E aí o Eleazar de Carvalho apareceu em sonho?

João Carlos Martins Ele me chamava de Jeão. Sonhei que tocava com o Eleazar *[falecido há cinco anos]* e não conseguia acertar nenhuma nota. "Jeão, vem estudar regência comigo." No dia seguinte as 7 da manhã estava na porta da faculdade para estudar, mas fiquei pouco tempo. Preferi ter aulas particulares com o Abel Rocha e o Júlio Medaglia. Para fazer curta uma história longa: seis meses depois estava regendo a *Quinta Sinfonia* de Beethoven no Pelourinho, em Paris e Bruxelas. A pior coisa que me aconteceu na vida foi perder as mãos para o piano, mas também a melhor.

Por que abriu outro horizonte?

João Carlos Martins Conto uma história: o irmão do Nobel morreu e um jornal publicou, por engano, um longo obituário de Alfred Nobel. Ao ler, Nobel ficou horrorizado, pois era descrito como o homem que inventara a dinamite e um mesquinho que só se preocupava em ganhar dinheiro. "Essa é a minha biografia"? Foi então que criou o Prêmio Nobel e mudou o final de sua história. Um dia, assistindo ao noticiário, ouvi a Lilian Witte Fibe se referir a mim como "aquele pianista do Pau-Brasil." Poxa, eu gravei toda a obra do Bach e acabo chamado de "pianista do Pau-Brasil"? Esse é o meu legado? Me dediquei à música para valer, estudei regência e resolvi: deixarei um legado na educação e no trabalho social que realizo.

O Glenn Gould era um louco ou um gênio?

João Carlos Martins Foi o maior gênio da música do século XX. Melhor que o Igor Stravinsky, Prokofiev, Villa-Lobos.

Mas na terceira gravação das *Variações Goldberg*, de Bach, ele toca cantarolando...

João Carlos Martins É o jeito dele. Em algumas gravações eu também cantarolo. Não o conheci pessoalmente, apenas uma vez ele me ligou e conversamos quatro horas.

Quando o senhor inaugurou o Memorial Glenn Gould, em 1982, ele já havia morrido, certo?

João Carlos Martins É, fui recebido com frieza pelo público. Lembrei-me do jogador Julinho *[o ponta substituiu Garrincha e foi vaiado no Maracanã. Ferido em seus brios, marcou o primeiro gol]*. Me prometi: essa será a noite da minha vida!

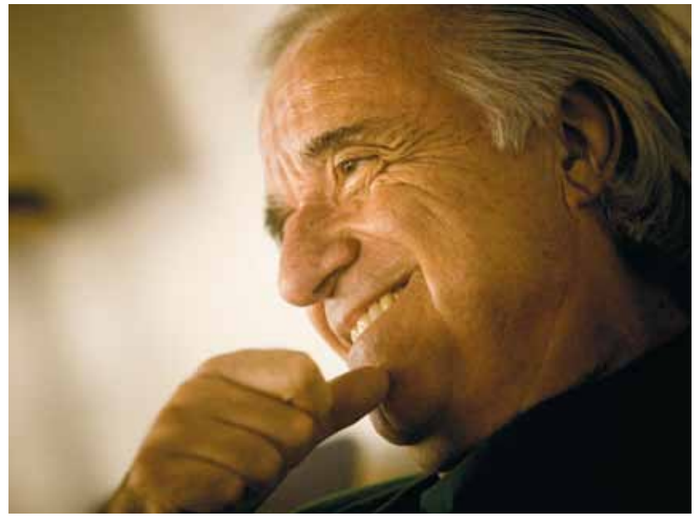
E marcou um golaço?

João Carlos Martins Dei 14 bis. Fui o Santos Dumont no Glenn Gould Memorial *[gargalhada]*.

Como é seu trabalho com a Bachiana Filarmônica do Sesi?

João Carlos Martins Comecei a lutar para montar a orquestra há cinco anos. Os músicos ganhavam cachê só por apresentações e as bolsas dos jovens eu tirava do meu cachê. Tive uma ideia engenhosa: cada sindicato poderia adotar um músico. Fui ao presidente da Fiesp e perguntei se adotariam o primeiro músico. Ele ficou de pensar e em dois dias o Paulo Skaff telefonou. "Infelizmente não posso adotar um músico *[pausa]*. Mas topo adotar a orquestra inteira *[risos]*." Depois de cinquenta anos o Brasil volta a ter uma filarmônica da iniciativa privada. Ela estreou no dia 7 de março na Sala São Paulo, com 20 dos melhores músicos do Brasil e 45 jovens que progrediram imensamente nos últimos cinco anos.

Ouvi o comentário da Lilian Witte Fibe e pensei: Poxa, eu gravei toda a obra do Bach e acabo chamado de 'pianista do Pau-Brasil'? Esse é o meu legado?



E como é trabalhar com esses jovens?

João Carlos Martins Há quatro anos um jovem violinista me pediu 10 reais na vida, vou batalhar para formar uma orquestra jovem com bolsas de estudos. Dois anos e meio e o Wagner de Souza tocou comigo no Carnegie Hall. Hoje são 800 crianças e 7 diamantes que precisam ser lapidados. O tenor Jean Willian, um violinista de dez anos, uma cantora, um violinista de 14 anos, um pianista de Porto Alegre.

E qual a lição que ensina a eles?

João Carlos Martins A vida é feita com a disciplina de um atleta e alma de um poeta. Por exemplo, como não consigo virar as páginas da partitura sou obrigado a reger de memória. Acordo às 5 da manhã e, por três horas, fico memorizando partituras. Para cada aluno estabeleço uma meta. Quanto tempo você pode estudar por dia? Então o aluno precisa cumprir rigorosamente a meta. Tudo na música ou é fácil ou é impossível, nunca difícil.

E a alma do poeta?

João Carlos Martins Gosto de contar a história de um cego em Paris que tinha uma placa: "Ajude-me que sou cego". Poucas pessoas o ajudavam. Passou um poeta e escreveu algo na placa. Tudo mudou. Curioso, perguntou a um amigo. "Por que todos me ajudam agora?" "Porque está escrito na placa: 'É primavera em Paris e eu não posso ver as flores'."

Em três anos, mais de 2 milhões de expectadores em performances ao ar livre, 900 mil em recinto fechado, convites da TV: o senhor se tornou um maestro pop?

João Carlos Martins Da mesma forma que me apresento no Carnegie Hall ou na Sala São Paulo, vou também para as favelas. Quero democratizar a música e levá-la para todos os segmentos da sociedade. Quando me apresento na favela me sinto o Elvis Presley. O artista adora aplauso. Quando fui destaque da escola de samba Vai e Vai e todos me aplaudiram foi uma experiência maravilhosa.

Se o senhor só pudesse tocar uma única peça, qual seria?

João Carlos Martins Bach foi um computador com alma. O Bill Gates pode tentar fazer o melhor, mas ninguém conseguirá ter um computador com alma. A música dele é matemática, mas tem alma. *[Caminha até o piano e toca o 2º Movimento do Concerto em Fá Menor de Bach. Erra.]* Deixa começar de novo, mudei o dedilhado. Tive de fazer uma aplicação de botox na mão *[insiste generosamente com a* Rêverie, *de Schumann]*. Cada nota chega ao coração de quem está ouvindo. *[Dá uma piscadela.]* Tenho certeza.

Qual a primeira música que chegou ao seu coração?

A resposta vem em música: João Carlos toca o minueto do Pequeno Livro de Ana Madalena Bach.

Qual é seu sonho agora?

João Carlos Martins Fazer mil orquestras no Brasil. Estou em conversas e negociação para montar um grupo de 350 alunos. De 350 podemos encontrar 3.500 com predisposição para a música. Mas a ideia é realizar esse projeto em cidades onde nunca existiu orquestra.

Mas o senhor irá se contentar com isso?

João Carlos Martins *[pensativo]* Meu problema em comparação com uma pessoa que perdeu a visão ou as pernas não é nada. Hoje tenho uma exposição muito grande, recebo milhares de e-mail de pessoas que já pensaram em desistir da vida, pois perderam as esperanças, e mudaram inspiradas por mim. Isso aumenta minha responsabilidade. Um casal do Recife, que chegara aos 73 anos, quando me viu no *Programa do Faustão*, começou a chorar e decidiu realizar um trabalho social. A própria Dilma Rousseff me

Encontrei o Maluf três vezes nos últimos dezessete anos: uma vez em um casamento e duas vezes em velório. Cada um seguiu um caminho

disse, com os olhos cheios de lágrimas: "A tua história me ajuda".

O senhor irá votar na Dilma?

João Carlos Martins Estarei com 70 anos e não precisarei votar. Depois do caso Pau-Brasil, não me envolvi com política. Conheci o presidente Lula, pois me convidaram para realizar um concerto no seu aniversário. Na oportunidade disse abertamente ao filho do presidente: "Não votei no seu pai e pode dizer isso a ele. Mas fala também que tenho de admitir que ele é uma das duas pessoas mais importante para a música no Brasil".

E qual é a outra?

João Carlos Martins Getulio Vargas, pois atendeu o pedido do Villa-Lobos e colocou a música na escola, com o canto orfeônico. E em 2011, a música voltará à escola porque o Lula assinou uma lei. Em cinco anos a criminalidade será menor no Brasil porque a música volta às escolas. Virei macaca de auditório do Lula *[risos]*.

Qual foi seu momento de plenitude?

João Carlos Martins Em 2008 ia me apresentar no Carnegie Hall. Na primeira parte do programa seria o regente e, na segunda, o pianista executando Mozart com três dedos. Em uma entrevista prometi que se o concerto fosse um sucesso, daria o bis tocando o *Hino Nacional* com todos os ritmos do Brasil. O teatro estava lotado. Foi um sucesso. Cumpri a promessa e executei o hino. Quando olho para a plateia vi várias bandeiras brasileiras se agitando. Foi o momento mais forte da minha vida. Posso contar essa história dez mil vezes e toda vez sou tomado pela emoção.

O senhor fez inimigo ao longo da carreira?

João Carlos Martins Não tive inimigos na música. Mas também sou homem de atitudes firmes. Sou convidado para tocar em todos os Estados do Brasil. Mas não sou convidado para o Festival de Campos de Jordão. Comentei isso para o secretario adjunto Ronaldo Bianchi, que depois me repassou um e-mail da Comissão do Festival. "A programação 2010 está fechada, mas se o senhor tiver interesse em participar em 2011, favor enviar, junto com a inscrição, um currículo para avaliação." Respondi: nem ontem, nem hoje e nem sempre, a Orquestra Bachiana e eu pediríamos uma avaliação do Festival de Campos de Jordão. É mais fácil eu avaliar a comissão que ela a mim.

Ótima resposta. E que pessoas outras foram importantes, fora o maestro Eleazar de Carvalho que o visita em sonhos e dá conselhos?

O meu pai. Quando estava com 36 anos foi atacado por um câncer violento. Deram seis meses de vida. Ele morreu aos 102 anos e de acidente. O Antônio Ermírio de Moraes foi generoso comigo. O Gilberto Dimenstein ajudou a reformular muitas coisas e sou agradecido ao Jô Soares, por ter me ajudado muito na minha volta.

E quem mais?

João Carlos Martins O Salvador Dalí. Em 1970 dei um concerto em Nova York e fui jantar no Russian Tea Room, ao lado do Carnegie Hall. Ali estavam o Dalí, a Gala e a Mia Farrow. Dalí me disse: "Diga para todo mundo que você é o maior intérprete de Bach da história. Pode demorar 20 ou 30 anos, mas fique dizendo sempre. Um dia vão acreditar. Eu digo que sou o maior pintor do mundo há 20 anos e já tem gente que acredita" *[risos.]* Uma revista inglesa escreveu que não precisei esperar 30 anos. Toda pessoa quando nasce é como uma flecha que é lançada. Ela pode sair do percurso e algumas vezes a gente mesmo tem de corrigir o percurso, mas certamente vai atingir o alvo. *[Mostra a camiseta]* Por isto essa frase faz sentido. "A música venceu."





CEAG • Curso de Especialização em Administração para Graduados da FGV-EAESP • 40 ANOS

CEAG

A pós em Administração da GV.

Há 40 anos o CEAG prepara os melhores profissionais para a tomada de decisões nas organizações.

Faça CEAG e destaque-se no mercado de trabalho.

ACESSE: www.fgv.br/ceag

ou ligue (11) 0800-770-0423

Inscrições para São Paulo (FGV-EAESP) e Campinas (parceria FGV-EAESP/UNICAMP)

A qualidade de ensino da FGV-EAESP é acreditada por três entidades internacionais especializadas no assunto.

Parceiros:

UNICAMP

FGV EAESP

SUCESSO HOJE, ÊXITO AMANHÃ?

Por Carlos Costa

No começo dos anos 90 realizei, sem saber o que na época teorizavam os gurus de gerência administrativa, um trabalho de reestruturação na revista *Quatro Rodas*. A Editora Abril vinha, nos anos anteriores, investindo recursos na formação gerencial de seus jornalistas, em cursos de administração de tempo, ou de busca de maior eficiência e planejamento estratégico, entre outros. No trabalho de remodelar a publicação, o departamento de recursos humanos colocou à disposição uma psicóloga, Marta Castilho, com quem tive um aprendizado importante para minha formação – desde o básico, como estabelecer metas e prazos para cumpri-las, com encontros periódicos para analisar com o funcionário o andamento do combinado, até como conduzir um processo de desligamento. (É clássico, ao menos em empresas de comunicação, que empregado em cargo de chefia ou direção seja o último a saber de sua demissão.)

Em nossa rotina, as reuniões passaram a ser planejadas e marcadas quando necessárias, com objetivos e tempo delimitado, pois enquanto se joga conversa fora, as tarefas continuam à espera – e nenhuma reportagem se concretiza numa sala de reunião. Desde então, participar de encontros em que o horário de início não é respeitado, ou que as conversas seguem à deriva, atropeladas por relatos pessoais, é um dos fatores que geram impaciência. O fato é que alguns conceitos dos workshops ministrados por Marta Castilho ficaram guardados como agulhas de uma bússola: "O sucesso de hoje não garante o êxito de amanhã" é um desses conceitos. E assistindo ao debate da atual edição ou ao conduzir a entrevista de abertura, esse conceito voltou à memória.

Em certo momento da entrevista, Roberto Teixeira da Costa comenta o êxito do presidente Lula em vender o projeto do Brasil e da simpatia internacional despertada pela nação e seu atual governante. Essa onda otimista em torno de nosso país talvez tenha sido um dos fatores determinantes para o Rio de Janeiro desbancar Chicago ou Tóquio na disputa para sediar os jogos olímpicos de 2016. Mas Roberto Costa alerta: "Hoje o país está na moda: melhoramos e o Lula tem sido um grande caixeiro viajante do Brasil. É um grande promotor e adquiriu credibilidade. O momento é favorável, do investidor que olha para nós como a bola da vez. Mas as opiniões mudam, e às vezes rapidamente". O próprio entrevistado dá algumas pistas, como a indignação presente no texto *A decepcionante visita de Lula*, escrito pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa e publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no domingo 7 de março.

Vargas Llosa deplora: "de um governante eleito em eleições legítimas, presidente constitucional de um país democrático como o Brasil, seria de esperar, pelo menos, uma atitude um pouco mais digna e coerente com a cultura democrática que teoricamente ele representa, e não o descaramento indecente de exibir-se, risonho e cúmplice, com os assassinos virtuais de um dissidente democrático". Uma referência à recente visita do presidente a Cuba – onde certamente não exercia as funções de caixeiro viajante.

Caberia a ressalva, feita durante a entrevista, de que o presidente talvez fizesse jogo de cena para determinada plateia? Em todo caso, como o próprio entrevistado alerta, "as opiniões mudam e nem sempre é possível identificar quais foram os gatilhos que detonaram a mudança de percepção". Ou seja, o sucesso de hoje poderá não garantir o êxito de amanhã.

Em outro momento, no ágil e denso debate sobre a mudança de patamar por que passa o país – e do que ainda falta para alçar o pleno voo –, Paulo de Godoy Pereira e o Marcos Lisboa, dois gestores de gabarito, apontam pistas: a estrada para o crescimento passa por investimentos maciços em infraestrutura e por mudanças no desenho institucional do Estado. Lisboa identifica que vivemos uma revolução silenciosa: a gestão para além da questão institucional. No setor privado, diz ele, "Vemos o quanto é investido em controles, metas, indicadores, resultados, incentivos. E o quanto esse investimento melhora o trabalho. Essa prática também deve valer para o setor público. E os administradores públicos pelo país afora estão aderindo a instrumentos de gestão mais sofisticados". "Todo o aparelho do Estado precisa de um choque de transparência", sintetiza Godoy.

Os dois dão uma aula simples de gestão: desenhar um cenário compartilhado por todos, estabelecer metas e definir as responsabilidades, e controlar os resultados com transparência, exatamente como aprendi com a psicóloga. Há ainda muitos nós a serem desatados, mas sem dúvida esse será um bom caminho para garantir o êxito de amanhã.

FIM